

Luiz Moreira da Costa Filho

**A Inserção do Seminário Episcopal
de Fortaleza na Romanização do
Ceará (1864 – 1912)**

UFC – FORT

2004

Luiz Moreira da Costa Filho

**A Inserção do Seminário Episcopal
de Fortaleza na Romanização do
Ceará (1864 – 1912)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

Orientador: Prof. Dr. João Alfredo de Sousa Montenegro – Universidade Federal do Ceará

Fortaleza

2004

C872i Costa Filho, Luiz Moreira da
A inserção do Seminário Episcopal de
Fortaleza na Romanização do Ceará (1864 –
1912)/ Luiz Moreira da Costa Filho. – Fortaleza,
2004.
145 – p.

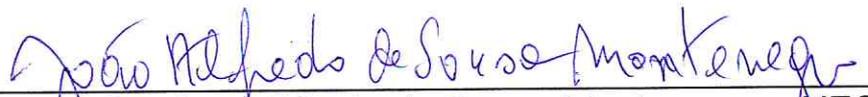
Dissertação (Mestrado em História Social).
Universidade Federal do Ceará.

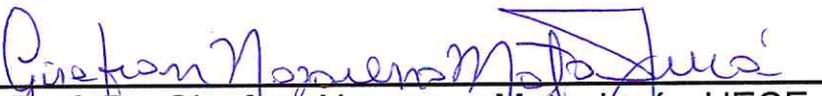
Orientador: João Alfredo de Sousa
Montenegro.

1. Formação Clerical – Fortaleza (CE) –
História. 2. Igreja – Fortaleza (CE) – História –
1864-1912. 3. Seminário da Prainha – Fortaleza
(CE) – História. I. Montenegro, João Alfredo de
Sousa. II. Universidade Federal do Ceará.
Mestrado em História Social. III. A inserção do
Seminário Episcopal de Fortaleza na
Romanização do Ceará (1864-1912).

Universidade Federal do Ceará
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Dissertação intitulada "A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864-1912)", de autoria de Luiz Moreira da Costa Filho, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:


Prof. Dr. João Alfredo de Sousa Montenegro - UFC
(Presidente e Orientador)


Prof. Dr. Gisafra Nazareno Mota Jucá - UECE
(Membro da Banca Examinadora)


Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos - UFC
(Membro da Banca Examinadora)

Ao Deus todo-poderoso, Senhor da glória, fonte de toda sabedoria, que executa grandes obras sobre a terra. Ao Deus eterno, imutável, real, manifestado em Cristo Jesus, amigo leal e misericordioso, em quem encontro forças para vencer as dificuldades do cotidiano. Toda honra, glória e louvor a Ele por mais uma vitória.

Aos meus pais, Lucimar e Luís, que têm dado suas vidas para que eu seja feliz.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada que está chegando ao fim, reconheço a importância que tiveram para essa vitória e dirijo os meus sinceros agradecimentos: a minha irmã Luana, por ter ajudado no financiamento do meu computador, tão útil para a conclusão desse trabalho; a minha namorada, Ana Maria, pelo seu apoio, especialmente, nos momentos difíceis; a Ana Glória Lopes e Hermeson Claudio Mendonça Menezes, verdadeiros amigos, irmãos e companheiros – a eles devo muito e jamais poderei retribuir-lhes; ao Prof. João Alfredo, pela sua orientação na dissertação; a Scherlandro, pelo apoio técnico na pesquisa e elaboração digital do banco de dados; aos professores do Departamento de História da UFC, tanto da Graduação como do Mestrado, que foram meus mestres na minha formação acadêmica – destacando as pessoas de Eurípedes A. Funes e Ivone Cordeiro, que me incentivaram a não desistir desse projeto; aos funcionários do Departamento de História: Lucinha, Fátima, Dantas, Constantino, Edileuza e Augusto, pelo atendimento e confiança que em mim depositaram; a Regina, secretária do Mestrado, pela sua atenção e dedicação tão necessários nas precisas; a Dona Zefinha, do Setor de História Eclesiástica do Seminário Episcopal de Fortaleza, que tão amorosamente sempre me atendeu nas vezes em que lá pesquisei, e a todos que dessa instituição contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho; à FUNCAP, pelo apoio financeiro dispensado; enfim, a todos os que de alguma forma me ajudaram ou com atos ou com palavras para que eu concluísse essa etapa de minha vida acadêmica.

RESUMO

Essa dissertação analisa o papel do Seminário Episcopal de Fortaleza no projeto de reforma católica no Ceará, mais especificamente entre 1864, data de sua fundação, e 1912, momento em que esse projeto assume características diferentes das que tinha no início, redefinindo-se assim a posição da instituição no contexto da romanização. Tomando, principalmente, para o estudo das fontes primárias produzidas pela Igreja do Ceará e pelas autoridades civis locais, procurei problematizar o Seminário nos seus vários ângulos: seu código disciplinar, sua administração, seus professores, seus alunos, seu método avaliativo, além dos resultados produzidos pela escola no âmbito da luta contra a modernidade secularizante que se fortalecia no Ceará e em todo o Brasil. Dessa forma, delineia-se neste trabalho uma história institucional que se desenvolve em meio ao conjunto de esforços da Igreja na defesa do tradicionalismo religioso.

Palavras-Chave: Igreja, Romanização e Seminário.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the role of the Episcopal Seminary of Fortaleza in the project of Catholic Reform in Ceará, more specifically between 1864, date of its foundation, and 1912, moment that the project assumes characteristics different from the ones that it had in the beginning, redefining the position of the institution in the context of the romanization. Taking, mainly, for the study of the primary sources produced by the Church of Ceará and the local civil authorities, I sought problematize the Seminary in its several angles: its disciplinary code, administration, teachers, students and its evaluation method, besides the results produced by the school in the ambit of the fight against the secularizing modernity that strengthened in Ceará and in the whole Brazil. This way, it is delineated in this work an institutional history that is developed amid the group of efforts of the Church in the defense of the religious traditionalism.

Keywords: Church, Romanization and Seminary.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAP 01: O MOVIMENTO DE REFORMA CATÓLICA NO CEARÁ	
1.1 – O Concílio de Trento	19
1.2 – A reforma católica no Brasil: o caso do Ceará.....	23
1.2.1 – As estratégias para reorganizar a religiosidade popular.....	32
1.2.2 – Estratégias para o controle do clero local.....	39
1.3 – A continuação do projeto romanizador com D. Manuel da Silva Gomes.....	46
CAP 02: O SEMINÁRIO EPISCOPAL DE FORTALEZA: FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	
2.1 – Visão panorâmica da história do ensino no Ceará.....	57
2.2 – Os primeiros passos.....	61
2.3 – A edificação do prédio.....	66
2.4 – O regulamento interno.....	75
2.5 – Os cursos de Preparatórios e Teológico: caracterização.....	82
2.6 – As avaliações.....	90
CAP 03: REITORES, PROFESSORES, CRIADOS E ALUNOS	
3.1 – Os reitores.....	98
3.2 – Os professores.....	107
3.3 – Os criados.....	114
3.4 – Os seminaristas: perfil sócio-econômico e os números de formação.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
BIBLIOGRAFIA.....	138
FONTES.....	143

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1914, a Diocese do Ceará fez uma grande festa para comemorar os 50 anos de fundação do Seminário da Prainha. Foram convidados para o evento autoridades eclesiais do Ceará e de outros estados, ex-seminaristas e autoridades políticas do Estado. Os fortalezenses compareceram em grande número à missa de ação de graças na igreja da Prainha. Quais foram, porém, as razões dessa comemoração? Quais benefícios trouxeram à Igreja e à sociedade cearense a fundação dessa instituição? Qual a história por dentro dos muros dessa escola de padres? As respostas dessas questões passam pela compreensão do significado de duas palavras-chave – *Seminário e Romanização* – no contexto de um projeto de enquadramento doutrinal e disciplinar do clero e da sociedade cearense.

Inicialmente acentuo que o estudo histórico e analítico de instituições como o Seminário da Prainha parece não ser temática muito trabalhada pelos historiadores nacionais, especialmente no que se refere ao estudo do vínculo da fundação de uma casa do tipo com a romanização, ou ao exame da disciplina interna na formação de padres em instituições dessa natureza. Isto, porém tornou instigante esta pesquisa legando-lhe importância e dando ar de novidade no campo historiográfico, se não nacional pelo menos local.

De uma forma geral, o tema seminário aparece quase sempre na bibliografia que trata da história da Igreja na Europa e no Brasil. Esse material, entretanto, não explora a temática do funcionamento interno nem da relação dos seminários com a sociedade em que se inserem, mas apenas a sua instrumentalidade como espaço de ampliação do quadro de clérigos no contexto da reforma católica; ou seja, tratam de sua origem durante o Concílio de Trento, da obrigação dos bispos reformadores de os fundarem em suas dioceses, dos critérios que devem satisfazer os noviços para ingressarem nessas casas, mas não comentam sobre exemplos históricos específicos de alguma instituição do gênero¹.

¹ Como exemplo posso citar: HOORNAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Metrópolis, RJ: Vozes, 1991. AZZI, Riolando. *Ascensão ou Decadência da Igreja*. S. Paulo: Editoras das Américas S. A., 1962.

Já a romanização ou reforma católica no Brasil ou no Ceará é tema bastante estudado em nossas universidades, havendo concordância entre a maioria dos autores, que tratam sobre o assunto, sobre o sucesso, se não total, pelo menos parcial, do projeto de reforma clerical importado da Europa.

No contexto da historiografia que aborda a romanização do Ceará e um pouco da história do Seminário Episcopal de Fortaleza, o trabalho que mais se aproxima da idéia que desenvolvo nesta dissertação é o elaborado por Edilberto Cavalcante Reis, *Pro Animarum Salute: A diocese do Ceará como "vitrine" da romanização no Brasil (1853 – 1912)*. Esse autor estuda, num interregno de quase cinqüenta anos de funcionamento da Diocese do Ceará, as várias estratégias usadas pela igreja cearense para executar um projeto de reorganização da religiosidade popular e de enquadramento do clero regional nos padrões eclesiásticos de Roma. Interessou-me sobretudo seu terceiro capítulo, onde ele se propôs a tratar da formação do clero cearense no Seminário Episcopal de Fortaleza, porém, de forma resumida. Por não ser um trabalho direcionado ao estudo do Seminário em si, mas da romanização, o autor não aprofundou algumas questões, como: a análise do *Diretório dos Semináristas*, ou seja, as normas da escola que deviam reger a vida dos seminaristas e o estudo mais detalhado das fichas individuais dos alunos que estudaram nessa instituição, onde estão dados sobre o comportamento deles que me permitem tecer considerações sobre a resistência ao estado sacerdotal e a aplicação das punições pela desobediência ao Diretório. Acontece que o autor fica muito preso a uma das principais fontes que também utilizamos, o *Álbum Histórico do Seminário Episcopal de Fortaleza*, não recorrendo a outras fontes de caráter primário que me permitem fugir dessas limitações, trazendo à luz novas informações. Em comparação a outros textos produzidos sobre o Seminário, como o de Plácido Castelo e o de Francisco Alves de Andrade², estes fogem ao objetivo de fazer uma história institucional da escola, o trabalho de Edilberto foi inovador na abordagem do tema e teve importância considerável para nosso estudo.

² ANDRADE, F. Alves de. *O Seminário de Fortaleza e a Cultura Cearense*. Separata da Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXXIX – Ano XXXIX. Ed. Instituto do Ceará, 1967. CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Coleção Instituto do Ceará: Monografia n^o 22, Departamento de Imprensa Oficial, 1970. LIMA, Francisco. *O Seminário da Prainha*. Fortaleza: BNB, 1982.

Além das obras citadas anteriormente, algumas outras obras encontradas, respeitantes ao Seminário Episcopal de Fortaleza, são de abordagem superficial e tendenciosa, que não consideram ou não revelam a principal função para que fora fundado no século XIX: contribuir para a romanização do Ceará. Na verdade, o aspecto da reforma católica é ocultado e a contribuição da instituição para o desenvolvimento intelectual local é ressaltado. Sem dúvidas, isso constituiu uma realidade e teve sua importância, em razão da pobreza e da pouca quantidade de instituições educacionais na Província no século XIX, mas seria simplista por demais seguir esta mesma linha de pensamento, sem tentar ir mais além na abordagem. Embora não pretenda fazer uma história de louvor ao “heroísmo” dos bispos cearenses e dos primeiros reitores e professores, nem tampouco dos “grandes” feitos de “homens santos” da igreja cearense, em perspectiva diferenciada, sem desprezar a capacidade e a importância dos personagens da nossa história eclesiástica local, meu trabalho buscou a interpretação dos fatos que envolveram a fundação do Seminário, no século XIX, e a contribuição deste para o projeto que a Igreja de Roma possuía, não só para o Ceará e o Brasil, mas para toda a América Latina – “terra do erro pagão” e do “cristianismo irregular”, que precisava ser colocado “nos eixos”³. E, acompanhando este eixo, procurei estudar o funcionamento interno e a administração (regulamentos, melhoramentos, contas etc) da instituição, ajudando a vislumbrar um pouco do seu cotidiano.

Diferentemente do que se poderia esperar de uma história institucional este ensaio não fica preso aos aspectos administrativos nem aos números produzidos pela instituição (receitas e despesas, estatística de matrículas e formação). A história da instituição se mistura à história da Província/Estado e do Brasil e isso pode ser percebido à medida que destaco os fatos externos que têm interferência no desenrolar histórico do Seminário. Como exemplos, posso citar: o fenômeno climático da seca de 1877-78 no Ceará, que quase provoca o fechamento da instituição; ou ainda a Proclamação da República, em 1889, que leva o Seminário a buscar outros meios para manter sua receita, já que as subvenções do Estado cessaram nesse período. No aspecto da

³ Visão do Papa Pio IX, na segunda metade do século XIX. Ver: HOORNAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991, p. 131-132.

interpretação dos números gerados pelo Seminário, busquei representá-los, quando possível, como resultados de fatores internos e externos à escola. Por exemplo, o maior número de padres formados pelo seminário é natural de cinco regiões do Ceará: Icó, Fortaleza, Sobral, Aracati e Crato. Como pode ser entendido isso?

Portanto, a minha preocupação foi inserir o Seminário em uma escala maior de compreensão que envolve a história da Igreja, no contexto ocidental, e a história do Ceará, como espaço de uma religiosidade que durante a primeira metade do século XIX não se encaixa no molde tridentino, sendo escolhido para se iniciar um projeto de reforma católica que servirá de modelo para outras regiões do País.

Diferente de uma análise que se poderia fazer de manicômios ou prisões, como objetos de estudo vistos como laboratórios onde se produzem novos discursos e verdades visando ao controle social, este trabalho reconhece o Seminário como um instrumento que faz parte de um projeto de controle sócio-religioso (a Romanização) que visa a modificar os rumos do catolicismo latino-americano. Na realidade, no casarão da Prainha, não existe lugar para reformulações de conceitos, antes para reprodução de uma visão de mundo espiritual e temporal que rejeita todo discurso modernizante de linha iluminista e revolucionário – inclusive, em alguns momentos, o próprio cotidiano no Seminário transmitia essa sensação de ausência de mudanças, devido a regularidade das atividades lá desenvolvidas.

Mais especificamente sobre o termo romanização, pego emprestado de Ralph Della Cava, em *Milagre em Joazeiro*, a idéia de reforma-católica que ele mesmo tomou do antropólogo Roger Bastide, a qual consiste basicamente no movimento político-religioso da Igreja Romana, no século XIX, com vistas a: reafirmar a autoridade da igreja institucional e hierárquica (episcopal) no controle de todas as expressões religiosas de catolicismo, como nos casos das manifestações religiosas das irmandades e de outros motos religiosos leigos; reformar o episcopado objetivando o controle sobre a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; aumentar a dependência do clero brasileiro às Ordens e Congregações missionárias estrangeiras (como os lazaristas, capuchinhos, beneditinos), realizando a transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista (tridentino), sob absoluta rigidez moral e

doutrinária; e por fim, buscar esses objetivos, mesmo que os interesses políticos locais se manifestem contra ⁴. Além desse autor, serviu-me na análise do desenvolvimento da romanização no Ceará: Edilberto Cavalcante Reis; Eduardo Hoornaert; Riolando Azzi; Pedro A. Ribeiro Oliveira; Francisco José Pinheiro e outros que me dão uma visão ampliada da reforma católica no Brasil e no Ceará.

Aliado ao conceito de romanização, está outro que, em termos ideológicos, se contrapõe ao pensamento romanizador, especialmente por ser visto como deturpador da ortodoxia doutrinária pregada pela Igreja romana: a idéia de religiosidade popular – sendo mais voltada para as práticas de catolicismo - que defino como todo uso de bens e símbolos sagrados católicos pelos grupos sociais (leigos ou clérigos, pobres ou ricos) que desvirtua a matriz religiosa primeira ensinada pelo alto clero, que procura monopolizar e controlar todas as manifestações religiosas. Esta religiosidade pode, de acordo com as circunstâncias, ter o caráter de autonomismo, quando o poder religioso oficial não é presente ou efetivo, ou seja, acontece a livre manipulação do sagrado pelos agentes populares sem interferência da Igreja; ou pode ter o caráter subversivo, quando, mesmo diante da vigilância da hierarquia, ela resiste de forma surda, escondida ou mesmo aberta a um saber oficial imposto. Contribuiu para esta conceituação as leituras que fiz de Michel de Certeau, Eduardo Hoornaert e Gledson Ribeiro de Oliveira.

Ainda no sentido do estudo do catolicismo plural fiz uma rápida análise da organização da religiosidade popular a partir de uma instituição que exerceu importante papel sócio-religioso no Brasil e no Ceará: as irmandades. Outro momento em que me refiro a outro tipo de manifestação vinculada a religiosidade popular é quando trato do caso do Padre Cícero, que se formou no Seminário e que mesmo tendo recebido o ensino ultramontano se envolve com o “milagre” de 1º de março de 1889, desafiando a autoridade da hierarquia eclesiástica a que se subordinava. Esse fato assume importância pela razão de se constituir numa resistência aberta de um padre que, como disse Eduardo Hoornaert, tinha a cabeça romanizada, mas o coração voltado a expressões menos rígidas de religiosidade católica.

⁴. DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Este trabalho, entretanto, não deseja elaborar uma história da romanização no Ceará, embora este tema participe e contribua para o enriquecimento desse quadro. O meu objetivo principal é fazer uma história da instituição (sua disciplina, seus critérios de formação, sua importância educacional etc.) e analisar qual a parcela de contribuição da principal instituição de formação ultramontana no Ceará, o Seminário Episcopal de Fortaleza, na reforma do catolicismo dessa região, entre o período de 1864, ano da sua fundação, e 1912, fim do governo da Diocese de D. Joaquim José Vieira e de um modelo de romanização voltado mais para a reforma dos princípios comportamentais e doutrinários do clero e da sociedade, quando a Igreja tinha uma ação mais assistencialista e evangelizadora junto às camadas populares que reivindicava junto ao poder público por melhores condições de vida da população. Este último ano representou, em termos locais, a mudança de estratégia da romanização, quando a Diocese passou às mãos do bispo (e primeiro arcebispo do Ceará) D. Manuel da Silva Gomes, que, procurando inserir a Diocese na discussão do que se costumou chamar "Questão Social", ele passa a agir dentro dos princípios de uma nova visão de ação sócio-religiosa, envolvendo o clero e a intelectualidade católica cearense em lutas sociais de que ainda a igreja local não havia participado efetivamente, como a luta do operariado por melhores condições de vida e trabalho.

Assim, procurando sistematizar esses pensamentos, dividi a dissertação em três partes. No primeiro capítulo, fiz uma explanação sobre o movimento de reforma católica que atualmente os historiadores denominam de *romanização*, inserindo o Ceará do século XIX nesse contexto. Nesse sentido destaco o início do movimento com o Concílio de Trento, dando atenção especial ao projeto de criação dos seminários episcopais como instrumento de multiplicação de sacerdotes romanizados. Descrevo como se deu o processo de organização dessas instituições desde a Europa do século XVI, passando para o contexto nacional até chegar à Província do Ceará. Também tento delinear ainda sobre o papel dos jesuítas na evangelização no Brasil e na fundação dos primeiros núcleos educacionais de primeiras letras até a fundação dos primeiros seminários episcopais, ressaltando que o projeto de enquadramento da religião no Brasil começa com os membros da Ordem. Depois da expulsão da Companhia de Jesus das terras da coroa portuguesa,

mostro como se modifica o quadro moral e educacional do clero e em que situação religiosa o primeiro bispo do Ceará encontra a região. A partir daí, descrevo os passos dados pelos três primeiros bispos do Ceará, tratando especialmente sobre as atividades que demonstram suas atitudes reformistas, como: a construção do Seminário, por D. Luis Antônio dos Santos; o enquadramento das irmandades religiosas; o incentivo ao movimento religioso leigo no estilo da Conferência Vicentina; o tratamento dado pelos bispos à postura desviante do clero local – referindo-me especialmente ao Pe. Ibiapina e ao Pe. Cícero Romão Batista; as estratégias de enquadramento do clero: os retiros espirituais e as visitas pastorais; as lutas contra as idéias secularizantes (liberalismo, positivismo, socialismo), antes e após a Proclamação da República (1889); a criação das corporações ou associações operárias católicas, no período de D. Manuel da Silva Gomes; a atividade de imprensa católica no Ceará, com a *Tribuna Católica* como meio para divulgação das idéias ultramontanas da Igreja, entre outras coisas.

Além da bibliografia usada para compor esse capítulo algumas fontes foram de relevância entre as quais: os *Relatórios de Presidente da Província do Ceará*, que me ajudaram a conhecer, por meio de documentos redigidos pelo Poder Público, sobre as condições moral e intelectual do clero cearense, a situação dos templos e a prestação do serviço religioso feito pela Igreja antes da implantação do Bispado do Ceará (1854) e em período posterior; os jornais eclesiásticos (*Tribuna Católica* e *A Verdade*), que foram veículos para divulgação das idéias romanizadoras junto à população local, tentando doutrinar e rebater as “heresias” que entravam na Província; o livro de *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)* e o *Primeiro Livro das Constituições Sinodais do Bispado de Fortaleza*, de 1888, que proporcionaram ver como se organizou a Diocese do Ceará e como era administrada; e o *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará*, de 1914, que contem várias informações importantes sobre a história do Seminário, não encontradas em nenhuma outra do Setor de História Eclesiástica⁵.

⁵ Segundo fiquei sabendo pelo professor João Alfredo Montenegro e confirmado por alguns padres do Seminário, boa parte da documentação sobre a instituição está na Casa Mãe dos

No segundo capítulo, trabalhei exclusivamente a fundação e organização do Seminário como instituição de ensino, inserindo-o no contexto educacional cearense da segunda metade do século XIX. Como subdivisão, nesta seção detive-me em analisar o regulamento interno e suas peculiaridades, em caracterizar os dois cursos oferecidos: o preparatório e o teológico, a distribuição dos horários e disciplinas ensinadas, o valor dos exames e o significado das férias como momento de perigo. É nesse capítulo que são explorados mais elementos sobre o cotidiano dos alunos e seus atos de resistência à vocação imposta pelos pais. Aqui também procurei ver as tensões internas causadas pela intransigência da direção do Seminário; a “revolta dos seminaristas” é um dos destaques desses momentos. Para a composição desta seção, além de outras, as fontes mais usadas foram *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza/ Ceará*, de 1914 – que é onde encontro as normas da instituição, as disciplinas ensinadas, os horários das aulas, entre outras coisas; o *Livro de Matricula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)* – essa fonte era onde o reitor fazia anotações periódicas sobre questões relativas à espiritualidade, ao estudo, ao comportamento e infrações disciplinares. Ela também nos traz os nomes, lugar de onde vinham os seminaristas, os nomes dos pais, situação sanitária (se eram vacinados ou não) e a causa da saída voluntária ou da expulsão deles. Foi por meio dela que, entre outras coisas, trabalhei vários aspectos relacionados ao cumprimento do regulamento interno e a resistência dos alunos ao regime do Seminário.

No terceiro e último capítulo, detive-me mais especificamente nas pessoas que fizeram o Seminário, seus reitores e professores, seus criados e alunos. Na medida do possível, o perfil dos professores e reitores foi delineado e aqui as três administrações (Pedro Augusto Chevalier – 1864 a 1890 –, o pe. Júlio Simon – 1891 a 1907 – e o pe. Vicente Péronelle – 1909 a 1914) do Seminário foram detalhadas, mostrando as mudanças estruturais realizadas pelos reitores ao longo dos anos. O grupo dos professores é estudado, levando em consideração suas peculiaridades individuais e coletivas, como: de onde

Lazaristas, no Rio de Janeiro. Essas fontes teriam sido levadas pelos padres lazaristas quando deixaram a direção da instituição em 1964.

procediam, as dificuldades na adaptação climática, categoria (colaboradores ou lazaristas) etc. Já os criados, procurei destacá-los na trama histórica do Seminário como uma categoria que, diferente do que se escreveu sobre eles, que eram pessoas “bisonhas e inconstantes”, tiveram sua importância para a vida da escola; seus nomes aparecem, o valor de seu trabalho, sua qualificação profissional, sua confiabilidade é distinguida. Já os alunos são analisados a partir de sua condição socioeconômica anterior à entrada no Seminário, depois, já como padres, como alguém que engrossa as fileiras de um exército de sacerdotes a serviço da romanização; mas também, quando não se formam, alguns alunos vão compor o grupo de intelectuais que dão peso à elite letrada do Ceará e prestígio à Escola, não sendo na maioria das vezes possível, pelas limitações desse trabalho, saber os caminhos trilhados por eles e fazer uma análise mais profunda de suas colaborações para os objetivos da Igreja cearense. Quanto aos que deixam o Seminário para uma vida de anonimato, estes servem como índice numérico das escolhas pessoais, da resistência a uma vida celibatária, da não-adaptação à disciplina da instituição. Aqui a fonte principal também é o *Álbum*, somente ele fornece algumas importantes informações biográficas dos professores e reitores. O *Dicionário Bio-Bibliográfico*, de Guilherme Studart, foi também muito importante, no sentido de compor algumas histórias de vida de padres e de intelectuais que estudaram no Seminário; assim também o Livro de comemoração do *Primeiro Centenário da Instalação da Diocese de Fortaleza (1861 – 1961)*, de D. Antônio de Almeida Lustosa. Das fontes primárias usadas estão: o *Livro de Matrícula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*, o *Livro de Lançamento da Receita e Despesa do Seminário Episcopal da Diocese (1864 – 1886)*, Relatórios de Presidentes de Província do Ceará, entre outras.

Finalizando, deixei para as considerações finais uma avaliação da inserção do Seminário, ou mais especificamente dos padres lá formados, no projeto romanizador do Ceará. Aqui procurei revelar em números por que o Seminário pode ser considerado como um dos instrumentos mais importantes para a romanização local, principalmente nos primeiros cinquenta anos de existência da Diocese do Ceará. Dessa forma, este trabalho não constitui uma história da doutrina da Igreja, embora esteja relacionada a ela, mas é a história

de uma instituição de ensino eclesiástica e de seu papel no enfrentamento contra os “desvios” da religiosidade popular e da igreja “morena” e contra a laicização que vem com a Modernidade.

- CAP 01-

O MOVIMENTO DE REFORMA CATÓLICA NO CEARÁ

1.1 - O Concílio de Trento

Ao tratar de uma instituição como o Seminário Episcopal de Fortaleza, achamos importante reaver qual a idéia central que está por trás da criação desse tipo de instituto na Europa, no século XVI: a formação de um clero capacitado e obediente que fizesse frente, moral e intelectualmente, a todas as críticas e ideologias que pudessem surgir contra a Igreja e seu arcabouço teórico-doutrinário. Bem preparado e escolhido, tal clero seria usado na luta pela restauração e fortalecimento de valores religiosos tradicionais abalados pela reforma protestante e, posteriormente, por outras visões de mundo que surgiram com o Movimento Renascentista e que se desenvolveram e se fortaleceram com o Movimento Iluminista. A idéia era reforçar a necessidade de submissão do mundo ocidental à Santa Igreja Católica, “Mãe e Mestra dos homens”, longe da qual ninguém poderia alcançar a salvação. Dessa forma, a fundação de seminários episcopais em todo o mundo cristão ocidental fazia parte do propósito da Igreja de recuperar seu poder sobre homens, reinos e idéias insurgentes que quisessem desafiá-la, procurando contornar assim seus problemas.

Sobre o contexto religioso da Europa do século XVI, dos problemas que tinha a Igreja para resolver, é notório, pela historiografia que trata do assunto, que ao romper da Reforma Protestante (1517) parte do clero romano achava-se em estado de decadência moral e intelectual¹. Depois de um período de letargia o papa Paulo III (1534 – 1549) procurou reverter o quadro, buscando corrigir os problemas morais e barrar o avanço do protestantismo², que punha em perigo a influência da igreja não só na Europa como também no Novo Mundo. Côncio da necessidade da reforma da Igreja começou, então, o

¹ Ver: MUIRHEAD, H. H. *O Cristianismo Através dos Séculos*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940, (Vol II). CIARNS, Earle A. *O Cristianismo Através dos Séculos*. Trad: Israel Belo de Azevedo. 2^a ed., São Paulo: Vida Nova, 1995. BETTERSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad. Helmuth Simom, São Paulo, 1998. AZZI, Riolando. *Ascensão ou Decadência da Igreja*. S. Paulo: Editoras das Américas S. A., 1962.

² Pois por volta de 1545 o protestantismo encontrava-se solidamente plantado em algumas regiões da Alemanha, França, Escandinávia, Suíça, Inglaterra e Escócia.

papa a executar as primeiras estratégias para sanar os males que corroíam a Igreja, empregando as mais severas medidas para reprimir o protestantismo, fortalecer o poder clerical, reformar o clero decaído e revitalizar a religião pela reafirmação e incremento dos dogmas religiosos. Nesse sentido, os três meios principais empregados para este fim foram: a criação da Companhia de Jesus (confirmada como ordem religiosa em 27 de outubro de 1540), a convocação de um Concílio em Trento e a intensificação dos trabalhos do Tribunal da Santa Inquisição.

Desejado por Lutero e outros teólogos desde antes da deflagração das 95 teses, o Concílio de Trento se desenrolou em três fases (a primeira de 1545-1547, a segunda de 1551-1552 e a terceira de 1561-1564) marcadas pela centralização das decisões na pessoa do papa – apoiado pelos jesuítas, fiéis defensores dessa centralização – e não mais no conjunto de bispos que, nos concílios anteriores, tinham poder de voto superior ou igual ao primeiro. Ao final do longo Concílio, todos os presentes tiveram de assinar uma profissão de fé que enfatizava, entre outras coisas, que os reinos que formavam o Sacro Império Romano deviam total obediência em termos de fé ao papa, sob pena de anatemização³. Esse desejo, da Igreja de reafirmar seu poder religioso e também temporal sobre toda Europa, entretanto, provocou vários desentendimentos entre ela e alguns líderes dessas nações, durante os três séculos seguintes⁴, levando-a, até certo ponto, a se submeter a acordos com eles para não perder mais terreno, embora isso enfraquecesse sua influência e tolhesse sua liberdade até mesmo em termos da administração da religião nos territórios correspondentes. Um exemplo disso pode ser visto nas relações desenvolvidas entre Portugal, a Espanha e a Igreja pela oficialização do direito do Padroado Régio, permitindo às respectivas nações organizarem a religião católica nos seus domínios, limitando assim o poder da Igreja nesses reinos.

Além de tentar reafirmar o poder da Igreja o Concílio buscou criar estratégias para sanar os males que prejudicavam sua imagem diante da sociedade: a má formação intelectual e a decadência moral do clero. Para conseguir esses objetivos, tentou-se acabar entre o clero e os candidatos ao

³ BETTERSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad. Helmuth Simom, São Paulo, 1998, p. 372.

⁴ Sobre esses conflitos entre Igreja e Estados modernos ver: AZZI, Riolando. *Ascensão ou Decadência da Igreja*. S. Paulo: Editoras das Américas S. A., 1962.

estado clerical com a idéia de a vocação sacerdotal ser um meio, até certo ponto fácil, de ganhar a vida. Assim, foi proibido o acúmulo de benefícios eclesiásticos e a compra e venda de cargos eclesiásticos, chamando-se a atenção dos clérigos para suas responsabilidades sacerdotais, pois, em não poucos casos, padres recebiam seus proventos sem, contudo, prestar a devida assistência religiosa aos seus rebanhos. Nesse sentido, a exigência do cumprimento rigoroso dos votos de pobreza e castidade foi levada ao Concílio como critério importante a ser considerado, visando a obrigar, já desde o recrutamento e seleção do noviciado, que os candidatos tivessem com a carreira eclesiástica propósitos exclusivamente religiosos.

Já para se tentar melhorar o quadro intelectual, que também não era nada animador, objetivou-se elevar o nível cultural dos futuros padres, melhorando sua instrução geral e religiosa, dando-lhes condições de bem administrar os sacramentos, compreender as confissões e as regras do ritual e das cerimônias religiosas. Para ampliar as possibilidades de instrução do clero e o número de padres, foi determinado que se fundassem seminários teológicos diocesanos por todas as circunscrições religiosas católicas. Estes tinham a função de amparar desde a juventude os vocacionados⁵, ensinando corretamente as doutrinas, formando um corpo de sacerdotes bem disciplinados e preparados para se oporem às heresias insurgentes⁶. Nessa preocupação, o Concílio decidiu fixar algumas regras para o processo de admissão de candidatos à carreira religiosa como: 1 – para ingressar em um seminário o menino deveria ser filho de matrimônio legítimo e provar que sabia ler e escrever de modo satisfatório; 2 – poderiam ser admitidos aos seminários meninos de famílias ricas ou pobres, estes tinham preferência e aqueles pagariam uma pensão; 3 – desde o primeiro momento, deveriam vestir o hábito, cortar o cabelo, assistir à missa diariamente e confessarem-se uma vez por mês. Assim, os seminários já surgiam debaixo de um projeto disciplinar

⁵ Em épocas anteriores a preparação para o sacerdócio era realizada em abadias e catedrais, sob a orientação de clérigos veteranos. Ver: AZZI, Riolando. *Op. Cit.*, p. 212 - 213.

⁶ A heresia pode ser considerada como qualquer outra verdade ou opção para se atingir o mesmo alvo ou que questione os meios e os fins da fé romanizada. A fé protestante, por exemplo, é vista como ilegítima por não estar debaixo da obediência à Santa Sé, por ser uma corrente religiosa que interpreta de forma diferenciada as Escrituras, por isso é herética.

marcado pela exigência de uma rígida formação moral e intelectual que assegurasse uma sólida formação cultural de cada padre.

Tiveram, também, papel de destaque no Concílio as discussões sobre as atividades que deviam ser desenvolvidas pelos bispos diocesanos nesse processo de reformulação da vida clerical. A partir de uma antiga reivindicação da alta hierarquia eclesial, ficou decidido que a autoridade dos bispos fosse reforçada e eles passassem a ser reconhecidos como delegados da Sede Apostólica. Além disso, foram ampliados os seus deveres e responsabilidades: eles teriam o dever de promover a fundação dos seminários, cuidando de sua organização e funcionamento, examinando a conduta dos futuros padres e ordenando apenas aqueles que demonstrassem efetiva vocação religiosa e preparação adequada para o exercício das funções sacerdotais. Aliado a isso, os bispos deveriam realizar as visitas pastorais regulares às paróquias de sua diocese, para fiscalizar o comportamento do clero, assim como o funcionamento dos conventos, seminários e igrejas⁷.

Como podemos observar pelo descrito há pouco, entre outras coisas, a formação do presbiterado foi tomada, como algo de grande importância e diligência, mas só alguns anos depois do Concílio de Trento é que o projeto de abertura de seminários episcopais foi colocado em prática. O grande responsável por começar a executar essa e outras determinações do Concílio foi o Papa Gregório XIII (1572 – 1585), ao possibilitar que essas escolas se tornassem os lugares por “excelência para a formação de membros do clero e (...) perpetuação do modelo eclesiológico clerical”⁸. Com essa iniciativa, estava em ação o plano que visava à recuperação da unidade política e doutrinária da Igreja, tomando como bases a reforma moral e intelectual do clero e a busca pelo reconhecimento da autoridade máxima do papa em matéria de gerenciamento da religiosidade ocidental.

⁷ LUIZETTO, Flávio. *Reformas Religiosas*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 61 – 65.

⁸ REIS, Edilberto Cavalcante. *Pro Animarum Salute: A Diocese do Ceará como “vitrine” da romanização no Brasil (1853 – 1912)*. Rio de Janeiro, 2000, p. 85. (Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro).

1.2 - A reforma católica no Brasil: o caso do Ceará

Na época em que tais fatos se desenrolavam na Europa, no Brasil, ainda colônia portuguesa, os jesuítas começavam a dar os primeiros passos no sentido da criação de meios para a formação de padres que viessem ajudar na evangelização dos nativos das novas terras e de seus colonos. As Confrarias do Menino Jesus (uma espécie de seminário menor) foi a primeira investida dos jesuítas, não sendo, porém, bem-sucedida. A segunda experiência, em 1560, foi com a criação de colégios de formação presbiteral, espalhados pelas maiores cidades coloniais que, mais adiante, se tornariam as sedes das primeiras dioceses locais (Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, S. Paulo, Recife, S. Luiz e Belém). Em fins do século XVII, surgem os primeiros seminários menores e maiores e em meados do século XVIII, poucos anos antes da expulsão da Companhia de Jesus das terras portuguesas, os religiosos fundaram os primeiros seminários episcopais, que ficaram sob a autoridade dos bispos diocesanos⁹. Estavam assim, os jesuítas, cumprindo nada mais nada menos do que os objetivos propostos pelo Concílio de Trento, possibilitando a formação de um quadro de clérigos dentro dos princípios da contra-reforma. Tal projeto abortou, porém, com a expulsão do grupo de religiosos das terras da Coroa, em 1759, em razão das divergências políticas do Marquês de Pombal eles.

Assim, antes de 1759, a educação no Brasil-colônia estava quase que totalmente nas mãos dos jesuítas. Depois desse ano, o ensino no Brasil ficou limitado a algumas aulas régias de primeiras letras (Latim, Grego, Filosofia, Geografia, Gramática, Retórica, Matemática) e a algumas escolas religiosas, seminários e aulas particulares. A partir desse momento, a formação presbiteral¹⁰, assim como a educação secular, entraram em uma fase muito difícil. No caso desta última, além de o imposto literário (usado no desenvolvimento da educação pública) não ser bem administrado, não se encontrava gente suficientemente capacitada para ministrar aulas, até mesmo

⁹ REIS, Edilberto Cavalcante. *Op. Cit.*, p. 87-88.

¹⁰ Depois de 1759, vários seminários foram fechados, temporária ou permanentemente, tal sendo o caso dos pertencentes à Bahia, Paraíba, Maranhão, Mariana, São Paulo, Pará, o único mais estável era o do Rio de Janeiro, que não era dirigido pelos jesuítas.

pelo fato de os vencimentos não serem atrativos¹¹, nestes termos, a situação que já não era boa tendeu a piorar. No caso da formação do clero, nos cem anos seguintes após 1759, e com vários seminários fechados, a única iniciativa que teve sucesso foi a fundação do seminário diocesano de Olinda¹² pelo padre lusitano D. José de Azeredo Coutinho, em 1800, tornando-se o berço da difusão do liberalismo religioso e político entre vários padres do norte do País. José Murilo de Carvalho diz que

(...) o Seminário de Olinda, foi concebido na melhor tradição do Iluminismo português. O Seminário teve grande impacto na formação nordestina e afetou as idéias e o comportamento político de toda uma geração de padres¹³.

Sobre esta tendência intelectual, diferentemente do iluminismo francês e apesar da postura truculenta do Marquês de Pombal para com os Jesuítas, diz José Murilo que o Iluminismo português não era de espírito revolucionário, anti-histórico, nem anti-religioso, aproximando-se mais do Iluminismo italiano, que era progressista, reformista, nacionalista, humanista e também essencialmente católico¹⁴. Por isso mesmo a Ilustração portuguesa andava de mãos dadas com o regalismo¹⁵, doutrina que transferia poderes exclusivos da Igreja para um rei, mas que, na verdade, neste caso específico, diminuiu em muito a influência do poder papal nos territórios da Coroa portuguesa. Essa relação correspondia a uma forma de compromisso entre Roma e o Estado português que já se estendia desde 1319, conhecida como Padroado Régio, autorizando o monarca escolher e apresentar à autoridade eclesiástica

¹¹ Em a *História do ensino no Ceará*, de Plácido Castelo, temos que de 1759 a 1822, isto é, da expulsão dos jesuítas à Independência, decorridos, portanto, 63 anos, foram criadas, no Ceará somente 18 escolas. Neste tempo a população era estimada em 200.000 habitantes, ou seja, teríamos 11.112 pessoas para uma unidade escolar. Ver: CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970, p.41.

¹² Para esse Seminário era mandada boa parte do clero cearense até a fundação do Seminário episcopal de Fortaleza, em 1864.

¹³ CARVALHO, José Murillo de. *A Construção da Ordem: Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumara, 1996, p.58- 59.

¹⁴ CARVALHO, José Murillo de. *Op. Cit.*, p.47.

¹⁵ Segundo Brasil Gerson, em *O Regalismo Brasileiro*, Rio de Janeiro: Cátedra, 1978, p. 14: "Esse nome, de regalismo, quem o deu ou, pelo menos, quem codificou a doutrina regalista na antiguidade foi Palatino, um teólogo de Pádua, autor do 'Defensorium Pacis'. Para ele sua origem divina residia na congregação dos fiéis, por um direito comum a todas as sociedades. Essa potestade podia ser transferida aos príncipes, se fiéis, ou aos bispos, se infiéis fossem os príncipes (...) Ela se tornaria uma doutrina por demais controversa, principalmente depois da Reforma do início do século XVI, (...) a tal ponto que o Concílio Tridentino de décadas mais tarde, reunido exatamente para dar armas à Igreja para manter sua força sua unidade, não chegaria a um acordo definido a respeito".

competente candidatos aos postos clericais, embora não os impusesse a sua vontade. A partir do século XV, porém, os monarcas, apoiados em bulas e concessões pontifícias, nomeavam ao seu bel-prazer os prelados. Após várias suspensões e renovações, o direito do beneplácito régio, devido às relações conflitantes entre o Estado português e Roma, foi definitivamente renovado em 1765. Em outros termos, o objetivo principal dessas medidas era fortalecer o Estado absolutista, pondo termo à posição hegemônica do clero sobre a sociedade civil, minando as forças desse grupo ante a sociedade e controlando-o mais eficazmente em função da ordem política nacional¹⁶. Apesar de com o regalismo a Coroa portuguesa tentar controlar a ação dos padres em suas terras, observa-se, aqui no Brasil, a tendência de parte do clero de formação nacional em identificar-se com as necessidades políticas e humanas locais, o que levaria esse grupo adotar posturas mais revolucionárias e insurgir-se em várias ocasiões contra o regime absolutista. Por exemplo, entre 1789 e 1842, muitos clérigos envolveram-se em questões políticas contra o Estado, como é o caso do frade pernambucano Caneca, que teve participação ativa na Confederação do Equador, em 1824, sendo condenado à morte. Sobre esta questão George C. A. Boehrer diz:

O clero lusitano, do qual proveio a hierarquia do Brasil, tornou-se o obediente servidor e colaborador do Estado português. Ao terminar o século XVIII, se o clero brasileiro se colocou em oposição ao Estado na Inconfidência Mineira, na Revolução Pernambucana em 1817 e na Revolução de 1824, tal não se deu por força de doutrina religiosa nem de crueldade do regalismo com a Igreja, e sim porque o clero aliou-se aos brasileiros no antagonismo às diretrizes políticas e econômicas da Coroa portuguesa¹⁷.

Os ideais defendidos por esses clérigos eram os de liberdade, igualdade e fraternidade apregoados durante a Revolução Francesa, ideais do liberalismo econômico e político que tinham penetração em muitos seminários do Brasil, como no de Olinda. Também por isso é que podemos dizer que estava sendo germinado, no Brasil, um clero nacional ou, como classifica

¹⁶ BOSCH, Caio César. *Os Leigos e o Poder - Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.44.

¹⁷ BOERHER, George C. A.. A igreja no Segundo Reinado: 1840-1889. In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. (org.). *Conflito e Continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 134-178.

Eduardo Hoornaert, um “catolicismo da terra”¹⁸. Isto assustava a alta hierarquia da Igreja no Brasil e em Roma e, do ponto de vista da Igreja, era necessário se tentar reverter isso.

Com a reabertura de alguns seminários ainda durante o século XVIII, e sem a direção dos jesuítas, o zelo pela disciplina ultramontana¹⁹ para com a formação dos futuros padres arrefeceu-se. Quando chegou o fim do mesmo período e início do século XIX, o clero brasileiro era caracterizado pela sua formação intelectual precária e por seus hábitos nada condizentes com a disciplina eclesiástica de cunho europeu, que zelava pela manutenção do celibato e por uma exemplar vida moral dos clérigos. Em oposição a esse comportamento, era comum, na época, no Brasil encontrar-se padres vivendo com mulher e filhos gerados dessas relações, tidas como ilícitas pela Igreja. A exceção do clero nacional formado em Coimbra, que na sua maioria não tinha tal comportamento, o clero nacional de postura liberal²⁰, a que me referi há pouco, tinha tal comportamento. Mais especificamente sobre o clero do Ceará, Daniel P. Kidder, durante suas viagens pelo “Norte” (1837-1838), fez referência à existência de um clero “que, (com honrosas exceções) é ignorante, de hábitos depravados e moral corrupta, interessado, antes nos negócios mundanos que no seu divino mister”²¹. Além disso, escreveu sobre o declínio dos conventos, da escassez de padres seculares e a má situação física dos

¹⁸ HOONAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. p.132. Como ‘catolicismo da terra’ o autor está se referindo ao clero liberal de aspecto nacionalista que propunha a institucionalização de uma Igreja Nacional.

¹⁹ O ultramontanismo consiste no “sistema dos que são favoráveis à autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina (defende a doutrina da infalibilidade papal do modo mais extremo, pugna pela concentração do poder eclesiástico nas mãos do Sumo Pontífice, e procura tornar o Catolicismo em força de caráter essencialmente político, quer pela oposição à nacionalização da Igreja, quer pela intolerância relativamente às outras religiões)”. Nova Enciclopédia Brasileira de Consultas e Pesquisas. S. Paulo: Novo Brasil Editora Brasileira Ltda., 1987, vol. 5, p. 189. Esta maneira de pensar opunha os jesuítas ao sistema regalista do Governo, além de opô-los a toda a pretensão de modernização da sociedade que afetasse o tradicionalismo religioso da Igreja.

²⁰ Um dos expoentes desse clero aqui no Brasil foi o Pe Diogo de Feijó, que chegou a elaborar leis à Assembléia Legislativa Nacional, no Rio de Janeiro, em 1827 decretando: o fim do celibato obrigatório para os padres; a extinção dos seminários-internatos; e uma reforma curricular nos seminários. Essas idéias foram alvo de fortes críticas desferidas pelo bispo da Bahia, Dom Romualdo Seixas, deputado eleito pelo Pará, que convenceu os demais deputados da Assembléia a arquivar a proposta de Feijó. Ver: PINHEIRO, Francisco José. O Processo de Romanização do Ceará. In: SOUSA, Simone (cord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/ Fund. Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989. p. 199-210. E CARVALHO, José Murillo de. *Op. Cit.*, p. 167

²¹ KIDDER, P. Daniel. *Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil (Província do Norte)*. Trad: Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d. p. 142 .

templos católicos na região²². A descrição mostra que a própria condição de vida e testemunho dos padres se refletia nas Igrejas.

Em contraposição a todo esse conjunto de coisas, entretanto, ao regalismo, ao comportamento liberal de alguns clérigos e a todo tipo de política modernizante, não só no contexto brasileiro mas em todo o mundo católico, haverá uma reação que partirá do papa Pio IX (1846 – 1878), que erguerá a bandeira do tradicionalismo católico, convocando a vir após si toda a civilização cristã e a resistir a toda a onda secularizante de idéias modernas que estivessem em concordância com o Iluminismo francês. Isto levou a uma reação da Igreja contra a política regalista de D. Pedro II e contra a onda secularizante e cientificista que se fortalecia em alguns grupos nacionais, como os maçons.

Um dos pontos fundamentais que a Sé romana reavivou naquele momento foi a necessidade da total lealdade do clero latino-americano à alta hierarquia da Igreja. Isso não agradava o Estado imperial, pois ele mantinha relativo controle sobre as atitudes políticas da Igreja no Brasil. Sobre esta atitude da Igreja, diz José Murilo de Carvalho:

Não se tratava mais da participação de padres na política mas da tentativa da hierarquia de definir uma política da Igreja perante o Estado. A tentativa levou ao choque da Questão Religiosa [1872 – 1875] e à prisão dos bispos [Dom Antônio de Macedo Costa, sacerdote baiano, e o bispo de Belém do Pará, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira]. A ênfase na lealdade eclesiástica levava necessariamente ao conflito com a lealdade ao Estado²³.

Na realidade, os ultramontanos não queriam a separação entre Igreja e Estado, pelo contrário, havia a preocupação que isso ocorresse. A intenção era definir uma política entre as duas instituições que desse maior liberdade à Igreja Romana de comandar o clero, de interferir nas decisões de governo e de controlar a sociedade. Assim, Pio IX pretendeu, durante seu pontificado, reformar o clero do Novo Mundo, conhecido como indisciplinado, pelas razões mencionadas nos parágrafos anteriores. Objetivando maior centralização do clero em torno da Sé e de firmar esse desejo no corpo de doutrinas da Igreja, ele planejou o Concílio Vaticano I, onde ficou firmado o dogma da infalibilidade papal (1870), o que reafirmava a sua soberania como chefe ou monarca da

²² KIDDER, P. Daniel. *Op. Cit.*, p. 253.

²³ CARVALHO, José Murillo de. *Op. Cit.*, p.171.

Igreja²⁴. Em sua encíclica de 1864, *Quanta Cura*, acompanhada de um resumo dos principais erros da época, chamado de *Syllabus*, o Pontífice qualificava a América Latina de “terra do erro pagão” e do “cristianismo irregular”, que precisava ser colocado “nos eixos”²⁵ e condenava: o Panteísmo, o Naturalismo e Racionalismo Absoluto, o Socialismo, o Comunismo, as sociedades secretas (como a Maçonaria), as sociedades bíblicas, as sociedades clérigo-liberais, o Liberalismo Moderno etc²⁶. Tal postura do Papa, sobretudo, revelava as intenções reformistas ou romanizadoras que serão postas em prática no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

A reforma-católica ou “romanização” tem seu embasamento nas decisões do Concílio de Trento. Segundo a definição de Roger Bastide, ela consiste no movimento da Igreja Romana, objetivando: 1) reafirmar a autoridade da igreja institucional e hierárquica (episcopal) “sobre todas as variações de catolicismo *folk*”, como é o caso das irmandades religiosas; 2) a reforma do episcopado, em meados do século XIX, com vistas em “controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato”; 3) aumentar a dependência do clero brasileiro as Ordens e Congregações missionárias de origem européia (como os padres lazaristas, da Congregação de São Vicente de Paulo), “para realizar ‘a transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral’”; 4) e por fim “a busca destes objetivos, independentemente e mesmo contra os interesses políticos locais”²⁷.

Iniciado o Segundo Reinado, as primeiras atitudes dos padres ultramontanos, no Brasil, para promover a reforma católica ou “romanização”, foi buscar corrigir o clero decaído, por meio da criação das dioceses e de seminários episcopais, sendo que ambos ficariam sob a supervisão de bispos ultramontanos. Nesse período, as nomeações dos bispos eram feitas pelo Imperador e será justamente ele que viabilizará o início da romanização, quando, na década de 40, nomeia bispo de Mariana, em Minas Gerais, o padre

²⁴ MANOEL, Ivan A. Donoso-Cortês e a antidemocracia Católica no Século XIX. In: *História*. S. Paulo: UNESP, n.º VII, p. 229-241, 1992.

²⁵ HOORNAERT, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 131-132.

²⁶ COSTA, Lourenço (org). *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)*. Trad: Darci L. Marin, São Paulo: Paulus, 1999, p 260-275.

²⁷ DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2.ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 50.

português Dom Antônio Ferreira Viçoso, ex-superior da Congregação da Missão Vicentina²⁸. Tal atitude do Imperador não se dá inconscientemente, mas demonstra uma convicção por parte deste de que a reforma do clero no Brasil devia ser realizada pelo clero europeu ou, pelo menos, por padres brasileiros formados em Paris ou em Roma, lugares estes que haviam sido transformados, após 1848, em centros ultramontanos²⁹. É interessante notar que essa atitude se encaixa perfeitamente em um dos objetivos elencados por Bastide, o de aumentar a dependência do clero brasileiro às Ordens e Congregações missionárias de origem européia. Será, então, nesse momento, fazendo parte do projeto de D. Ferreira Viçoso para a reabilitação do clero nacional, que se abrirá a porta para a criação do Bispado de Fortaleza e a subsequente fundação do Seminário Episcopal local, objeto central deste nosso estudo.

Foi apostando na capacidade de alguns padres formados no Seminário de Caraça, Minas Gerais, que D. Viçoso selecionou os mais promissores (D. Pedro Maria de Lacerda, D. João dos Santos e D. Luiz Antônio dos Santos) e os enviou a Paris e a Roma para estudar e entre esses estava aquele que seria o primeiro bispo de Fortaleza, Dom Luís Antonio dos Santos.

Criado em 1853, juntamente com o bispado de Minas Gerais, pela lei nº 693 da Assembléia Geral, o bispado do Ceará foi organizado no início do processo de romanização, que teve seu auge com a conclusão do Concílio Vaticano II³⁰. D. Luís, nomeado em 1860, tomou posse na Cidade em 16 de junho de 1861, por meio de seu procurador, o Cônego Antônio Pinto de Mendonça. Em 26 de setembro do mesmo ano chegou D. Luís no cruzeiro vindo da Bahia³¹. Ao iniciar suas atividades na Diocese em 1861, D. Luís se depara com uma situação semelhante à das demais dioceses do Brasil: o clero

²⁸ BOEHER, George C. A. *Op. Cit.*, p. 147. A Congregação da Missão Vicentina, é um grupo organizado por São Vicente de Paulo, em 1625, em Paris, que agregava leigos para o trabalho de caridade. Posteriormente, tornou-se uma sociedade de padres conhecidos também como lazaristas e trabalhavam como missionários, especialmente nas zonas rurais, e na formação de padres. Em 1633 fundou, também, com Santa Luísa de Marillac, a ordem das Filhas (ou irmãs) de Caridade, membros ao mesmo tempo da Congregação da Missão. Ver: ATTWATER, Donald, *Dicionário dos santos*. S. Paulo: Círculo do Livro Ltda., 1965, p. 285-286.

²⁹ Id. *Ibidem*, p. 168.

³⁰ PINHEIRO, Francisco José. *Op. Cit.*, p. 201

³¹ BPMP. Microfilmagem. *O Cearense*, 26 de setembro de 1861. Rolo 26.

escasso, mal formado e de comportamento e hábitos não condizentes com a disciplina eclesiástica. É o que lemos no *Álbum Histórico do Seminário* (1914):

Sua magnanimidade de caráter [de D. Luís], ao desvendarem-se a seus olhos, os campos cearenses desprovidos de igrejas e de pastores, a Diocese por organizar, a carência de clero e os abusos a corrigir, não trepidava diante das urzes, que lhe ensangüentariam os pés, quando viajasse pelo sertão adusto pelo sol inclemente, nem diante das angústias que lhe magoariam o coração, quando tivesse de dar embate às múltiplas irregularidades daqueles tempos³².

Tais irregularidades, mencionadas, referiam-se à situação moral do clero, sendo que esse tema já era há muito tempo assunto dos relatórios dos presidentes da Província, como podemos exemplificar pelo trecho abaixo:

O culto prestado ao Todo-Poderoso em conformidade com a santa religião que professamos parece estar em decadência nesta Província, como está nas outras províncias do Império. Algumas das igrejas paroquiais acham-se num estado de completa ruína; outras necessitam de reparos consideráveis para que nelas possam celebrar os sacrossantos mistérios da nossa Religião. Muitas delas não têm os panos do altar nem as vestimentas necessárias para a celebração dos sacramentos e outros ritos. Os párocos (com raras e honrosas exceções) não se preocupam muito com a instrução de seus paroquianos, e, se às vezes lhes propagam a Palavra, não os edificam com o exemplo e a prática das virtudes cristãs que sem dúvida teriam mais efeito do que as frases arrumadas dos sermões. A esperança da próxima criação de uma Prelazia na Província e a vinda de um Pastor Apostólico que esteja abrasado do zelo religioso e que inicie a reforma dos costumes do clero e do povo deverão consolar-nos³³.

Esta citação, além de reafirmar a respeito da situação do clero cearense, revela-nos também a condição em que se encontravam os templos paroquiais do sertão. Muitos estavam por ser concluídos, outros sem recursos eram abandonados pelos respectivos párocos que viviam quase a mendigar para se manterem, como nos descrevem relatórios de anos posteriores, como o de 10 de setembro de 1841 (período em que o Ceará ainda era região do bispado de Pernambuco). Depreende-se destes que esta situação não é exclusiva do Ceará. Bohrer, encontra os mesmos elementos do discurso há pouco transcrito em relatórios elaborados em outras províncias do Brasil, durante o século XIX, como é o caso dos de Minas Gerais, da Bahia, de Santa Catarina, entre outras. Como se vê, os problemas a serem resolvidos, do ponto

³² SECI SHE. *ÁLBUM Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 02.

³³ BPMP/ Microfilmagem. Relatórios da Província, Ceará, 1836- 1856, *Relatório que apresentou o Exmo. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 1º de agosto de 1840*. p. 4. Rolo 01.

de vista da Igreja e do Poder Público, eram muitos e graves e precisavam de soluções o quanto antes.

Para resolver parte desses problemas no Ceará, D. Luís intencionava desde sua chegada a Fortaleza fundar um seminário diocesano. Na verdade, o decreto imperial permitindo a fundação da instituição já tinha sido expedido desde 27 de setembro de 1860, pela Lei nº 1140, data em que Pio IX confirmou, em Roma, a nomeação do Bispo cearense³⁴. Além do Seminário, fundou o colégio da Imaculada Conceição para a instrução da parte feminina: órfãs e jovens de famílias fortalezenses, candidatas a boas esposas e mães. Estes dois grandes empreendimentos, entretanto, só se concretizaram, respectivamente, em 1864 e 1865³⁵. De acordo com o que escrevi em parágrafo anterior, segundo Roger Bastide, a criação do Seminário Episcopal de Fortaleza se encaixa no objetivo de buscar o controle da doutrina, da fé, das instituições e da educação do clero e do laicato.

Estava iniciada a empreitada do Bispo cearense contra as irregularidades e o desgoverno dos párocos. E foi para ajudá-lo que ele lançou mão de ferramentas fundamentais para a educação dos futuros padres: os padres lazaristas franceses, pertencentes à Ordem da Congregação da Missão, muito ligada a Roma. Sua intenção, pois, era fundar um seminário semelhante ao de Mariana (em Minas Gerais), que dirigira antes de chegar a Fortaleza. Conclui-se que não somente era sua intenção moralizar o clero, mas formar padres que, sobretudo, fossem obedientes a Roma. Havia, também, segundo nos diz Francisco J. Pinheiro, a intenção de depreciar o Clero liberal que, como no princípio citamos, partilhava dos ideais revolucionários do Iluminismo francês. Segundo o autor:

Esta é uma das características fundamentais do processo de romanização, apresentar o Clero liberal como sinal de decadência, de formação inadequada, inobservante, portanto um Clero que não

³⁴ LIMA, Francisco. *O Seminário da Prainha*. Fortaleza: BNB, 1982, p. 19.

³⁵ Em fins de 1860 e início do seguinte, Thomaz Pompeu de S. Brasil, diz existir na Capital para o ensino secundário público o Liceu; além disso funcionavam aulas públicas avulsas de Latim nas cidades de Sobral, Crato, Icó, Aracati e Baturité. Havia ainda o Colégio de Educandos Artífices, fundado em 1857, para órfãos desvalidos entre 7 e 18 anos e escolas particulares. Estima-se para o período em questão que havia cerca de 71.428 menores entre 6 a 15 anos, sendo que somente cerca de 6.000 recebiam instrução. Ver: BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará*. Tomo II. Edição Fac-similar, 1997. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p 800 – 825. E CASTELO, Plácido Aderaldo. *Op. Cit.*

merece confiança, enquanto o Clero romanizado é sempre apresentado como aquele que deve salvar a Igreja do caos liberal³⁶.

Além das intenções de reformar o clero decaído, havia a preocupação com o controle e a vigilância da sociedade local, e era por isso que havia o interesse da Igreja em educar consistentemente as classes dominantes nos moldes católicos de Trento, pois elas conduziram mais tarde a sociedade e esperava-se que isso fosse feito a partir dos interesses da Igreja³⁷.

A romanização buscava a construção de uma unidade entre cristãos, o fim do sistema regalista e o redirecionamento da religiosidade popular cearense. Entre o período que compreende a expulsão dos jesuítas até a segunda metade do século XIX, o culto católico oficial brasileiro não possuía uma unidade de expressão de culto e até mesmo de interpretação do sagrado, apresentando formas diferenciadas de vivência da fé, tanto pelo povo como pelo clero de caráter mais nacional. O pouco contato entre os fiéis do sertão e o clero pode ser posto como o elemento fundamental responsável por dar espaço para que a religiosidade popular assumisse aspectos pouco ortodoxos, diferenciando-se do projeto tridentino, pregado pelo catolicismo oficial. O problema da escassez de padres ou mesmo da intercalação temporal das visitas pastorais para manter a constância dos ritos e do culto católicos deu margem para as camadas populares desenvolverem um catolicismo que valorizava menos a hierarquia eclesiástica em antagonismo a um catolicismo de aspecto mais leigo, ficando esses estratos livres para manipular o sagrado, substituindo a mediação do padre pela mediação dos santos, fortalecendo, assim, o culto popular.

1.2.1 - As estratégias para reorganizar a religiosidade popular

Voltando um pouco na história, mais especificamente ao período colonial, temos, como instituição que exerceu importante papel sócio-religioso: as irmandades. Constituíam-se em associações leigas autorizadas pelo Estado com (na maioria dos casos) o duplo objetivo de dar assistência religiosa e material aos seus respectivos membros. Funcionavam como entidades de

³⁶ PINHEIRO, Francisco José, *Op. Cit.*, p.202

³⁷ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Deus, à Igreja e à Pátria: os estandartes da família católica no século XIX. *História*, São Paulo, v.11.1992, p.254-255 (UNESP).

classe, congregando, inicialmente, pessoas de mesma cor (brancos, pretos, mulatos), exercendo ação protetora aos seus membros, defendendo-os dos infortúnios da vida, podendo ajudá-los na hora da enfermidade, da falência, da pobreza e na manumissão de escravos, como é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – que era uma irmandade de negros. Como instituição religiosa, a maioria delas representava para a Igreja não romanizada instrumento de promoção da devoção e sustentação material do culto religioso, atuando também na construção de templos e cemitérios. Como os nomes da maioria das irmandades revelam, elas eram consagradas a um santo, coincidindo de muitas delas terem o mesmo santo como padroeiro, só que com um desdobramento diferente (como, por exemplo, Nossa Senhora apresentava-se com vários nomes, de acordo com a irmandade: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição da Prainha etc). A esses santos se patrocinavam cultos, erigiam capelas e em sua homenagem se faziam festejos, ocorrendo nestes momentos a manipulação do sagrado pelos agentes leigos. Dessa forma, as irmandades possuíam certa autonomia sobre o uso dos bens materiais e simbólicos religiosos³⁸.

Quando D. Luís chegou ao Ceará em 1861, em Fortaleza havia cerca de onze irmandades, fora outras que havia no restante do Ceará³⁹. Nesse tempo, a criação de uma irmandade não dependia da permissão do bispo diocesano, antes era apenas um contrato celebrado entre esta e o Governo provincial (chamados de Compromissos), o que dava certa autonomia à irmandade frente à hierarquia eclesial. Como o projeto romanizador visava ao controle de expressões da religiosidade popular como essas, era mister que D. Luís e os bispos seguintes criassem estratégias que ou controlassem as irmandades em função dos objetivos reformistas ou as extinguissem. Nesse sentido, posso citar dois exemplos característicos que mostram o tipo de relação do bispo com as irmandades. Em primeiro lugar, pode-se ver pela relação mantida entre D. Luís e seu sucessor, D. Joaquim, com a Irmandade

³⁸ Sobre o tema das irmandades, ver CAMPOS, Eduardo. *As irmandades religiosas do Ceará Provincial*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. *Sal da Terra: uma leitura da identidade e intolerância de católicos e protestantes no Ceará do Século dezenove*. Recife, 2001. Dissertação de Mestrado - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal de Pernambuco.

³⁹ CAMPOS, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 113-119.

de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha; e em segundo lugar com a Irmandade de S. Francisco das Chagas de Canindé.

No primeiro caso, no período em que o Bispo procurava um prédio para instalar o seminário, os membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Capela do Outeiro da Prainha estavam a construir os alicerces de um prédio, junto da igreja dedicada à mesma santa, que serviria de colégio para as meninas órfãs descendentes dos confrades. Entrando, porém, em acordo com a irmandade, D. Luiz assume as obras de ereção do orfanato, modificando seu projeto inicial e concluindo-o em 1863, gastando uma quantia de 47:548\$388, recurso este obtido do Governo Provincial (12:000\$000), esmolas do povo (13:622\$490) e economias do prelado (21:925\$898)⁴⁰. Ainda à procura de um local para instalar o seminário e não se agradando de nenhuma das ofertas anteriormente feitas pelo Presidente da Província – o prédio do Lazareto da Lagoa Funda e o da Santa Casa de Misericórdia, ambos ainda não utilizados – o bispo resolve usar, temporariamente, o prédio que seria destinado ao colégio das órfãs, mas para isso negociando com o governo provincial o pagamento do aluguel do mesmo por 1:200\$000, que serviria de rendimento para o pagamento de outro espaço onde funcionaria o mesmo colégio até que o problema fosse resolvido. Esta situação continuou até 1865, quando a casa foi definitivamente convertida em seminário, sendo que, até 1867, o colégio das órfãs funcionou em uma casa alugada pelo Cel. José Francisco da Silva Albano, números 28 e 30, sendo depois transferido nesse último ano para o antigo Colégio de Educandos, no Outeiro da Prainha.

Como podemos perceber, os objetivos de D. Luiz estavam se concretizando, interferindo nos objetivos da Irmandade há pouco citada. Esta, durante todo o tempo em que se resolvia a questão do lugar definitivo do colégio, não fez nenhuma reivindicação, até mesmo pelo fato de a instituição não ter deixado de existir. Vemos, porém, que aqui acontece a primeira grande interferência do Bispo nos negócios da Irmandade, pois o colégio ficou, a partir de 1865, nas mãos das irmãs de caridade, o que demonstra o desejo de centralidade administrativa de todas as instituições ligadas à Igreja em torno de seus objetivos reformadores. Outra atitude que evidenciará essa visão de

⁴⁰ SEFI SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)*, p.03.

centralismo e combate as atividades das irmandades será tomada pelo segundo Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira: convencer os membros da Irmandade a cederem a Igreja da Prainha, contígua ao Seminário, erigida pelos membros da Irmandade.

Com respeito a Irmandade de S. Francisco das Chagas de Canindé, durante muito tempo, o patrimônio do santo foi administrado por particulares (leigos) sob a supervisão dos juizes da capela. Para estabelecer um controle mais rígido da Igreja, em 1870, D. Luiz incentivou a criação canônica de uma irmandade, sob a invocação de S. Francisco das Chagas, para cuidar da promoção da devoção, do atendimento aos romeiros, do bom andamento do culto e, é claro, para gerenciar o patrimônio do santo. A pequena vila de Canindé, antes mesmo da criação da Diocese, já era importante ponto de peregrinação. Juntamente com os romeiros, vinham também muitas esmolas e doações para os cofres do santo e quando a Diocese foi instalada, S. Francisco, em Canindé, já possuía um patrimônio considerável. Com a criação da irmandade e o controle, mesmo que indireto, do Bispo sobre ela, parte dos recursos que sobravam da manutenção do santuário e das obras pias ia sendo enviado a Fortaleza para a compra de apólices da dívida pública em nome do Seminário de Fortaleza. Especialmente depois da Proclamação da República, quando o Estado já não financiava as atividades da Igreja no Brasil, os recursos do cofre de S. Francisco eram bem-vistos como meio para a expansão e manutenção do Seminário.

É importante observar que, com o fim do regalismo e a Proclamação da República, os compromissos das irmandades não ficavam mais sob intervenção estatal, dando margem ao gerenciamento maior destes espaços pelo Bispo. Em consequência disto, em 1892, o compromisso da irmandade de S. Francisco foi reformulado, expressando que esta deveria excluir dentre os seus membros os maçons, grupo bastante presente nas irmandades locais e a nível nacional, e que ela jamais poderia apelar para autoridade civil em caso de problemas internos, a não ser à Igreja. Outra coisa, o pároco de Canindé ficava sob o mais estrito controle da Diocese.

As relações, porém, não ficaram nesse pé. Algumas resistências ao controle total da irmandade pelo Bispo diocesano surgiram. Segundo D. Joaquim, em determinado momento, foi constatado pela Igreja que estava

havendo o uso indiscriminado ou equivocado dos recursos de S. Francisco. O livro de apontamentos do Seminário esclarece:

O que se dava, e ainda se dá é uma certa largueza nas despesas que podiam ser reduzidas a muito menor proporções. Muitas obras se hão feito em Canindé a expensas do cofre de S. Francisco (...). Além disso a Irmandade, julgando-se, sem fundamento, com direito de dispor dos bens de S. Francisco para coisas profanas, tem gasto não pequena soma com estradas, açudes e outras obras que deviam ser feitas pela municipalidade⁴¹.

Mesmo com tantas admoestações de D. Joaquim, a Irmandade não se enquadrava nos seus critérios de economia e em 1897 foi supressa por decreto episcopal, passando o cofre do santo ao controle das mãos de um conselho composto por três padres, incluindo o pároco da localidade. Era estabelecido, assim, um maior controle da Igreja em Canindé. Logo no ano seguinte, D. Joaquim fez um contrato com o superior dos frades capuchinhos italianos que tinham uma missão no Maranhão. Aos seus cuidados foi entregue a administração espiritual e temporal do santuário. Dessa forma o Bispo cearense realizava o procedimento-padrão do episcopado nacional naquele período em relação aos santuários de peregrinação, entregando-o nas mãos de religiosos estrangeiros⁴².

Outra estratégia usada pelo Bispado para ofuscar o brilho das atividades das irmandades na Capital e no restante da Província foi patrocinar a organização de novos movimentos leigos no Ceará, como: as Conferências de S. Vicente de Paula, a Pia Congregação das Filhas de Maria, as Irmãs de S. Luiz Gonzaga e a Associação do Sagrado Coração (ou Apostolado da Oração)⁴³. A melhor maneira de combater os "abusos" da religiosidade popular era competir com as instituições já existentes, já que elas não podiam receber interferências diretas da Igreja, pelo fato de estarem legalmente ligadas ao Estado regalista. As novas instituições teriam a tarefa de organizar a espiritualidade leiga dentro da visão tradicionalista da Igreja.

Para exemplificar a atuação dessas novas instituições, a Conferência de São Vicente de Paulo, instituição já conhecida na Europa, foi fundada inicialmente em Aracati, em 1879, espalhando-se rapidamente pelo Ceará,

⁴¹ SEFI SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)*, p.11.

⁴² REIS, Edilberto Cavalcante. *Op.Cit.*, p. 134 -137.

⁴³ SEFI SHE. *Primeiro Livro das Constituições Sinodais do Bispado de Fortaleza. S/d* (cap. 16, art.18).

fazendo obras de caridade e incentivando a um novo tipo de espiritualidade mais voltada para a individualidade e interioridade, em contraste com as atividades comunitárias e a religiosidade, do ponto de vista da Igreja, mais superficial das irmandades. Mais especificamente, as conferências preocuparam-se em ajudar no atendimento espiritual e material dos mais pobres, fazendo doação de alimentos e dinheiro às famílias e orientando-as moralmente. Dentro da visão de moralidade cristã católica, a Conferência de São Vicente se preocupava em: retirar do estado de mancebia os casais; retirar da “vagabundagem” as crianças, catequizando-as e instruindo-as nas primeiras letras; retirar da prostituição as mulheres; em reatar casamentos desfeitos; visitar os encarcerados; e proteger os jovens desempregados da marginalidade. As Conferências eram formadas por grupos de intelectuais, como médicos, advogados, juízes, militares, comerciantes e políticos, ou seja, uma elite política e intelectual. Em Fortaleza, estava à frente da Conferência o médico e historiador Barão de Studart, dirigindo a instituição por quase meio século ⁴⁴.

Além dessas instituições criadas pela Igreja, havia certas práticas que, por intermédio delas, seriam incentivadas com o objetivo de mudar a espiritualidade da população a ser recatolicizada. O novo modelo eclesial implantado pelo ultramontanismo, baseado na ortodoxia tridentina e no pensamento aristotélico-tomista, pretendeu estender-se por todos os setores da sociedade, desenvolvendo para cada especificidade social (família, ensino, trabalho etc) uma pastoral. Essa “intrusão eclesial” visava a penetrar o coração, ou seja, em toda a vida emocional do homem, objetivando aprofundar a relação deste com uma prática espiritual baseada na freqüência à missa, no exame de consciência, na confissão e na comunhão, ou seja, na ênfase nos sacramentos. Essa nova espiritualidade vinha repleta de confiança na misericórdia de Deus (ou no Sagrado Coração de Jesus), na devoção para com a Virgem e seu companheiro José e com a Eucaristia. Uma das intenções era afastar os católicos de uma prática religiosa, como já antes me havia referido, puramente exterior, como a das antigas práticas religiosas do período colonial.

⁴⁴ CAMPOS, Eduardo. *Op. Cit.*, p.82. Ver também: REIS, Edilberto Cavalcante. *Op. Cit.*, p. 138 a 144.

Uma das áreas bastante trabalhadas pela igreja foi a do matrimônio. O “sagrado” matrimônio, tema freqüentemente tratado pelos papas em suas encíclicas, era visto como fonte de felicidade, amor, estabilizador social e promovedor da paz. O verdadeiro lar cristão era aquele onde os filhos teriam boa educação moral e por isso não deviam surgir de casamentos mistos entre católicos e não católicos nem de concubinato ou relações adúlteras. Dessa forma estes tipos de uniões, como se podia esperar, foram condenados, tendo haja vista a necessidade de a Igreja garantir a moral e a educação das novas gerações dentro dos princípios católicos. Sobre este assunto, no jornal *Tribuna Católica*, que tinha grande circulação tanto na Capital quanto restante da Província, no editorial de 19 de julho de 1868, sob o título *Mas quando vier o Filho do homem julgareis vós que achará ele alguma fé na terra?*⁴⁵, condenavam-se veementemente tais mudanças de comportamento no matrimônio, já em fase de grande difusão na Europa, frisando que tal maneira de viver só traria o castigo divino sobre os que praticassem tais atos. Expressavam ainda, que esse desvirtuamento do padrão familiar era fruto das idéias modernas de homens incrédulos que penetravam a sociedade. Alertava para a noção de que tal movimento de “impiedade” tentava se apresentar sob títulos “tímidos” de: “idéias novas – espírito modernos – civilização – filosofia – progresso”, mas todas essas inscrições sinalizavam unicamente para um modo de vida que não era agradável a Deus e demonstrava o desprezo pelos ensinamentos da Igreja.

Maria Aparecida Gaeta, em seus estudos sobre as idéias e representações construídas e desenvolvidas pela Igreja Católica e dirigidas à família, diz que, para livrar as famílias de todos os desvirtuamentos que a Modernidade trazia, os poderes civis, os bispos e os chefes de família eram constantemente instados pela Igreja a defenderem a inviolabilidade do matrimônio contra o divórcio e a se colocarem contra as perigosas uniões livres que gerariam filhos impuros e sem salvação. Colocava-se sempre sobre os pais a grande responsabilidade da educação e iniciação dos filhos na religião desde cedo. Nesse sentido expunha o *Tribuna Católica*:

⁴⁵ BPMP/ Microfilmagem, jornal *Tribuna Católica-Fortaleza* (19/07/1868), Rolo 91.

A salvação da maior parte dos cristãos depende dos primeiros anos; e se um grande número se perverte é porque foram privados na infância do benefício de uma boa educação cristã⁴⁶.

Trabalhando fortemente para a educação cristã, a Conferência de São Vicente de Paulo buscava catequizar as crianças e, fazendo assim, declara Gaeta, eles estariam cuidando para refrear a laicidade civil destruidora da ordem⁴⁷.

Como símbolo máximo da família virtuosa, a Igreja colocava a família de Nazaré (Jesus, Maria e José) como modelo. Estrategicamente, ela queria inculcar, por intermédio dessas referências, o conformismo na classe pobre para com sua situação socioeconômica. A Igreja temia as sublevações e revoluções de trabalhadores, e exaltava os exemplos de Jesus, Maria e José, como pessoas mansas, trabalhadoras e conformadas com a vida humilde, que mostraram o verdadeiro comportamento cristão para os despossuídos. Por isso, tantas vezes, São José era colocado como patrono de inúmeras associações de trabalhadores católicos⁴⁸.

A devoção mariana se tornava importante por situar Maria como exemplo de castidade para as donzelas, devoção e fidelidade das esposas aos maridos e grande amor filial capaz de qualquer sacrifício. A mulher era vista como uma espécie de centro em torno de quem gravitava toda a família, em seqüência, em volta da família, a sociedade civil e desta o Estado. Dessa forma, o cuidado com a família torna-se ponto-chave na luta contra uma sociedade desviada do padrão de cristianismo defendido pela Igreja Católica.

1.2.2 - Estratégias para o controle do clero local

Há pouco me referi a alguns mecanismos usados para o controle da religiosidade popular. No âmbito do controle do clero local, D. Luiz pretendeu usar três estratégias: a formação espiritual no seminário, os retiros espirituais e as visitas pastorais. A formação de padres no seminário visava a educar "soldados de Cristo" no modelo tridentino, já que eram poucos os membros do alto clero que possuíam tal educação. Dessa forma, a construção do seminário

⁴⁶ BPMP/ Microfilmagem, jornal *Tribuna Católica-Fortaleza* (19/08/1868), Rolo 91.

⁴⁷ Ver: GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Deus, à Igreja e a Pátria: os estandartes da família católica no século XIX. In *História*, São Paulo, 11: 243-258, 1992.

⁴⁸ Id. *Ibidem*, 248-249.

episcopal tornou-se alvo importantíssimo a ser alcançado. Enquanto isso não acontecia, D. Luiz mandava seus vocacionados para o seminário da Bahia, ainda considerado o melhor do Império. Depois, com a construção do Seminário de Fortaleza, a formação baseada na reclusão dos seminaristas dentro das quatro paredes do prédio demonstrava o esforço de separação espiritual do grupo do mundo temporal e suas filosofias modernas. Esse distanciamento do clero em relação ao mundo social levava a sua auto-marginalização à realidade histórica da Província, aproximando-os da ideologia tradicionalista que norteava a ética romanizadora, de não-envolvimento direto na luta política pelos direitos dos grupos sociais dominados. Nesse sentido, toda atuação política e filantrópica executada pelo clero romanizado assumia um caráter espiritual diante da sociedade, ou seja, o compromisso com o próximo dava-se como resultado do aspecto de irmandade cristã, como ação piedosa e não como ato de responsabilidade política⁴⁹. Em outros termos, a formação tradicionalista do Seminário de Fortaleza visava à irradiação de uma cultura religiosa baseada em valores universalistas (contrapondo-se ao modernismo, ao liberalismo, e valorizando a ordem, a piedade, a moralidade católica), a partir da preparação de pregadores totalmente obedientes a tais princípios⁵⁰. Portanto, do Seminário deveriam sair padres que não tivessem comportamentos “desviantes” como eram considerados os do padre Ibiapina e do padre Cícero Romão Batista, apesar deste último ter sido formado nesta instituição.

Padre Ibiapina, formado em Direito no Recife, foi um missionário que ficou bastante conhecido no atual Nordeste por adotar uma metodologia pastoral mais próxima às camadas populares e por deixar um conjunto de obras e de realizações de cunho sócio-caritativo. Ele fundou na Província, entre 1862 e 1883, cerca de 22 casas de caridade que amparavam mulheres

⁴⁹ Um exemplo disso foi a atuação da Igreja cearense no período da seca entre 1877-79, quando D. Luiz, os professores do seminário, seus seminaristas e as Irmãs de Caridade acorriam para a população vitimada pela calamidade com seus socorros espirituais. Em 1878, pedindo a Deus chuvas para província D. Luiz consagrou a Diocese ao culto europeu do Sagrado Coração de Jesus, considerando que a calamidade era fruto da cólera divina pelo esquecimento de suas leis e pela imoralidade e impiedade dos tempos modernos. Ao fazer tal consagração o Bispo estabelecia nova *dulia* católica no contexto da realidade religiosa local, frisando a superioridade desse culto em relação a outras expressões de devoção popular.

⁵⁰ MONTENEGRO, João Alfredo. *O Trono e o Altar: As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817 – 1978)*. Fortaleza: BNB, 1992. p. 94.

desvalidas e órfãos⁵¹. Suas obras, porém, não foram suficientes para desviá-lo da mira do processo de reorganização da religiosidade cearense, levando a sérios atritos com a alta hierarquia da Igreja no Ceará. Entre seus atritos mais sérios está o episódio em que Ibiapina pretendeu fundar, sem permissão do Bispo, uma congregação religiosa de freiras, em 1862. Ibiapina tinha recebido permissão somente para pregar, mas esse último ato ultrapassou esse limite colocado pela Igreja local, o que rendeu sua expulsão do Ceará pelo Bispo D. Luiz⁵² e o confisco das casas de caridade que fundara pela Igreja.

O segundo caso, o do Padre Cícero, com o “milagre” de 1º de março de 1889, quando a devota Maria de Araújo, na capela de Juazeiro, ao receber a Comunhão, “caiu por terra e a Imaculada Hóstia branca que acabava de receber tingiu-se de sangue”, foi o mais intrigante e de maior notoriedade. O fato revestiu-se de intenso misticismo, atraindo os olhares de vários romeiros de todo o Norte e da imprensa do País. Dentro da interpretação de Luitgarde Oliveira, o fenômeno do Juazeiro é o resultado de uma revolta do sertanejo contra o sistema opressor da política estatal e clerical. Estas duas instituições, o Estado e a Igreja, ou o trono e o altar, compunham uma força ideológica que procurava disfarçar a desigualdade social no País. O discurso da necessidade de ordem recheava-se de religiosidade e submissão às autoridades constituídas por Deus e essa obediência a elas era um critério importante que contaria para se entrar no Reino dos Céus, ou seja, lutar contra a autoridade era lutar contra Deus e perder a vida eterna. Como contraste dessa pregação inócua da Igreja oficial, que iguala os grupos socialmente diferentes, é que a pregação de beatos e beatas (como José Lourenço, do Caldeirão) e de missionários do perfil de Ibiapina invade o sertão empobrecido de gente sem esperança na autoridade civil que se refugia na caridade de “pseudo clérigos”, mostrando uma práxis diferente de uma ideologia da mesmice e da conformação. É certo que grande parcela de sertanejos que ouviam as pregações desses religiosos já havia inculcado a ideologia da aceitação passiva do sofrimento como meio de penitência, mas havia momentos, como diz o historiador Regis Lopes, de “rebeldia em face das agruras e angústias do

⁵¹ LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: O Massacre de Canudos*. Trad.: Mônica Dantas. S. Paulo: EDUSP, 1994. p. 190.

⁵² DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 33 – 35.

viver”, quando, apelando ao santo, o devoto rogava um milagre para solucionar seus problemas, ou seja, o sofrimento nem sempre era visto como uma forma de purificação da alma ou simples consequência do pecado, mas como algo que deve terminar. Mesmo em meio as relações de compadrio⁵³, que envolvia a relação do sertanejo e seu patrão rico de laços religiosos, o sofrimento era visto como tendo limites, “sobretudo quando a dominação chega à determinados níveis de exploração ou violência”⁵⁴.

Nesse sentido, o Padre Cícero emerge no mundo do Juazeiro como um homem “santo” que se aproxima do sofrimento do povo e que é visto como um canal das bênçãos de Deus, reunindo um discurso baseado na tradição católica, que salienta a necessidade do cumprimento dos sacramentos e a prática assistencialista das esmolas, do incentivo ao trabalho e da não-cobrança de dinheiro pelos serviços religiosos prestados, um direito de que ele abria mão, tocando assim o coração dos assistidos. Ele, tendo uma visão mais larga da realidade do sertão, incentiva o desenvolvimento da policultura e do artesanato em região tão atípica. No próprio contexto da seca de 1877, fora ele, que não abandonando o rebanho, como era comum na época fazerem os padres, permaneceu e incentivou a cultura da mandioca e de silos⁵⁵ para amenizar tão desgraçada situação. Tais atos de bondade e abnegação, como eram encaradas tais atitudes pelos homens e mulheres que acorriam ao lugar em busca de esperança e conselho do Padre, pouco a pouco o travestiram de santidade que mais tarde seria “confirmada” pelo milagre visível da transubstanciação. Agora os romeiros não iam somente ao Padre para que os ajudasse nos seus problemas econômicos, mas buscavam agora seus “poderes sobrenaturais”, para que resolvesse problemas de saúde e conflitos familiares, até mesmo aqueles entre as camadas dominantes da região iam ter com Cícero. É por isso que o historiador Regis Lopes refere:

O Santo de Juazeiro foi inventado no meio de vários outros protetores, definidos por acordo e tensões das experiências sociais

⁵³ “Nessa perspectiva, o catolicismo que penetrou nos caminhos da caatinga deixou uma cultura da proteção através da qual a existência de potentados e despossuídos é, em certa medida, justificada: Deus faz o rico para proteger o pobre. A obediência é, nesse sentido, o honroso comportamento do camponês que recebe o abrigo do generoso patrão”. RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O Verbo Encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Ed. UNJUÍ, 1998, p.41-42.

⁵⁴ Id. *Ibidem*, p.32-43.

⁵⁵ Construção impermeável para conservar forragem destinada ao alimento dos animais.

de sujeitos historicamente situados. Ou melhor: o Pe. Cícero dos romeiros faz parte de um imaginário constituído, de certa forma, por experiências cotidianas que se orientam e se (re)fazem na medida em que (re)constroem laços de proteção. Proteção que se configura como realidade e desejo, para enfrentar as inseguranças do devir, como as secas, as doenças, a privação de recursos, a desventura ligada ao casamento, a violência dos potentados e despossuídos errante ou toda sorte de querelas em nome da honra ou da posse de terra⁵⁶.

Nesse sentido, o imaginário popular se vê na autoridade de interpretar o acontecido como milagre e não puro embuste, como fizera D. Joaquim, e o Padre como santo. Aqui os despossuídos do poder institucional religioso criam sua ideologia do sagrado, não esperando que a autoridade eclesiástica autentique o fenômeno como real, ela mesma tira suas conclusões, canoniza, consagra. Desde então, ninguém mais conseguiria reverter o quadro, fosse a suspensão das ordens do Padre Cícero de pregar, sua retirada para o Salgueiro ou seu envolvimento na política local. É certo que a própria atitude do sacerdote em não aceitar passivamente o aval do Bispo diocesano contribuiu para o caso permanecer como estava, mas o que mais impressiona é que a formação ultramontana recebida por Cícero no Seminário Episcopal de Fortaleza, a qual condenava tal postura, não tivera grande efeito sobre sua insubmissão e, de certa forma, reprodução das tradições da cultura religiosa sertaneja, tão combatida pela visão romanizadora⁵⁷. Eduardo Hoonaert diz que os estudantes dos seminários romanizados eram formados sem receber nenhuma instrução sobre sua própria expressão de religiosidade paterna e materna senão de forma preconceituosa, ou seja, apresentado-a como superstição, atraso, fanatismo, em oposição a uma religiosidade pautada na liturgia oficial. Ele diz ainda, citando mais especificamente o caso do Pe. Cícero, que esse “curto-circuito” ou alternância contrastante de atitudes religiosas era comum a outros sacerdotes que tinham a “cabeça romanizada, mas o coração ainda pulsando com o ritmo da vida do povo. A ortodoxia na cabeça, mas a fé no milagre, no coração”. Afirma ainda que tal comportamento é mais presente em padres brasileiros, ou seja, que tiveram na infância alguma

⁵⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Op. Cit.*, p.38.

⁵⁷ Sobre o assunto da história do Padre Cícero ver: DELLA CAVA, Ralph. *Op. Cit.* e BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O Movimento Religioso de Juazeiro do Norte. Padre Cícero e o fenômeno do Caldeirão. In SOUZA, Simone (Coord). *História do Ceará*. 4^a. ed., Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 249-296.

convivência com essa religiosidade popular⁵⁸, ou seja, havia ainda certa identificação com a cultura religiosa local.

Pode-se perceber que viva estava e viva ficou a força da religiosidade popular, mística, sobrenatural e de caráter não autorizado, na perspectiva da Igreja. Até hoje a imagem do santo Padre Cícero permanece na mente do sertanejo que peregrina até o horto no Juazeiro. Em qualquer outra parte do Ceará, existe cheiro e presença de religiosidade popular, seja nas credences que convivem com uma doutrina oficial, seja nos altares domésticos, onde se misturam imagens de santos e santas da Igreja Católica, entidades do candomblé, fitas bentas, flores murchas e benzeduras das rezadeiras. Os santos mudam de cor, ficam morenos, mudam de roupa, ganham atributos de acordo com a bênção recebida ou local de "aparecimento". Existe a Senhora do Perpétuo Socorro, a do Livramento, a das Dores etc., todas criações e inserções populares, frutos de uma resistência e criatividade, (re)invenção de homens e mulheres que vêem de forma diferente a religião muitas vezes imposta. Nesse sentido, quando convêm, a Igreja se apropria das (re)criações, entretanto ela tenta limitar o culto e estabelecer uma liturgia, um local sagrado para este. Em tudo isso, no entanto, mesmo quando a mão da autoridade eclesiástica tenta tudo controlar, escapam quase sempre por entre os dedos coisas pequenas até, demonstrando a fuga da ortodoxia fria e quase inerte das práticas oficiais. Acrescentando, tomando o conceito de *cultura* de Michel de Certeau, a religiosidade popular é o resultado de uma flexibilização do sistema religioso formal ortodoxo. Ela foge do padrão que se quer conferir aos símbolos e às idéias, às coisas e aos espaços da religião oficial. Seus praticantes utilizam os bens religiosos dando-lhes significados diferentes. Eles vivem o tempo, lêem os textos e vêem as imagens de outra forma. Essa religiosidade não é imóvel, não é rígida, mas provém do "fluxo e do refluxo de murmúrios nas regiões avançadas da planificação", de "uma luta multiforme entre o rígido e o flexível". Essa forma de religiosidade pode se manifestar quando a produção de uma elite que se vê dona dos símbolos e bens da religião deixa de fazer sentido para um grupo, produzindo apatia, levando à substituição ou

⁵⁸ HOONAERT, Eduardo. A Devoção dos Beatos Negros. In *Revista de Ciências Sociais*, vol. 18-19, n° 1 e 2, 1987-1988, p 17-18.

reelaboração dos significados dessas coisas ⁵⁹. Assim, tanto no caso das irmandades como na questão do Juazeiro do Padre Cícero, observa-se esse movimento de luta e ressignificações de idéias e de coisas que levam a outra compreensão do mundo.

A igreja procura, no entanto, se cercar de todos os instrumentos possíveis para evitar até as fugas dentro do sistema religioso católico. Como escrevi anteriormente, a formação de um clero obediente era fundamental para o sucesso da reforma católica e essa foi uma das estratégias de D. Luís, entretanto, isso resolvia só parcialmente a problemática da ausência de prelados bem formados. Nesse sentido, o que fazer com os padres já em atividade? Foram implantados os retiros espirituais que serviriam de uma espécie, numa linguagem moderna, de um programa de recapacitação dos padres mais antigos não formados no Seminário Episcopal. Nessas reuniões, o Bispo diocesano procurava corrigir falhas de liturgia e comportamento, por meio da doutrinação e atualização do clero local nas últimas recomendações feitas pelas encíclicas e documentos pontifícios. Objetivava-se com isso a recuperação da imagem do clero diante da sociedade cearense levando-o a conquistar a devoção do povo com o controle da vida sócio-espiritual e das expressões religiosas. Nesse objetivo, o padre deveria fazer o povo mudar a visão de Igreja como entidade dispersa e distante e até mesmo quase indistinta em termos morais dos simples populares⁶⁰.

Outro item importante nesse mecanismo de controle, de acordo com o que ficou proposto aos bispos pelo Concílio de Trento, as visitas pastorais feitas por estes deveriam ser, em termos gerais, um instrumento de vigilância para corrigir os abusos do clero e do povo que estavam sob a sua jurisdição eclesiástica. Em seu trabalho sobre a romanização no Ceará, o historiador Edilberto Reis analisa as visitas e cartas pastorais dos bispos D. Luís e D. Joaquim descrevendo os objetivos principais dessa prática: 1 – possibilitar um melhor conhecimento da geografia do bispado (topografia, distâncias, pessoas) e do conjunto de párocos e vigários; 2 – saber se os sacramentos estavam sendo ministrados aos fiéis de forma correta; 3 – conhecer o estado de

⁵⁹ CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky, S. Paulo: Papyrus, 1995, p.233-242.

⁶⁰ OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. *Op.Cit.*, p. 48 -49.

conservação dos templos, paramentos, livros paroquiais e cemitérios; 4 – ministrar os sacramentos (crismas, batismos, casamentos) como forma de aproximação da pessoa do Bispo ao povo; 5 – fiscalizar as associações leigas (irmandades, casas de caridade e associações pias). Na realidade, as visitas pastorais eram práticas raríssimas no contexto do Ceará, sendo que em quase duzentos anos de colonização a primeira fora realizada em 1834, por D. João da Purificação Marques Perdigão. Nessa época, o Ceará fazia parte da Diocese de Pernambuco e o isolamento dos párocos no sertão, as distâncias, os perigos das viagens dificultavam tais visitas, dando margem ao que já indiquei sobre os desvirtuamentos da ortodoxia católica⁶¹. Nesse sentido, elas tomavam caráter de visitas de disciplina do povo e do clero, buscando controlar os provincianos e introjetar valores muitas vezes distantes das suas experiências sociais, acostumados à não-interferência direta da alta hierarquia eclesiástica em suas expressões religiosas.

1.3 - A continuação do projeto romanizador com D. Manuel da Silva Gomes

Durante os cinqüenta anos iniciais de existência da Diocese do Ceará, o projeto romanizador de seus dois bispos, D. Luiz Antonio dos Santos e D. Joaquim José Vieira, seguiu, dentre outras coisas, os parâmetros delineados há pouco, sendo que a estratégia de enquadramento da religiosidade popular só foi objeto de alguma modificação significativa a partir da ascensão de D. Manuel da Silva Gomes a bispo do Ceará, em 1912.

Para se entender a importância da atuação de D. Manuel para a ação romanizadora no Ceará, é interessante lembrar de uma das principais conseqüências do fato ocorrido em 15 de novembro de 1889: o desmembramento entre Igreja e Estado. Como é notório, com esse acontecimento, automaticamente, houve a perda de poder e privilégios políticos que a Igreja possuía, além da perda de espaço no campo religioso em virtude da proclamação da liberdade religiosa permitida pelo novo regime. Assim, a Igreja se viu sacudida por esses acontecimentos.

⁶¹ REIS, Edilberto Cavalcante. *Op. Cit.*, p. 41-45.

Tentando amenizar os problemas, logo após a Proclamação da República, uma das primeiras atitudes da Igreja foi criar estratégias para aproximar-se do Estado a fim de continuar a influenciar nas decisões políticas. Foi então que se fundou um partido político, em 1890, com sede no Rio de Janeiro, o Partido Católico. Acompanhando essa tendência no Ceará, também houve o esforço de organizar o Partido em vários municípios, contudo, não logrando sucesso no pleito de fevereiro desse ano, não conseguindo eleger nenhum deputado ao Congresso Nacional. Em termos locais, a derrota na eleição foi atribuída, pela própria Igreja, a fraudes eleitorais, algo bastante comum em tempos de voto de cabresto. Para o cientista político Josênio Parente, contudo, a derrota pode ser atribuída também à falta de organização da Igreja, que não possuía maturidade para participar do jogo partidário que envolvia, especificamente naquele momento, a Igreja e as elites políticas tradicionais locais⁶². Mesmo alegando corrupção eleitoral, segundo o historiador Francisco José Pinheiro:

A oposição da Igreja ao Estado tinha seus limites bem definidos, isto é, interessava à hierarquia católica apenas modificar a situação que se criou com a separação do Estado. Portanto, a operação estava limitada nestes parâmetros e jamais admitiu chegar a uma posição de confronto com o Estado⁶³.

Esta postura da Igreja local era nada mais nada menos do que de defesa da ideologia tradicionalista, e isso levava ao distanciamento do clero de confrontos políticos mais sérios com os grupos mais organizados, além do afastamento, por esta estratégia, das causas populares.

Além da difícil situação política pela qual passava a Igreja, o regime republicano, como já mencionado, dá abertura para maior penetração de novas idéias e pensamentos, como o Positivismo, o Protestantismo e o Racionalismo Ateísta e outras correntes filosóficas citadas há pouco, que continuariam a ser combatidas discursivamente pela Igreja. Na realidade, esses embates já aconteciam mesmo antes da Proclamação da República. Para exemplificar a luta da Igreja contra movimentos desse gênero, entidades como a Academia Francesa (1872) e a Padaria Espiritual (1892), que defendiam a laicização da sociedade promovendo em suas reuniões a divulgação e debate do ideário

⁶² PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *A Fé e a Razão na Política – Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses*. Fortaleza/Sobral: UFC edições e Edições UVA, 2000, p. 84-85.

⁶³ PINHIRO, Francisco José. *Op. Cit.*, p. 201

positivista-evolucionista, constantemente entravam em divergências com a Igreja do Ceará. Escreve Sânzio de Azevedo:

E a época era a das idéias científicas, com a crítica de Taine subordinando obra de arte ao meio, à raça e ao momento; com o Positivismo de Comte, e a sua recusa ao metafísico; com o evolucionismo de Darwin, a Geografia de Ratzel, a História de Buckle, enfim, todo um elenco de novas idéias que apontavam para o materialismo, razão dos choques então havidos entre os rapazes da Academia Francesa, alguns dos quais se serviam das colunas do jornal maçônico *Fraternidade*, para expor suas teorias, e os colaboradores mais radicais da *Tribuna Católica*.⁶⁴

Os rapazes dessas agremiações literárias, como escreve o historiador Sebastião Rogério da Ponte, “cultivavam o encantamento francês”⁶⁵, a cultura da Revolução, enquanto a Igreja na sua “agremiação” (o Seminário) dirigida por lazaristas franceses cultivava uma cultura, também propagada na França, mas de aspecto anti-revolucionário. Enquanto os primeiros “gritavam” *liberdade, igualdade e fraternidade* no jornal maçônico *Fraternidade*⁶⁶ (1873-1875), acusando os padres formados no Seminário de jesuitismo e anti-nacionalismo, o segundo grupo convocava seus “soldados” no *Tribuna Católica* (1866-1878) para lutar contra as forças secularizantes:

Estejamos pois de atalaia (...) Armemo-nos contra todas invasões dos poderes destruidores, contra as doutrinas dos modernos Voltaires. (...) Os seminários sejam os pontos de apoio para a reação. Os bispos já se tem levantado, levantem-se também os seminaristas⁶⁷.

O historiador João Alfredo diz que tal postura da Igreja é comum a instituições quando passam por esse tipo de crise conjuntural causada pelo surgimento de doutrinas que atingem a tradição com tendências progressistas.

No Ceará, o auge do conflito entre essas duas forças, a tradicionalista e a progressista, se deu, segundo João Alfredo, com a fundação da Academia Francesa, que forçou a Igreja, via imprensa e outros meios, a “relançar argumentos extraídos do velho pensamento teológico, redimensionados ao nível da enunciação tradicionalista”⁶⁸. Essas discussões filosóficas, entretanto, ficavam mais ao nível dos pensadores dos dois lados sem uma maior

⁶⁴ AZEVEDO, Sânzio. In: SOUSA, Simone (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/ Fund. Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989, p 201

⁶⁵ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. 2ª. ed, Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1999, p.146

⁶⁶ BPMP/ Microfilmagem, *Jornal Fraternidade – Fortaleza (1873-1875)*, Rolo.

⁶⁷ Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Setor de Microfilmagem, *jornal Tribuna Católica-Fortaleza (05/05/1867)*, Rolo 91.

⁶⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *Op. Cit.*, p.62.

repercussão entre outros grupos populares menos letrados. Em relação ao protestantismo, é possível que as investidas tenham sido muito mais acirradas⁶⁹ que contra esses grêmios literários, até pelo fato desses últimos terem duração efêmera.

Voltando à perda de influência da Igreja no território político, por um lado, considerando-a parcial, pelo menos no caso do Ceará⁷⁰, a Igreja local, na gestão episcopal de D. Manuel (1912 – 1941), procurou reforçar sua atuação no campo das decisões estatais e dos potenciais eleitores, usando de algumas estratégias, como, por exemplo, voltando a participar dos pleitos para as câmaras estadual e federal, mesmo depois da experiência negativa do final do século passado com o Partido Católico. Assim, a igreja organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1933⁷¹, para disputar as eleições que se seguiriam, tendo antes da fundação da LEC, porém, a preocupação de arregimentar com o padre Misael Gomes um grupo de intelectuais que fossem capazes de defender a bandeira da Igreja. Foi assim que se criou o Círculo Católico de Fortaleza, em 1913, compondo-se de um grupo de médicos, advogados e várias outras personalidades que tiveram papel de destaque na política local na década de 1930, tendo entre outros objetivos o saneamento moral e revitalização da religião na sociedade local. É interessante saber-se que essa elite intelectual foi preparada desde sua juventude para defender os ideais católicos, ou no Seminário Episcopal de Fortaleza ou em escolas católicas⁷².

⁶⁹ Ver: OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. *Sal da Terra – uma leitura da identidade e intolerância de católicos e protestantes no Ceará do século XIX*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2001.

⁷⁰ Considero essa perda de poder com parcial na área da política regional e até nacional pois entendo que a Igreja continuou tendo seu peso como instrumento formador de opinião no campo das relações políticas, ajudando no estado de conformismo dos católicos diante de uma política estatal opressora.

⁷¹ Sobre o sucesso dessa empreitada política Josênio diz: “A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi uma organização suprapartidária criada por inspiração do cardeal dom Leme de Almeida, no Rio de Janeiro, para apoiar candidatos que se comprometessem com as propostas da Igreja, sobretudo para a Constituinte de 1933. São Paulo e Ceará se destacaram por apresentarem resultados bem acima do normal. A LEC cearense, tendo a coordenação de dom Manuel da Silva Gomes, elegeu para as Constituintes federais e estaduais a maioria dos deputados federais e estaduais, além de senadores”. Ver: PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Op. Cit*, p. 76.

⁷² Esse tipo de atuação da Igreja existia no plano nacional. A Igreja, especialmente depois que o governo republicano acabou com a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, procurou desempenhar uma forte atuação na educação por meio da fundação de escolas católicas privadas. Em 1914, havia cerca de 15 escolas católicas no Ceará, sendo que 12 delas só em Fortaleza. Este número expressivo de escolas na Capital demonstra a

Além da disputa nas eleições, a Igreja precisava convencer os eleitores a votarem em sua legenda e por isso desde cedo procurou também atuar junto à classe operária (que crescia tanto em número como organizacionalmente em Fortaleza e no restante do Ceará), por meio de corporações como o Círculo de Trabalhadores Católicos (CTC), de 1915, criado para fazer frente ao Centro Artístico Cearense (CAC), de 1904, que inicialmente teve influência anarquista. Além dos CTC's, que se espalharam por todo o Ceará, foi fundado também o Círculo Operário Católico (COC)⁷³ que, juntamente com a União de Moços Católicos procurou doutrinar os trabalhadores contra o comunismo, corrente considerada pela Igreja como perigosa à estabilidade política nacional. É importante ressaltar-se que a ideologia defendida pelas corporações católicas tivera grande influência das encíclicas papais, como a elaborada por Leão XIII, a *Rerum Novarum*, de 1891, ratificada pelo papa Pio XI em 1931; e a *Quadragesimo Anno*, que condenava o Socialismo, o Liberalismo, o Comunismo e outros *ismos*⁷⁴ presentes no Brasil. Elas defendiam, também, a conciliação entre a classe patronal e o operariado, idéia diretamente oposta as ideologias de esquerda.

Com essa linha de pensamento, ao chegar à década de 1930, com a repressão do novo governo ao movimento operário, a Legião Cearense do Trabalho (LCT – de 1931) e os Círculos Operários Católicos passaram a atuar ao lado do operário, defendendo, acima de tudo, a cooperação entre as classes sociais com a finalidade de conseguir a harmonia social⁷⁵.

Foi, então, disciplinando os trabalhadores contra toda linha de política trabalhista revolucionária, que a Igreja no Ceará conseguiu arregimentar com suas corporações um forte eleitorado que garantiu uma vitória expressiva nas eleições de 1933, com participação da LEC, que tinha como proposta de governo o seguinte decálogo:

preocupação da Igreja de garantir, dentro da elite local, pessoas comprometidas com os ideais católicos. Ver: GAETA, Maria Aparecida J. Veiga. *A Op. cit.* In: *História*. S. Paulo: UNESP. N° VII, 1992.

⁷³ Os Círculos Operários Católicos foram criados pela influência do padre holandês Guilherme Vaessem, reitor do Seminário entre 1914 e 1927.

⁷⁴ PIMENTEL Jr (org). *A doutrina social da igreja: as encíclicas papais de Leão XIII (Rerum Novarum), Pio XI (Quadragesimo Anno) e João XXIII (Mater Et Magister)*. S. Paulo: Dominus, 1963.

⁷⁵ SOUZA, Simone. Da "Revolução" de Trinta ao Estado Novo. In SOUZA, Simone (org). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002, p. 301.

A Liga Eleitoral Católica e o proletariado:

1° - defender a constituição da família, 2° - difundir a instrução, 3° - elevar o nível de educação, 4° - desenvolver o ensino profissional, 5° - cuidar da assistência, 6° - fomentar o desenvolvimento econômico e saneamento do solo, 7° - promover a harmonia das classes, 8° - proteger o trabalho na base do sindicalismo cristão, 9° - manter e fomentar a união entre os Estados, 10° - velar pelo patriotismo moral da nacionalidade⁷⁶.

Ao analisar as encíclicas que tratam da questão social percebo que estas pautas estavam totalmente de acordo com a visão da Igreja no que se refere as relações trabalhistas e ao desenvolvimento da sociedade. Observando-se mais especificamente a sétima proposta da Igreja, da harmonia entre a classe patronal e o proletariado, é certo dizer que a relação desenvolvida pela Igreja com a classe operária local durante as primeiras décadas do século XX, por meio das corporações católicas, não objetivava levar o movimento operário cearense a conseguir a emancipação sócio-política era desejada pelos movimentos comunista e socialista. Esta proposta da LEC parecia ter o objetivo principal de controlar o movimento operário, impedindo que forças vistas como subversivas conseguissem produzir resultados semelhantes aos da Revolução Russa de 1917.

Seguindo essas diretrizes D. Manuel tentou recuperar poder para a Igreja, articulando um projeto que visou a preencher espaços vagos na política cearense, organizando um grupo de intelectuais católicos para pensar, de forma estratégica, a sociedade local e suas instituições, em um momento em que não havia nenhum grupo político suficientemente forte e coeso que conseguisse cooptar as potencialidades do eleitorado local, ficando a disputa eleitoral entre o PSD (Partido da Social Democracia), liderado por Fernandes Távora, e a LEC. O primeiro fez 13 deputados e o segundo 17, no pleito de 1933 para a Assembléia Constituinte.

É importante se referir que a estratégia da arregimentação intelectual leiga não consistia em novidade no mundo católico europeu, pois, desde a segunda metade do século XIX, na Europa, intelectuais como Juan Donoso-Cortés atuavam na defesa dos direitos da Igreja contra o liberalismo e o republicanismo. No Rio de Janeiro, o arcebispo D. Sebastião Leme também

⁷⁶ Jornal *O Nordeste* 20.01.33 Apud SOUZA, Simone. Da "Revolução" de Trinta ao Estado Novo. In _____. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002, p. 302.

agiu no sentido de cooptar e favorecer a formação de uma intelectualidade católica capaz de defender a Igreja em diferentes situações. Para isso procurou formar uma *intelligentsia* católica que atuaria como vanguarda do laicato aglutinando-se em volta do Centro D. Vital (referencial para toda a intelectualidade católica brasileira) que tinha a revista *A Ordem* como porta-voz. Em todas essas organizações citadas, o tradicionalismo era a ideologia-mãe de seus discursos, em defesa da ordem social, a partir de uma conciliação entre as classes, e da defesa dos direitos da Igreja. O posicionamento continuava sendo reforçar a idéia de que qualquer outra linha de pensamento que prejudicasse os interesses da Religião devia ser considerada herética e prejudicial ao bom encaminhamento da sociedade.

Para Josênio Parente, na reorganização e arregimentação da intelectualidade católica cearense, o Seminário de Fortaleza e as escolas católicas locais serviram como espaços de treinamento e formação de parte desse grupo de políticos⁷⁷. Entre esses pensadores que passaram pelo Seminário temos os ex-seminaristas e advogados Álvaro Gurgel de Alencar e Antônio Augusto de Vasconcelos e o Padre D. Helder Câmara. Os dois primeiros fizeram parte do Conselho de Honra do Círculo Católico Cearense e o último teve participação importantíssima na LCT, juntamente com Jeová Mota, que foi um dos co-fundadores dessa corporação. É importante ressaltar que, entre outras iniciativas que ajudaram na formação de organizações católicas, Helder fundou a JOC⁷⁸ (Juventude Operária Católica) no Ceará e o movimento Sindicalização Operária Católica Feminina, todos na década de 1930; isso sem falar de várias atuações nas lutas sociais em que se envolveu, fazendo com que seu nome ficasse conhecido nacionalmente. Quanto a outros nomes que receberam influência da ideologia católica em colégios desta mesma linha, temos o de Severino Sombra, Fundador da LCT e grande amigo de Helder, que teve sua formação básica no Colégio Cearense, da Ordem

⁷⁷ PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Op. Cit.*, p.76-97.

⁷⁸ A JOC foi um movimento que tinha orientação ideológica semelhante à LCT e agiu no sentido de organizar escolas para instruir os filhos pobres de operários dentro dos princípios da doutrina católica. Sobre a atuação de D. Helder Câmara na política cearense, ver: PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: Entre o Poder e a Profecia*. S. Paulo: Ática, 1997. MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *Op. Cit.*, p.185-266.

Marista, localizado em Fortaleza⁷⁹. Embora os exemplos não sejam, na ordem quantitativa, significativos, pelo menos, nos dois últimos casos, na ordem qualitativa, têm bastante expressão no contexto dessa história da luta da igreja cearense por espaço na política local e nacional nos primeiros trinta anos do século XX.

Mesmo que não tenham sido todos ou a grande maioria desses intelectuais que integraram as ligas e corporações católicas ex-seminaristas, não posso deixar de concluir que o movimento de renovação do catolicismo no Ceará, entre a década de 1912 e a década de 1930, foi obra apenas de um Arcebispo, D. Manuel, e de um grupo de intelectuais leigos. A influência ou participação do Seminário nesses acontecimentos pode ser reconhecida a partir da formação do quadro de clérigos que serviu à Igreja no Ceará nesse período. Pois, certamente a divulgação das idéias defendidas pela Igreja por intermédio das instituições ou corporações em todo o Estado teve participação efetiva de bispos, párocos e vigários recém-formados no Seminário Episcopal de Fortaleza, alocados nas circunscrições eclesiásticas. Como exemplo no período eleitoral de 1933,

A Igreja Católica, nos sermões das missas, apresentava o PSD como Partido Sem Deus, e os padres pediam aos católicos para que não votassem essa legenda Partidária⁸⁰.

Portanto, o sucesso da LEC nas eleições não teria sido possível sem o empenho de toda hierarquia eclesiástica local e a utilização de todos os instrumentos possíveis de divulgação que a Igreja possuía, como os jornais eclesiásticos.

Apesar de minha análise sobre o Seminário não se aprofundar para a depois da primeira década do século XX, penso que a romanização ou o processo de reforma católica no Ceará teve dois momentos diferentes: antes e depois de Dom Manuel da Silva Gomes. No primeiro momento, que se estende de D. Luís a D. Joaquim, a luta da Igreja era fundamentalmente pela organização da Diocese e da religiosidade popular, especialmente no que diz respeito ao combate contra as expressões de religiosas desviantes (das irmandades dirigidas por leigos, dos missionários do sertão, do "fanatismo" dos

⁷⁹ CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. In SOUZA, Simone. *Op. Cit.*, p. 327.

⁸⁰ PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Op. Cit.*, p.92.

romeiros de Juazeiro etc). Com a chegada de D. Manuel, a maior parte das forças da Igreja foi redirecionada para as frentes dos embates político-eleitorais ao nível estadual e nacional.

A mudança de estratégia de cooptação da sociedade católica com D. Manuel pode ser vista como resultado de vários elementos, como: a Proclamação da República e suas conseqüências para a Igreja; as transformações ocorridas com a reorganização do mundo do trabalho produzida pelo desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo no contexto nacional, levando os trabalhadores a formar partidos e agremiações com o objetivo de defender seus direitos diante da classe patronal; além da influência das encíclicas dos papas Leão XIII e Pio XI, que conclamaram a Igreja a apontar soluções para os problemas sociais provocados pelo capitalismo, liberalismo, socialismo e comunismo no mundo ocidental.

Nesse contexto, foi importante a visão de D. Manuel que, diante dessas questões sociais, conseguiu perceber a ausência de um partido politicamente forte que canalizasse os anseios da classe trabalhadora, oprimida por um Estado ditatorial, aproveitando-se da situação para concretizar os objetivos da Igreja. É importante ressaltar-se que, mais adiante, a própria Igreja se aliou a esse Estado ditatorial com o objetivo de obter em troca, entre outras coisas, o retorno do ensino religioso à grade curricular das escolas públicas.

Para ter relativa tranqüilidade para desenvolver seus projetos, D. Manuel precisava estar livre do peso de algumas questões como, por exemplo, o controle das irmandades. Como expressei antes D. Joaquim conseguiu suprimir a Irmandade de São Francisco das Chagas de Canindé, em 1897, e também conseguiu convencer a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Prainha a doar a Igreja da Prainha para o Seminário, dois grandes problemas resolvidos, o que sinalizava o poder da Igreja local sobre essas instituições. Em 1914, segundo me informa o *Correio Eclesiástico*, embora eu não tenha dados que confirmem a existência, por este tempo, de outras confrarias que estivessem em funcionamento, tanto na Capital como no restante do Estado, cerca de 27 que estavam em Fortaleza tinham padres como diretores, o que confirma certo controle delas pela Igreja. no mesmo sentido do controle da religiosidade popular, como referi em passagem anterior, a Conferência de São Vicente foi criada para atrair a sociedade católica para

um novo tipo de espiritualidade, buscando ofuscar a atuação das irmandades. Em 1914, o Ceará possuía 80 núcleos espalhados por todo Ceará, sendo que só em Fortaleza havia 28. Por estes dados, penso que D. Joaquim preparou o terreno para o seu sucessor, dando mais tranquilidade para ele agir em outros flancos⁸¹.

Não posso deixar de informar também que, até 1912, outra preocupação que ainda hoje existe para Igreja – a quantidade de padres – também já era amenizada com a formação de vários jovens pelo Seminário de Fortaleza e a vinda de padres das ordens religiosas estrangeiras (capuchinhos, franciscanos, jesuítas, salesianos etc.). Infelizmente não tenho aqui o número de sacerdotes estrangeiros vindos para o Ceará, mas o total de jovens que receberam as ordens no Ceará, até 1912, que provinham tanto da Prainha como de outros províncias/estados, era cerca de 338 padres⁸², sendo que até esse ano alguns já haviam deixado o Estado para pastorear em outros prados desta Nação. Até aqui o Seminário tinha executado bem o seu papel na formação de padres e continuaria assim nos anos seguintes, mas, nesse contexto, o Seminário Episcopal de Fortaleza tinha que compartilhar com outras instituições católicas da formação religiosa da sociedade cearense. Posso assegurar que, no conjunto de meios que tinha a Igreja no Ceará para tentar manter sua supremacia religiosa, as instituições leigas (as CTC's, os COC's, a LCT e a LEC etc), especialmente a partir do século XX, serviram de instrumento para se trabalhar a mentalidade cristã da sociedade local – apesar de que tal projeto já havia sido iniciado pela Igreja, em um sentido menos classista⁸³, com a Conferência Vicentina ainda no século XIX. No caso da Conferência, eram as irmandades que preocupavam, depois, com o surgimento da classe operária e sua organização, eram os movimentos de esquerda que mais intranquilizavam a Igreja. Com tais instituições leigas católicas, a formação e o aumento do número de padres no Ceará já não eram a única via para a reforma religiosa da sociedade cearense. Dessa forma, o Seminário da

⁸¹ SEFI/ SHE. *Correio Eclesiástico*. Fortaleza, 1914, p. 169-172. Este material encontra-se impresso em volume único. Era uma espécie de jornal com vários artigos religiosos e acontecimentos que envolviam a Igreja no Mundo e no Ceará, servindo como um instrumento de comunicação entre D. Manuel e seus liderados na Capital e nos demais municípios do Estado, onde também era distribuído.

⁸² LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida. *Primeiro Centenário da Instalação da Diocese de Fortaleza (1861-1961)*. Fortaleza, 1961.

⁸³ Refiro-me a questão da luta de classes: patronato *versus* operariado.

Praínha, que no começo da organização da Diocese cearense, era quase que o único meio de formação de intelectuais para a defesa e divulgação do tradicionalismo religioso, agora passa a ter minimizado o seu papel, já que comporá, com outras instituições controladas pela Igreja no Ceará, o conjunto de meios para atingir esses objetivos. É nesses parâmetros que a história do Seminário da Praínha se insere no âmbito histórico da romanização do Ceará.

- CAP 02 -

**O SEMINÁRIO EPISCOPAL DE FORTALEZA:
FUNDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

2.1 – Visão panorâmica da história do ensino no Ceará

Ainda não havia princípio de ensino de nível superior no Ceará, quando o Seminário Episcopal de Fortaleza surgiu, abrindo mais uma possibilidade de formação no contexto local. Na década de 1860, apenas duas escolas fulguravam como de boas condições, o Liceu do Ceará, de 1845, e o Ateneu Cearense, de 1863, ambos funcionando na Capital. Nas outras vilas e cidades da Província, apenas se tinham aulas de primeiras letras e Latim. A partir de meados do século XIX, porém, a estrutura educacional do Ceará, e especialmente de Fortaleza, muda, tornando-se o Seminário da Prainha a referência maior na formação eclesiástica romanizada local.

No capítulo anterior, informei que foram os jesuítas os criadores, no Brasil, dos primeiros centros de educação religiosa. Nesses núcleos, ensinavam-se a leitura, a escrita e a oração. Do ponto de vista da colonização e catequese dos índios, os aldeamentos tiveram grande importância na educação religiosa dos nativos habitantes. No Ceará, quando a ocupação do território estava se efetivando, os jesuítas, antes de conseguirem algo de significativo no âmbito da catequese indígena, tentaram por algumas vezes durante o século XVII conquistar a serra da Ibiapaba para a fé católica. Somente em 1695, com os padres Manuel Pedrosa Júnior e Ascenso Gago, a missão da Ibiapaba formou-se, recebendo o nome de Aldeia de N. S. da Assunção da Ibiapaba (hoje a cidade de Viçosa). Foi para consolidar a missão que se pensou em construir conventos ou hospícios, que serviriam como centro de instrução e educação públicas. Fundado que foi o primeiro hospício, não na serra, mas em Aquirás, em 1727, depois de ter passado por Fortaleza, escreveu Raimundo Girão que esta foi a primeira instituição de ensino de humanidades e de história eclesiástica do Ceará, ou mesmo o primeiro Seminário¹. Depois outro fora construído em Viçosa, sendo os dois núcleos

¹ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4ª. ed., Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, p.232-234.

onde se catequizavam os índios, ministravam-se aulas aos membros da Companhia de Jesus e as aulas de primeiras letras, o princípio da instrução popular. Segundo Plácido Castelo, era costume dos jesuítas, onde fundassem algum colégio do gênero, ensinar a ler e escrever, além de Aritmética, Humanidades, Artes e Teologia. O ensino de caráter secundário, porém, era somente dado aos jovens que se destinavam ao sacerdócio. Além desses dois hospícios, havia as aldeias em Paupina, Caucaia, Parangaba e Paiacu, onde os índios aldeados aprendiam fiar, tecer, coser, ler e escrever. Tal empreendimento, como esclareci no capítulo anterior, sofreu um revés em decorrência da expulsão dos membros da Companhia de Jesus dos territórios da Metrópole portuguesa, sendo as escolas e aldeias erigidas em vilas entregues nas mãos de leigos. Isso teve como conseqüência a decadência dos aldeamentos e a venda de alguns índios, como aconteceu com quarenta e um meninos da aldeia de Parangaba, em 1786².

Após a expulsão dos jesuítas, entre 1759 a 1822, segundo Plácido Castelo, não houve iniciativas de grande sucesso na área educacional e, nesse interregno de 63 anos, somente 18 escolas foram criadas. Estatisticamente, para uma população de aproximadamente 200.000 habitantes no ano de 1822, havia aproximadamente uma escola para 11.112 pessoas. No Ceará, estas poucas aulas que havia consistiam em aprender a ler, escrever e contar ou Latim, sendo estas mantidas pelo *subsídio literário*³, imposto criado pelo Governo português após a expulsão dos jesuítas para a manutenção das escolas primárias e secundárias. Dos lugares em que havia essas aulas temos: a) ler, escrever e contar: na Ibiapina, Soure, N. S. Assunção, Aquirás, Aracati, Sobral, S.R. Russas, Buriti-Viçosa, Icó, Fortaleza, Canindé, Sta. Cruz de Uruburetama e São João do Príncipe; b) Latim: em Aracati e Aquirás⁴. Um dos grandes problemas que não favoreciam o aumento do número de aulas, como expresso no capítulo anterior, era não se encontrar gente suficientemente capacitada para ministrar aulas, até mesmo pelo fato de os vencimentos não

² CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970, p. 15-32.

³ Consistia em imposto cobrado dos vendedores de vinho e açougueiros que residiam nas terras da Coroa portuguesa, sendo da quantia de um real em arrátel de carne (459 g) cortada. Este imposto foi promulgado em Lei de 10 de novembro de 1772 e suprimido pela Lei de n° 4, de 14 de maio de 1835. Ver: CASTELO, Plácido Aderaldo. *Op. Cit.*, p. 44.

⁴ Id. *Ibidem*, p. 42.

serem atrativos. Em Relatório de Presidente de Província, de 1865, há a seguinte declaração sobre a classe dos professores do Ceará:

O professorado, poucas exceções feitas, acha-se confiado ao um pessoal destituído de habilitações literárias, frouxo e remisso no cumprimento de seus deveres; porque lhes falta a vocação, o amor de sua profissão e a inteligência da importância e grandeza de sua nobre tarefa.

O professor, em regra geral, nenhum interesse tem pelo aproveitamento de seus discípulos; entrega-se a ocupações estranhas; nem ao menos procura salvar as aparências, certo que no fim do mês não lhe há de faltar o gracioso atestado do cumprimento de deveres para receber seu ordenado⁵.

Além desse quadro de decadência moral e intelectual dos professores, na Província poucos eram os cearenses que sabiam ler e escrever, inclusive dentro da elite administrativa. Raimundo Girão escreve que, após a Independência, a pobreza das finanças local era tão grande que o Governo provincial não se animava à criação de mais aulas. Destaca ainda que “quando as escolas eram instaladas, era pequena a freqüência de alunos pelo pouco amor dos pais às coisas da instrução”⁶.

Apesar dessas condições, até o ano de 1834, no Ceará, havia 30 aulas distribuídas em 21 localidades, sendo dessa mesma década o projeto de criação de um Liceu no Ceará, que só se concretizou, como já informado, em 1845. Nessa mesma instituição de ensino ensinava-se, inicialmente, Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Retórica, Filosofia, Geografia e História. Depois, pelo ano de 1895 em diante, além das matérias anteriores, suprimindo-se Retórica e Filosofia, ensinava-se Alemão, Biologia, Geologia, Música e Desenho, Física e Química. Sobre a atração que o Liceu causava sobre as famílias e a juventude do Ceará, Raimundo Girão escreveu:

Com efeito, em conformidade com os seus seguros gisamentos, o Liceu estruturou-se sabiamente, e em breve representaria não só um fator de concentração daquilo que de melhor existia na Província e vagava disperso, referentemente ao saber humanístico e às cogitações filosóficas e científicas, mas também um foco de atração à juventude que, na capital e no interior, estagnava em pernicioso remanso, à falta da correnteza que conduzisse ao largo mar do aprendizado integral.⁷

⁵ Relatório com que foi entregue a administração da Província ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, Pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, em 10 de junho de 1865, p. 13. (Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html)

⁶ GIRÃO, Raimundo. *Op. Cit.*, p.216.

⁷ Id.Ibidem., p. 219.

Apesar de o aparecimento do Liceu ser de grande importância para o contexto da formação intelectual local, as condições da instrução pública, durante o século XIX em todo o Ceará, não mudou muito e, dado o quadro descrito há pouco, a formação primária e secundária demorou bastante para se modificar. Nesse sentido, não é de se espantar que também o ensino secular de caráter superior tenha surgido tardiamente no Ceará. A primeira Faculdade do Ceará data de 1903, quando o governador Pinto Nogueira Accioly fundou a Academia Livre de Direito, não sendo mais extremamente necessário à juventude local se dirigir para Olinda ou lugares outros fora da Província para se formar em Direito; entretanto o mesmo feito custou o fechamento de 90 escolas primárias do Ceará para que com os recursos destinados a estas, se fundar a Academia, o que despertou protestos do opositor político de Accioly, Rodolfo Theóphilo⁸.

No contexto das cidades cearenses, já para o quarto quinquênio do século XIX e primeira década do seguinte, em termos educacionais, Fortaleza era uma das que se encontrava em razoáveis condições quanto ao número de escolas primárias e secundárias. Até fins desse século, havia o Liceu, escola de ensino público, e as escolas particulares: o Ateneu (1870-1886), o Pantheon Cearense (1872), o Colégio Universal (1875), o Colégio São José (1876), o Instituto Cearense de Humanidades (1892) e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1896). A engrossar essa fileira, estavam o Seminário Episcopal de Fortaleza (1864) que tinha dois cursos, o preparatório (ou primeiras letras) e o teológico, e o Colégio da Imaculada Conceição (1865), para meninas. Tal conjunto de instituições serviu para educar a elite local e uns poucos desafortunados, como as meninas órfãs do Imaculada Conceição. Assim, a educação secundária local foi mais aproveitada por aqueles que tinham recursos, ficando ainda a maior parte dos cidadãos na pouca ou nenhuma instrução.

No caso do Seminário, que é objeto deste estudo, Plácido Castelo escreveu:

O certo, evidentemente, é que a seriedade pedagógica e o zelo pela formação moral e intelectual dos que freqüentaram o Seminário permitiram a formação de uma elite e a tal ponto que se tornara

⁸ THEÓPHILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*. Edição Fac-similar, Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 2001, p.12.

credencial, mesmo para o egresso da Prainha, o dizer que ali estudara.⁹

Essa elite a que se refere Castelo consiste no grupo de jovens que, não se decidindo pelo caminho do altar, procura outros caminhos na área secular como o Jornalismo, a Literatura, a Medicina, o Direito e outras áreas bastante valorizadas na época. Se não todos, mas na sua maioria, esses eram filhos de famílias ilustres do Ceará que tinham certa condição financeira para pagar suas mensalidades no Seminário e que, saindo dali podiam ir aos núcleos de ensino superior do Brasil ou Europa, como era o caso de alguns que, querendo aperfeiçoar-se na carreira eclesiástica, mesmo depois de passarem pelo Seminário, acorriam aos centros de formação em Roma ou Paris. Enfim, a educação de melhor qualidade ficava para os que podiam pagar, ensejando algo semelhante, como José Murilo de Carvalho escreveu referindo-se à elite política brasileira, a “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”¹⁰.

2.2 – Os primeiros passos

Nesse mundo de poucas escolas primárias e secundárias, o Seminário da Prainha emerge como uma espécie de faculdade teológica. Como já relatei, estava o Pe. Luís Antonio dos Santos a exercer suas funções de cônego da catedral de Mariana e de reitor do seminário dessa cidade, tendo já concluído o seu curso em Roma e sido laureado em Cânones, quando o apanha o decreto imperial de 31 de janeiro de 1859, designando-o para o cargo de Bispo do Ceará. Confirmado que foi tal decreto pelo então papa Pio IX, no Consistório de 28 de setembro de 1860, D. Luiz recebeu a 14 de abril de 1861 a sagração episcopal das mãos do seu venerado mestre D. Viçoso.

Chegou a Fortaleza o prelado em 26 de setembro de 1861, sendo que sua posse já havia ocorrido em 16 de julho por meio de seu procurador, o Cônego Antonio Pinto de Mendonça. Logo após sua chegada, D. Luís começou a pôr em ação seu plano de reforma do clero cearense, tomando como primeira atitude a reforma da Catedral de Fortaleza, ampliando-a e embelezando-a.

⁹ CASTELO, Plácido Aderaldo. *Op. Cit.*, p. 157.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem - Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumara, 1996, p. 55.

Depois, arregimentou esforços para fundar, à semelhança do Seminário de Mariana, uma dessas casas de formação para a Diocese do Ceará, sendo que a autorização imperial para isso já havia sido dada pela Lei 1.144, de 27 de setembro de 1860, o que indica que a idéia da criação do Seminário era anterior a sua chegada a Fortaleza. Como já frisei no capítulo anterior, na realidade, o bispo não estava fazendo nada mais nada menos que obedecer aos ditames colocados pelo Concílio tridentino, que o responsabilizava pela fundação de seminários e a formação de sacerdotes, cuidando da organização dessas escolas e de seu funcionamento, além do exame da conduta dos futuros padres, ordenando apenas aqueles que demonstrassem efetiva vocação religiosa e preparação adequada para o exercício das funções sacerdotais.

Antes mesmo de ter um prédio para este fim e prevendo a necessidade de tal instituição ficar nas mãos de padres com verdadeiro espírito reformista, D. Luís instou junto aos superiores da Congregação da Missão, no Rio de Janeiro, para que enviasse ao Ceará quatro padres lazaristas (conhecidos também como Filhos de São Vicente de Paulo) para darem forma a esse intento, além de solicitar, também, a vinda das irmãs de caridade (as Filhas de São Vicente de Paulo) que ficariam responsáveis pela educação feminina. Dois anos de contato por carta com os padres Pedro Benit, no Rio de Janeiro, e João Batista Etienne, em Paris, renderam-lhe não quatro mas somente dois lazaristas: Pe. Pedro Augusto Chevalier e Pe. Lourenço Enrile; mas, antes que os padres chegassem, era necessário haver uma casa onde ficassem amparados os seminaristas, seus professores e funcionários, por isso D. Luís empreendeu esforços para adquirir daquele que por acordo com Roma (conforme o regime de padroado) era o protetor da religião nacional (o Imperador) um prédio que atendesse as necessidades iniciais de um seminário. Enquanto tal não era conseguido, os candidatos ao sacerdócio eram enviados ao Seminário da Bahia para cursar Teologia, além de que o mesmo bispo preparava no próprio palácio episcopal nas Primeiras Letras e estudos outros, a fim de deixa-los habilitados a fazer o curso teológico. Há de se perguntar por que a preferência pelo o Seminário da Bahia e não o de Pernambuco, mais próximo ao Ceará, mas é simples entender esta postura do Bispo, ao se levar em conta a história de envolvimento dos padres formados na instituição

olindense em muitas questões e lutas políticas contra o Governo, colonial e Imperial. Já que o objetivo era formar padres obedientes aos preceitos da santa religião ensinada pela Cúria Romana, que tinha uma visão anti-revolucionária, o Seminário da Bahia era o mais próximo e em melhores condições para isso em razão do seu direcionamento ultramontano.

Por esse período em que o Bispo procurava um prédio para instalar o seminário, os membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Outeiro da Prainha estavam a construir os alicerces de um prédio, junto da igreja, dedicado à mesma santa, que serviria de colégio para as meninas órfãs¹¹ descendentes dos confrades. Entrando em acordo, porém, com a irmandade, D. Luís assume as obras de ereção do orfanato, modificando seu projeto inicial e concluindo-o em 1863, gastando uma quantia de 47:548\$388, recurso este obtido do Governo Provincial (12:000\$000), das esmolas do povo (13:622\$490) e das economias do prelado (21:925\$898)¹². Ainda à procura de um local para instalar o seminário e não se agradando de nenhuma das ofertas anteriormente feitas pelo Presidente da Província – o prédio do Lazareto da Lagoa Funda e o da Santa Casa de Misericórdia, ambos ainda não utilizados e localizado em Fortaleza – o Bispo resolve usar, temporariamente, o prédio que seria destinado ao colégio das órfãs, mas para isso negociando com o governo provincial o pagamento do aluguel do mesmo por 1:200\$000, que serviria de rendimento para o pagamento de outro espaço onde funcionaria o mesmo colégio até que o problema fosse resolvido. Esta situação continuou até 1865, quando a casa foi definitivamente convertida em seminário, sendo que, até 1867, o colégio das órfãs funcionou em uma casa alugada pelo Cel. José Francisco da Silva Albano, nos números 28 a 30, sendo depois transferido nesse último ano para o antigo Colégio de Educandos, no Outeiro da Prainha.

Como é fácil perceber, os objetivos de D. Luís estavam se concretizando, mesmo que interferindo nos objetivos da Irmandade citada. É de bom alvitre, pelo que foi exposto no capítulo anterior, que o projeto romanizador buscava organizar a religiosidade local, concentrando o máximo

¹¹ As meninas órfãs eram filhas dos que morreram do cólera, entre abril e agosto de 1862 (11 mil num total de 200 mil populares no Ceará). BPMP/ Obras Raras. *Revista Do Centenário Do Colégio Da Imaculada Conceição*. Fortaleza Tipografia, 1965, p. 05

¹² SEFI/ SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)*, p.03.

possível todo o tipo de instituição que tivesse vínculo com a religião católica, nas mãos do Bispo e de ordens religiosas estrangeiras. Dessa forma, durante todo o tempo em que se resolvia a questão do lugar definitivo do colégio, a Irmandade manteve-se calada, até mesmo pelo fato de a instituição não ter deixado de existir. Vê-se, porém, que aqui acontece a primeira grande interferência do Bispo nos negócios da Irmandade, pois o colégio ficou, a partir de 1865, nas mãos das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo¹³, vindas de Paris, o que demonstra o desejo de centralidade administrativa de todas as instituições ligadas à Igreja em torno de seus objetivos reformadores. Outra atitude que evidenciou essa idéia de centralismo e combate às atividades das irmandades foi a decisão tomada pelo segundo Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, de convencer os membros da Irmandade a cederem a Igreja da Prainha ao Seminário, o que foi conseguido depois de vários diálogos com os seus líderes.

Terminado que fora o dilema sobre o local definitivo do Seminário, a sua abertura se dá em fins do ano de 1864. Quanto ao dia e mês em que realmente teria acontecido, sobre isso existe uma certa indefinição: se o fato teria acontecido no décimo oitavo dia de outubro, como lemos no *Álbum Histórico*¹⁴, ou no décimo dia de dezembro desse ano, como defendem Leonardo Mota¹⁵ e o Barão de Studart¹⁶. Parece claro, porém, que a primeira data se refere a que D. Luís mudou-se para o prédio com os moços a quem ensinava na casa pastoral, enquanto a segunda data é referente à assinatura do contrato entre a Tesouraria da Fazenda (órgão que responderia pelo repasse dos recursos do Governo imperial para cobrir parte das despesas para o funcionamento do prédio) e o prelado. Outro indício dessa minha afirmação é o fato de o *Livro de Despesas e Receitas do Seminário*¹⁷, o livro contábil do

¹³ As irmãs de caridade chegaram no Brasil em 1849, quando não havia formação intelectual para moças. Foram inicialmente para o Rio de Janeiro e Recife, cuidando da educação da mocidade feminina das classes mais elevadas. Também aqui “ao lado do colégio de órfãs fizessem funcionar uma escola para atender à educação de meninas de boas famílias, que receberam o nome de pensionistas”. BPMP/ Obras Raras. *Revista Do Centenário Do Colégio Da Imaculada Conceição*. Fortaleza Tipografia, 1965, p. 05.

¹⁴ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p.08.

¹⁵ MOTA, Leonardo. Notas para a História Eclesiástica do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1945, p. 208-209.

¹⁶ STUDART, Barão de. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001/Edição Fac-simile de 1896/Tomo II, p. 181, 187 e 188.

¹⁷ SEF/ SHE. *Livro de receita e despesa do Seminário (1864-1886)*, p.01.

Seminário, começar seus registros em 18 de outubro, assim também como o primeiro registro de matrícula ser desta data¹⁸.

Transferindo-se para o prédio do Seminário que foi dividido em dois espaços destinados ao seminário menor (ou preparatórios) e ao maior (ou curso teológico), D. Luís, seu auxiliar Pe. Clycério da Costa Lobo, Pe. Fulgêncio e mais um número de 12 seminaristas deram início aos trabalhos da casa, antes mesmo da chegada dos padres lazaristas, que aconteceu em 18 de novembro desse ano. Vinham os padres Augusto Chevalier (natural de França) e Lourenço Enrile (natural da Itália), da Bahia. Ambos haviam lecionado no Seminário Arquiepiscopal dessa província, sendo enviados para ali como missionários depois de se formarem em Paris. Nesse mesmo dia, o Bispo, que então morava desde a abertura da casa neste lugar, entregou aos cuidados do Pe. Chevalier a diretoria do Seminário, dando as aulas de Moral ao Pe. Enrile. Como era de costume, Chevalier, logo nos primeiros dias de novembro, enviou uma carta ao Pe. Etienne, Superior Geral, em Paris, relatando de sua chegada, recepção e condições estruturais do Seminário, escrevendo que as condições talvez fossem uma das “mais favoráveis [para tal empresa] do que em todas as outras dioceses”¹⁹, e isso era de admirar a Chevalier pelo fato de a diocese ser nova e tal tipo de estabelecimento não ser conhecido na Província.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo Bispo, havia apenas quinze dias que tinha chegado, o Padre Chevalier suspendeu as atividades escolares para entrar em retiro espiritual com todos os alunos, como que preparando a todos espiritualmente para os intensos trabalhos de que participariam. Assim transcorreu o mês de dezembro, cheio de atividades e festas, especialmente em decorrência do Natal e do Ano Novo. Ao final do ano de 1864, segundo pude conferir no livro de matrícula, entre 18 de outubro e 31 de dezembro, já se haviam matriculado 26 seminaristas²⁰. Até então, o prédio

¹⁸ SEF/ SHE. *Livro de Matrícula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*, p.01.

¹⁹ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914*, p. 23-24.

²⁰ Sobre os números reais, não consegui chegar a uma conclusão definitiva, ou seja, quantos foram matriculados nesse ano. O próprio *Álbum Histórico* não deixa clara a questão, dado que em seu anexo onde estão, supostamente, os nomes de todos os matriculados no ano de 64, temos os registros de 51 seminaristas, mas no capítulo segundo fala-se que ao fim de dezembro havia 70 matriculados, número este que contrasta com o que relata o pe. Chevalier em carta ao seu Superior em Paris, pe. Etienne, quando diz ter o Seminário, na

que acomodava os seminaristas era singelo, mas com o tempo se tornou um dos mais imponentes em extensão já construído no Ceará com objetivos educacionais.

2.3 – A edificação do prédio

No terceiro capítulo do *Álbum do Seminário* (1914), já no final da última página, encontrei a seguinte afirmação:

Grande, independente, completo, saudável e fresco tal é o Seminário de Fortaleza que acaba de completar seu cinquentenário de existência e celebra suas bodas de ouro²¹. (sic)

Fundado em 1864, como informado antes dito, o Seminário até hoje ocupa desde 1868 uma quadra inteira – sendo sua entrada localizada ao norte, à rua do Seminário (hoje, avenida Monsenhor Tabosa, 50, onde estão a entrada do Parlatório e a Portaria), tinha ao sul a rua da Conceição (atual Ten. Benévolo), ao leste a rua Arrecife (rua Sen. Almino) e ao oeste a Praça Sen. Machado (atual Praça do Cristo Redentor) – constituindo-se, num interregno de 20 anos, no maior espaço destinado ao ensino que o Ceará teve na segunda metade do século XIX. Nos seus tenros anos, afastado que era dos movimentos da urbanidade do centro de Fortaleza, o prédio mostrava-se, por isso, “independente”, recebendo os ares puríssimos do mar logo à frente, dando a sensação de frescor e salubridade. Nesse início, Fortaleza, aos olhos do viajante estrangeiro Luiz Agassiz, era uma cidade alegre, especialmente aos domingos e dias de festa, quando as sacadas das casas eram adornadas, e as moças vestiam-se elegantemente e os rapazes passeavam pelas calçadas fumando, e como ele mesmo escreveu, ela não teria “esse ar morno e sonolento de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade”²².

Internamente o prédio foi crescendo a partir da divisão de suas áreas, como já expresso: a dos preparatoristas e a dos teólogos, e com uma

data de 12 de abril de 1865, 66 seminaristas dos quais 26 estudam Teologia. Ver SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará*, 1914, p. 27, 31 e 211.

²¹ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará*, 1914, p. 44.

²² AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Trad.: João Etienne Filho. São Paulo: Livraria Itatiaia Edições Ltda, s/d, p. 261.

arquitetura que facilitava a vigilância, pois, como se pode observar pela planta, tinha longos corredores que permitiam a visualização de qualquer movimentação.

A expansão do prédio do Seminário, ao longo do plano do terreno que hoje ocupa, de certa forma, sinalizava para o crescimento da religião na Província e o apreço que os moradores da região tinham pela formação clerical, ou mesmo a falta de opções de formação local. Escrevo assim principalmente em razão do crescimento do número de matrículas, exigindo constantes reformas e melhoramentos no prédio, já que de todos os cantos vinham moços para estudar ali. E, nos vinte anos em que foi erguido, não se pode dizer que o interesse dessa empreitada era somente algo do coração de um bispo (D. Luís), mas de várias camadas da sociedade cearense (políticos, pescadores, senhoras da alta sociedade etc.). Como exemplo, antes da vinda do primeiro bispo, posso destacar os apelos feitos pelo Poder público ao Imperador nos relatórios dos presidentes da Província do Ceará no sentido da criação de uma prelazia na região. Como escrevi no primeiro capítulo, nesses relatórios destacava-se a situação de pobreza em que se desenvolvia a prática do catolicismo local: o abandono dos templos, que precisavam de reformas, além de alfaias, e a falta de padres que ministrassem os sacramentos à população do restante da Província. Depois, destaco o fato de que, na construção do prédio, houve a contribuição financeira de uma população que queria colaborar de alguma forma para o crescimento do “Reino de Deus”, ou esmolando para a construção e incentivo das vocações sacerdotais, ou “dando” seus filhos para serem padres, embora isso (ter um padre na família) também fosse visto como honra, *status* para a família e até um meio de sustentação financeira. Outro exemplo que posso argüir, antecipando a descrição que farei mais adiante da construção do prédio, foi a colaboração da sociedade cearense para o soerguimento de parte do prédio, que desabou na madrugada de 07 de junho de 1894, em razão das chuvas torrenciais que caíram sobre Fortaleza pelo inverno deste ano. Tal sinistro não deixou mortos, sendo visto, dado o livramento dos que o sofreram (17 teólogos), como uma confirmação divina da obra religiosa que se fazia por meio do Seminário, ou seja, havia acontecido um “milagre”. Como que não havendo recursos para a reconstrução, o bispo D. Joaquim teve a idéia de pedir ajuda das “principais

senhoras de Fortaleza”, que ficaram responsáveis por angariar esmolas na Cidade. De forma organizada, o Bispo dividiu a Cidade em sete circunscrições em que as sete comissões²³ de senhoras esmolaram pela Igreja. Além destas, 40 paróquias de fora de Fortaleza, sob ordens do mesmo Bispo, chamando-se a atenção para o fato de que até mesmo da cidade de Santos, em São Paulo, vieram recursos.

Quanto a referências a nomes de pessoas pertencentes às camadas mais pobres da Cidade, o *Album* menciona apenas

uma velhinha, entre outras, muito pobre, [que] trabalhou quanto pode, para vir trazer ao Reitor a soma de dois tostões. Estes tostões porém eram sem dúvida muito valiosos diante de Deus, que sabe perscrutar os corações os corações e louvar o diminuto ceitel, posto no gazofilácio do templo pela pobrezinha do Evangelho²⁴.

Embora o nome de tal senhora não tenha sido citado, ou porque ela não tinha grande expressão popular como as “principais senhoras de Fortaleza” ou porque preferiu ser mais uma anônima, posso dizer que ela fazia parte do contingente de ofertantes assim como muitos outros pobres da província. Desse modo, tais indícios mostram que havia o interesse dos diferentes grupos sociais de Fortaleza e do restante do Ceará em promover o bem da Religião, inclusive em momentos anteriores à reconstrução desse espaço do Seminário.

²³ **1ª comissão:** D. Senhorinha Baptista Vieira, D. Maria Theresa Cavalcanti, D. Clotilde Rabello da Silva, D. Luiza Studart, D. Luiza Justa, D. Emília Barroso. Percorreram as ruas Major Facundo e Formosa (2:692\$200); **2ª comissão:** D. Maria Fortuna, D. Branca Menescal, D. Maria Mendes, D. Carolina Borges de Moura, D. Constância Brushweiler, D. Diva Meton. Percorreram as ruas Senador Pompeu e General Sampaio (476\$700); **3ª comissão:** D. Amélia Gondim Menescal, D. Maria Marçal, D. Amélia Brasil de Matos, D. Virgínia Salgado, D. Luiza Xavier Guimarães, D. Hedwiges Macahyba. Percorreram as ruas 24 de Maio, Imperador, Morosó, Conselheiro Estelita (403\$740); **4ª comissão:** D. Maria Joaquina Paranhos, D. Clotilde Jaguaribe Nogueira, D. Carlota Gouveia de Miranda, D. Brazília da Costa Moreira, D. Abrelina de Castro Rocha e D. Cecília Albano. Tiveram por parte as ruas entre Sena Madureira até Calçada de Mecejana e as praças respectivas (3:175\$320); **5ª comissão:** D. Elisa Mota, D. Luiza Furtado e D. Maria Caminha. Na Praça de Pelotas e a rua do Benfica (378\$109); **6ª comissão:** D. Casearina Carneiro Leão de Vasconcelos, D. Elisa de Moraes Avelino e Silva e D. Maria Albano da Frota (347\$000); **7ª comissão:** D. Adelaide Ribeiro, D. Joana Torres Abreu e D. Amália de Souza e Silva. Nas proximidades da alfândega, do Mucuripe e do Meireles (504\$009). Ver: SEFI/SHE. *Album Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914*, p. 124.

²⁴ SEFI/SHE. *Album Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914*, p.125.

Voltando aos momentos anteriores ao desabamento, de acordo com o Livro de *Apontamentos Históricos*²⁵ e o *Álbum Histórico*, a construção do Seminário seguiu-se em cinco etapas: a primeira parte entre abril de 1863 e outubro de 1864. Ainda no ano de 63, o prédio, como eu disse no primeiro capítulo deste trabalho, projetava-se como colégio para as órfãs da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha. Assim, até a sua inauguração em outubro de 64, já como seminário, a ala norte do edifício foi concluída até a décima sétima janela que dá para a praia, e o edifício lateral, ao nascente, até a quinta janela. Inicialmente a supervisão das obras ficou nas mãos de Antônio Joaquim Batista de Castro²⁶, sendo que em novembro de 1866 foi substituído por José Francisco da Silva Albano, o Barão de Aratanha. A etapa seguinte foi realizada entre 1865 e 1866 e os sentidos da construção e controle dos recursos gastos foram feitos pelo seu primeiro reitor, padre Pedro Augusto Chevalier, que sabia mais do que ninguém quais as necessidades estruturais que deveriam ser satisfeitas para se ter um bom seminário. Durante esta fase, foi continuada a fachada norte, mas formando uma esquina em ângulo reto com o bloco oriental anteriormente construído. Acrescentaram-se, também, mais sete janelas ao bloco lateral que está de frente para o mar, totalizando 24 janelões, ornadas até hoje com arcos que lhes dão elegância.

Antes de entrar a terceira fase de construção o Sr. Bispo D. Luís tratou de desapropriar com recursos recebidos da Assembléia Provincial alguns casebres que se avizinhavam o Seminário. É então que a área da escola toma toda uma quadra e é cercado com um muro de tijolos o restante do terreno. Depois, entre 1869 e 1873, aproveitando-se uns alicerces que havia desde 1859, das primeiras construções, e que não foram utilizados, o Pe. Chevalier dividiu efetivamente o pavilhão central em duas áreas (dos teólogos e dos preparatoristas), onde ficaram localizados o refeitório, a cozinha, os banheiros e outras dependências que serviriam aos dois cursos ao mesmo tempo.

²⁵ SEF/ SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza nesta Diocese (1894)*, p. 3 e 4

²⁶ Sobre este não consegui mais informações a não ser que este homem morava no Outeiro da Prainha, sendo que ele foi o requerente junto à Câmara Municipal no pedido de autorização para a construção da Igreja da Prainha, em 26 de outubro de 1839. Ver: MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, p.138.

Entre 1874 e 1877, levantou-se mais um conjunto assobradado ao nascente, perfazendo 24 janelas, igualando-se ao da frente norte, ficando ao lado do pátio dos preparatoristas. Quando, entretanto, veio a grande seca que durou até 1878²⁷, a escola passou, como toda a Província, por graves problemas financeiros, ficando ameaçada de fechar (tendo este fim o Seminário do Crato). O número de seminarista caiu de 65, em fins de 1878, para 45 em julho deste mesmo ano, pois muitos eram os alunos que iam de férias para suas cidades de origem e não voltaram em razão da seca. As construções só foram retomadas em 1881, seguindo-se até 1882, quando foram construídos o espaçoso salão de recreios dos preparatoristas e um alpendre que servia de rouparia para os alunos²⁸.

Como diz a citação no início desta seção, o prédio era espaçoso e podia acomodar, segundo o escritor do *Álbum*, cerca de 150 estudantes entre os dois cursos. Quanto à satisfação das necessidades estruturais de uma escola-internato, aparentemente o prédio as preenchia todas dentro das limitações, é claro, da época, por motivo da falta de equipamentos mais modernos como a luz elétrica que só será incrementada posteriormente.

Nessa segunda metade do século XIX, os prédios com o estilo assobradado como o do Seminário, eram poucos. Segundo Raimundo Girão, em *Geografia Estética de Fortaleza*, ao entrar a década de 60 do mesmo século, Fortaleza possuía apenas 690 casas de tijolos, das quais 80 eram sobrados, sendo que, com a construção e resistência dos primeiros sobre o solo arenoso se desfazia a teoria de que “o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar”.

Até então as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa – madeira amarrada a cipós, com exameiro de barro – mostrando duas águas sós, de telha vã caindo para trás e para frente, em beira e bica ou beira e sub-beira, paredes lisas, raras com platibandas ou frontões, sem arabescos decorativos, sem frisos, sem colunatas, sem azulejos, sem coisa alguma que acusasse o menor gosto arquitetural. O resto, a maior parte, era tugúrios de palhas, mocambos míseros, dispersos à toa, onde, no mais extremo desconforto, a pobreza fragilmente se

²⁷ A seca de desse período foi uma das mais terríveis que atingiu o Ceará, sendo que Fortaleza recebeu centenas de retirantes, os quais ficaram abarracados na periferia. Uma das ocorrências mais tristes desse momento de calamidade foi a epidemia de varíola que grassou, matando centenas de pessoas. Sobre o assunto ver: TEÓFILO, Rodolfo. *Varíola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904.

²⁸ GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB, 1879, p. 97.

resguardava da soalheira, naquele ardente lençol de areias brancas, que em compensação espelhavam doces luas argentinas, fazendo noites deliciosas e românticas²⁹.

É provável que essa descrição se aproxime da realidade dos casebres habitados pelos populares da região do Outeiro da Prainha, pelo tempo em que o Seminário fora construído. Era dessa área, segundo o *Álbum*, de onde afluíam pescadores, jangadeiros, marinheiros para as missas na Igreja da Prainha (construída contígua ao prédio pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Prainha) realizadas pelos padres lazaristas, professores do Seminário, com a cooperação dos estudantes de Teologia e a presença dos preparatoristas. Por esta época se realizava

(...) a Missa de madrugada nos domingos, à qual acode todo esse povo amante do uso tradicional da Missa da aurora, e muitos que por pobres não possuem vestes domingueiras. O concurso dos fieis enche literalmente a Igreja, sendo belo ver a piedade desses homens do mar, marinheiros, jangadeiros e peixeiros ao se ajoelharem e fazerem suas orações com tais mostras de unção, que se percebe a grande fé que lhes enche a alma³⁰.

Ao passar dos primeiros anos, ao entrar a década de 80 desse mesmo século, esse lugar (a igreja), onde se demonstravam tamanhas ações de piedade e reverência, foi alvo da disputa entre o novo bispo diocesano, D. Joaquim, e a direção da Irmandade a quem pertencia a Igreja da Prainha desde 1854, data da fundação da irmandade. Durante o Governo diocesano de D. Luís (1861-1881), não houve tensões entre o Governo diocesano e a Irmandade. Para poder usar o espaço da Igreja, D. Luís fez acordo com a Irmandade a fim de que o padre reitor do Seminário ficasse como capelão-mor da Igreja. Tal moderação do Bispo no tratamento com a Irmandade decorria do contrato celebrado entre essa instituição e o Governo local (o Compromisso) que autorizava a Irmandade erigir igrejas e capelas, deixando integralmente a direção, a modificação estrutural e o zelo destas nas suas mãos, não podendo o Bispo interferir em sua ordem sem a permissão da direção das irmandades que, além de caráter religioso, tinham função civil, no sentido do amparo de seus filiados em situação de indigência. Assim, ao chegar para governar a Diocese e com a mudança de regime de governo (o republicano), D. Joaquim procurou mudar tal situação de dependência, pois

²⁹ Id. *Ibidem.*, p.78.

³⁰ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 128-129.*

a ornamentação dos altares, as chaves das portas e as horas de abrir e fechar a Igreja estavam a cargo de um sacristão pago pela mesa. Ora, este *modus vivendi* era por demais incomodo para uma comunidade. Durante todo o tempo do Padre Chevalier, o excelente Reitor conformou-se às exigências da necessidade³¹.

Achando-se em condições de disputar o espaço com a Irmandade, D. Joaquim iniciou suas investidas frente a ela, pressionando a mesa regedora a doar a Igreja para o Seminário, procurando convencê-la de tal necessidade. Pelo *Álbum*, entende-se que a idéia de tomar a administração da Igreja para o Seminário teria partido do padre reitor Julio Simon (1891-1903), sucessor de Chevalier. Diante da pressão feita pelo novo Reitor, o Bispo insistiu pela doação do prédio, sendo que a Igreja passou para os cuidados do Seminário em abril de 1894, dando fim ao problema.

Sobre esta problemática, é interessante a observação que o historiador Edilberto C. Reis faz sobre o inconveniente desta situação. Já que o projeto romanizador objetivava obter o controle das instituições e instrumentos de culto popular e pô-lo nas mãos dos bispos,

(,,,) para D. Joaquim era muito pouco educativo que os futuros padres aprendessem a submeter-se aos caprichos das Irmandades ou de outros movimentos leigos. Os seminaristas, afinal de contas, estavam ali para aprender a comandar as igrejas paroquiais³².

Diante dessa declaração, poderia perguntar por que desde o começo D. Luís não tratou de eliminar tal problema. D. Joaquim, ao relatar essa disputa no livro de *Apontamentos*, lança a seguinte hipótese:

Ou porque se visse em dificuldades no começo das obras, ou porque demasiadamente confiasse na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, esperando que ela mais cedo ou mais tarde cedesse espontaneamente a interia administração da Capela, como era de mister, deixou que continuasse o respectivo serviço religioso sob a dependência e direção da Irmandade, resultando daí gravíssimo inconveniente para a boa ordem do Seminário como é fácil de compreender, pois é condição essencial a um estabelecimento desta natureza – ter uma capela própria sob sua imediata e única administração³³.

Posso considerar, entretanto, um elemento importante, já mencionado: no período em que D. Joaquim conseguiu da Irmandade a Igreja (1894), ele

³¹ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 127.

³² REIS, Edilberto Cavalcante. *Pro Animarum Salute: A diocese do Ceará como "vitrine" da romanização no Brasil (1853 – 1912)*. Rio de Janeiro, 2000, p. 130. (Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro)

³³ SEF/ SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza nesta Diocese (1894)*, p. 5.

tinha mais poderes do que seu antecessor, pois, quando a República foi estabelecida, as irmandades, assim como qualquer instituição responsável pelo culto público, deixou de ter proteção e subvenção do Governo. Assim, segundo o historiador Gledson R. de Oliveira, “desprovidas da gerência do Estado, as irmandades passariam a ser apenas associações piedosas ligadas diretamente ao bispo”³⁴. De acordo com seus apontamentos, D. Joaquim desde a sua chegada (1881), procurou convencer os membros da Irmandade a ceder a administração da Igreja ao Seminário, mas não conseguiu, pois se ela não quisesse doar a igreja não havia instrumento legal para tomá-la. Pelas fontes que tratam do assunto – o *Álbum* e o *Livro de Apontamentos* – vê-se que o Padre Chevalier, que foi reitor até 1891, ou seja, até dois anos após a Proclamação da República, havia se conformado com a situação até então, dando a entender as fontes que não havia pressão por parte dele para que o problema fosse resolvido. Quando, porém, Julio Simon assumiu o Seminário, e sentindo-se incomodado, tratou de insistir com o Bispo para que tomasse as providências, o que foi feito. Entre 1891 e 1894, seguiram-se três anos, ao que pode ter sido o período das mais intensas insistências de D. Joaquim diante da Irmandade, período em que as tentativas baldaram-se, em virtude, segundo ele mesmo escreveu, de que “alguns mais idosos da Irmandade” melindravam-se “toda vez que se tratava de semelhante assunto”³⁵. Essa justificativa parece não muito convincente, a não ser que os membros da Irmandade ainda gozassem de certo prestígio sócio-religioso de forma que se o Bispo dissolvesse a Sociedade viesse arranjar mais problemas para além do que já havia. Deve ter sido por isso mesmo que D. Joaquim procurou a ajuda de um dos membros da mesa que regia a Irmandade, o senhor Hermelino Macahyba. Este intercedeu e convenceu os outros membros a fazerem a doação. Dessa forma, os resquícios de poder que a Irmandade detinha sobre o culto popular, nesse caso mediante a gerência de tal patrimônio (a igreja), são tirados dela, revelando o enfraquecimento de tais tipos de associações religiosas, em

³⁴ OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. *Sal da Terra: uma leitura da identidade e intolerância de católicos e protestantes no Ceará do Século dezenove*. Recife, 2001, p. 60. (Dissertação de Mestrado - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Federal de Pernambuco)

³⁵ SEF/ SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza nesta Diocese (1894)*, p. 5.

decorrência, especialmente, da perda de direitos políticos que antes garantiam certa autonomia diante da alta hierarquia da Igreja.

Assim ergueu-se na periferia da Cidade a primeira escola de formação ultramontana do Ceará – o Seminário Episcopal do Ceará, nascendo a partir do redirecionamento dos espaços do antigo orfanato e da igreja da Prainha, incorporado-os aos intentos de um projeto religioso que a tudo queria controlar. É interessante também se observar o fato de que, enquanto o Seminário se erguia como símbolo ou “quartel” do tradicionalismo católico (a romanização) afastado da área urbana de Fortaleza, mais especificamente o seu centro crescia, até certo ponto, com tendências moderno-secularizantes, em sentido oposto. Seguindo nesse rumo, é válido dizer que o termo “independente” usado para caracterizar a localização do prédio pode ser tomado com outro significado além do distanciamento físico, expressando também o isolamento ideológico da Igreja de novas idéias que circundavam e penetravam a Cidade, por exemplo, com os grêmios literários formados por intelectuais que teimavam em questionar a vida sacralizada. Não que a Igreja fosse contra a modernização dos equipamentos urbanos que tantos benefícios trouxeram (simbolizando o progresso técnico-científico), mas contra a modernização dos ideais de mundo que se distanciavam da moral cristã (a maçonaria, o Evolucionismo, o Positivismo, o Racionalismo ateu etc). Por isso essas novas visões eram veementemente combatidas pela Igreja, pois a maioria sobrevalorizava a capacidade humana de resolver os problemas políticos, econômicos e sociais acima de Deus e da Religião, defendendo o distanciamento da religião dessas causas³⁶. Portanto, mais do que um prédio assobradado que embelezava a periferia da Cidade, o Seminário se colocava imponentemente como um meio de resistência da Igreja contra todo o desvirtuamento da religião e toda a força ideológica que visasse a penetrar e dominar as mentes e corações dos fortalezenses e de todos os cearenses.

³⁶ Syllabus. Papa Pio IX. In COSTA, Lourenço (org). *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)*. Trad Darci L. Marini, São Paulo: Paulus, 1999, p.260-275.

2.4 – O regulamento interno

Como toda casa que visa a formar pessoas em princípios morais, dando-lhes conhecimentos das ciências naturais, humanas e espirituais, o Seminário tinha seu código disciplinar em que devia se pautar o proceder de seus alunos. Segundo mostra o *Álbum*, o estatuto interno compunha-se de vinte artigos, que demonstram a austeridade de vida de um seminário dirigido pelos lazaristas³⁷. A simplicidade e objetividade do regulamento não deixavam espaço para interpretações dúbias sobre o que o reitor do Seminário queria daqueles que ali estavam para estudar: a obediência aos superiores, respeito pelas regras e a constante prática da piedade³⁸.

A obediência aos superiores era de real importância e o desacato às normas e às ordens do reitor poderia implicar a expulsão do seminarista (Artigos I e XIX). Analisando o *Livro de Matrículas*, onde há observações sobre o comportamento dos alunos, encontrei vários casos de insubordinação que foram seguidos de expulsão. Por exemplo, o jovem João Honorato da Silva, 18 anos, matrícula n.º 111, foi expulso por seu “mau comportamento”, em 1867. O curioso é que ele fora readmitido depois, mas como não mudou de comportamento, foi novamente expulso em 1871, devido a “seus maus costumes e acusações provadas”³⁹. É interessante que, tendo uma direção de tal modo rígida, o Seminário aceitasse a reintegração do faltoso, dando-lhe uma chance. Esse não é o caso somente de um aluno, mas de outros que, na mesma condição, foram readmitidos. Talvez a insistência dos pais junto ao Reitor ou ao Bispo fosse o que levasse à readmissão, pois, segundo escreveu Raimundo Girão, “sabe-se que a formação de padres àquele tempo era ditada na maioria dos casos pela imposição paterna”⁴⁰.

Ao padre reitor competia avaliar tudo o que respeitasse à disciplina, ao direito de ir e vir dos estudantes e de comunicação com determinadas pessoas que os alunos poderiam ter, já que o sistema era de internato. Para ser dispensado de suas atividades rotineiras (exercícios, aulas, passeios, estudos)

³⁷ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 54-56.

³⁸ REIS, Edilberto C. *Op. Cit.*, p. 104.

³⁹ SEF/ SHE. *Livro de Matrícula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*, p. 38.

⁴⁰ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4^a. ed., Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, p. 217.

(Art. X), para falar com algum aluno do Curso Teológico e mesmo criados (Art. XI), para receber visitas fora do horário normal (Art. XIII), para sair do Seminário fora dos dias e horários previstos (Art. XV), tudo passava pela avaliação do padre reitor. Até mesmo para enviar e receber cartas, estas passavam pela leitura prévia dele (Art. XIV). Em outro ponto, as saídas não autorizadas também valeriam uma expulsão. Este foi o caso de Antônio Jesuíno Albuquerque Maria, matrícula n.º 16. Descobertas suas saídas à noite, deixou o Seminário em 1866, sendo que “lhe foi dito não voltar mais por não ter talento, por ter saído sem licença”⁴¹. Assim, havia intenso controle sobre o direito de locomoção e a comunicação dos estudantes de qualquer um dos cursos. Tudo isso reforçava o ensino, a obediência e o respeito, sentimentos que, futuramente, o candidato que se formasse teria que dedicar aos seus superiores. Assim, tudo servia para o aprendizado do seminarista.

Outro elemento que pode ser jungido aos anteriores é o controle sobre a entrada de informações por meio de revistas, jornais, livros e artigos: era expressamente proibido o contato com tais materiais e, para evitar qualquer problema com isso, era necessário grande vigilância dos lentes sobre qualquer ato suspeito que implicasse a aquisição e uso desses meios pelos seminaristas (Art. XX). A vigilância sobre o que se escrevia era também uma realidade dentro do seminário. D. Helder Câmara, que teve sua formação no Seminário da Prainha (1923-1932), conta que em determinado dia teve uma surpresa que ele mesmo classifica como “desagradável”: seus cadernos foram vasculhados pelo padre reitor, Tobias Dequidt, que tinha as chaves das mesas de estudo, encontrando na mesa de Helder algumas poesias que considerou impróprias a um seminarista escrever. Não que encerrassem algo de libidinoso, mas simplesmente por demonstrar que o jovem estava deixando a imaginação se soltar. Esperando que Helder o fosse procurar, ele deixou que o padre o procurasse para falar-lhe a respeito do assunto, o que aconteceu alguns dias depois do ocorrido. Dialogando com o padre, Helder tentou convencê-lo de que não havia perigo algum nas suas poesias, ao que disse Tobias Dequidt:

⁴¹ SEFI SHE. *Livro de Matricula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*, p. 06.

(...) sinto em você a vocação sacerdotal, e sei os perigos que está correndo por causa da poesia. E quero protegê-lo deles. A imaginação... Eu ia perdendo a vocação por causa da imaginação⁴².

A questão entre Helder e o Padre Dequidt só se resolveu quando o primeiro disse que só retomaria a escrita de poesias depois que se formasse.

Observa-se aqui o controle que os professores e reitores queriam ter sobre a mente dos alunos, sua maneira de pensar, sua imaginação. Assim, o seminarista deveria não só ter cuidado com suas expressões gestuais ou orais, mas sobre o que poderia pensar e escrever. Tudo era vigiado.

O respeito às normas e o seu fiel cumprimento no ambiente do Seminário mostraria se o aluno era realmente vocacionado para o sacerdócio. Cada regra servia como um fio que compõe a malha de uma peneira em que passavam os melhores grãos que seriam semeados nos prados do Ceará e, como veremos, do Brasil. Aceitar os avisos e reclamos sem questionar (Art. XVIII) era um bom sinal, pois demonstrava humildade e submissão, qualidades buscadas num sacerdote romanizado, caso contrário, qualquer indocilidade o reitor se encarregaria de se comunicar com os pais, ou com quem havia de respeito, para terem uma conversa séria com o estudante a fim de que o emendasse de sua indisciplina. Se o tal não desse jeito, a expulsão seria certa, inclusive, haveria casos em que ela aconteceria sem mais conversas, dada a gravidade do(s) ato(s), como é o de sair do seminário sem permissão, prática de agressão física ou escarnecimento dos exercícios de piedade (Art. XIX). Em alguns casos, o próprio pai do aluno, reconhecendo sua falta de inclinação ao estado sacerdotal o retiraria do Seminário⁴³.

A freqüência contínua aos retiros e exercícios espirituais, missas e orações, nas confissões e comunhão, a pontualidade e a reverência a esses atos, eram outros pontos deveras observados pelos padres que faziam o acompanhamento dos seminaristas. Pelo estatuto, os preparatoristas deveriam confessar-se pelo menos uma vez por mês, além de o fazerem durante o retiro espiritual. Quanto aos teólogos, a regra era confessarem-se toda semana (Art. IV). Quando um seminarista passava algum tempo sem aproximar-se de um confessor, era motivo para ser visto como pouco piedoso. No sentido do

⁴² PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997, p.59 –61.

⁴³ SEFI/SHE. *Livro de Matricula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*, p. 84.

controle da vida do seminarista, a confissão serve como um instrumento eficaz, somente, é claro, quando o confessor é sincero no que diz. É neste momento que os padres-lentes que acompanham a formação do candidato pode sentir se realmente existe um coração vocacionado ao sacerdócio ou não, quais possam ser as barreiras para isso se concretizar e quais serão os exercícios espirituais que servirão para se vencer as crises e tentações⁴⁴.

Por fim o estatuto legislava que os seminaristas não deviam cultivar *amizades particulares* (Art. I). A esse respeito, é interessante pensar que a solidariedade dos internados poderia causar problemas, ou seja, servir de apoio para se resistir à ordem imposta. Um indivíduo que encontra solidariedade em momentos de insatisfação tende a se tornar mais forte e insubordinado. Segundo Goffman, em algumas instituições de caráter fechado,

(...) a equipe dirigente pensa que a solidariedade entre conjuntos de internados pode dar uma base para atividade combinada proibida pelas regras e por isso pode conscientemente tentar impedir a formação de grupo primário⁴⁵.

É interessante como nem sempre essas táticas do grupo dirigente funcionam, permitindo momentos de tensão. Como exemplo disso, no ano de 1890, aconteceu um fato pitoresco que rompeu toda a tranqüilidade do Seminário maior, e certamente da ala dos menores. O *Álbum Histórico* dá somente algumas pinceladas sobre a tela da história, não deixando clara a imagem dos acontecimentos, mas algumas outras fontes bibliográficas apontam para algo mais da que uma simples revolta “tramada por alguns espíritos exaltados”⁴⁶.

No *Álbum*, não me foi revelada a causa imediata do acontecimento, nem os nomes dos seus agentes diretos, além de que fica isenta de toda a culpa a pessoa do reitor Pe. Augusto Chevalier; mas é da pena de outros dois narradores da história eclesiástica local que a história toma outra tonalidade. Ralph Della Cava, em *Milagre em Joaseiro*, fala que a causa da chamada “revolta dos seminaristas” teria sido um ato de intransigência do referido Reitor em não permitir a suspensão das aulas do Seminário a fim de que os alunos

⁴⁴ Infelizmente foi-me vedado, pela direção do Setor de História Eclesiástica do Seminário, fazer a análise do *Livro de Observações sobre o Procedimento e Confissões dos seminaristas (1864/1875)* que me permitiria aprofundar a análise sobre as confissões.

⁴⁵ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Perspectiva, 1996, p. 58.

⁴⁶ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 57.

comemorassem o aniversário da Abolição dos Escravos no Brasil, que se realizaria em 13 de maio daquele ano e por, inclusive, ser feriado nacional. Segundo o autor, a postura do Reitor teria ferido o “sentimento patriótico” de alguns seminaristas que não se conformaram com essa postura e promoveram manifestações no interior da casa, recusando-se a assistir às aulas. Relata também que nenhum dos professores ousou conter as manifestações, sendo que os ânimos só teriam sido acalmados três dias depois com a intervenção do Bispo diocesano, D. Joaquim, que, ao chegar ao Seminário, ordenou aos revoltosos que se confessassem sem, contudo, lograr êxito. Então, o Bispo fechou o estabelecimento por algum tempo e, três meses depois, o Pe. Reitor era demitido, não levando a maiores conseqüências para os três cabeças do movimento que no ano subsequente foram ordenados⁴⁷.

Em outro material, *Homenagem à memória de Monsenhor João Alfredo Furtado na data de seu nascimento (1868 – 1968)*, com uma das seções escrita pelo sacerdote Carlos Lobo⁴⁸, este enfatiza que o movimento teria sido uma revolta pessoal contra os lazaristas franceses, ou seja, contra a sua administração, destacando também que D. Joaquim resolveu o problema substituindo “na direção do seminário o velho e ríspido Pe. Chevalier por Júlio Simon” (grifo meu), sendo que este não seria menos rígido, como declara Pe. Misael Gomes da Silva em outra seção, mas parece que era mais maleável. Nesse livro também são revelados os nomes de dois dos seminaristas que tomaram a frente da revolta. Eram: João Alfredo Furtado e Antônio Tomás que, segundo o Pe. Misael, na seção *Sobre a “Rebelião” dos Seminaristas – sobre o Pe. João Alfredo Furtado*⁴⁹, sugere-me que a inspiração do movimento teria se dado a partir da leitura da obra *Girondinos*, de Lamartine, e de onde teriam tirado o grito de ordem: “Bebamos o sangue destes franceses!”. Vê-se aí que a movimentação não foi apenas uma simples irregularidade, como traz o autor do *Álbum Histórico*, mas uma expressão de repúdio à maneira como os lazaristas (ou pelo menos o Pe. Chevalier) governavam a instituição. Não foi um movimento contra a Igreja Católica, contra o celibato ou coisa outra do gênero,

⁴⁷ DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 68 – 69.

⁴⁸ SEFI SHE. *Homenagem à memória de Monsenhor João Alfredo Furtado na data de seu nascimento (1868 – 1968)*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1968, p. 82 – 93.

⁴⁹ SEFI SHE. *Homenagem à memória de Monsenhor João Alfredo Furtado na data de seu nascimento (1868 – 1968)*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1968, p. 97 – 118.

pois, se assim fora, D. Joaquim não teria ordenado os três seminaristas que lideraram a revolta e não teria dado cargos de confiança, ao que se sabe pelo menos, ao Pe. João Alfredo, que, de Coadjutor da paróquia de Sobral, chegou, na época do Arcebispo do Ceará, D. Manuel da Silva Gomes, a governador do Arcebispado na ausência deste. Ralph Della Cava, ao lado de outros fatos que envolveram os lazaristas franceses e os padres brasileiros no Ceará, como a fuga do interior dos primeiros na seca de 1877-79 e a dúvida lançada sobre a veracidade do “milagre do Juazeiro” pelo Pe. Chevalier, conclui que existia “um problema teológico e eclesiástico em termos de nacionalismo brasileiro”⁵⁰.

Ainda sobre a temática da resistência da “classe dirigente”, a formação de grupos de solidariedade entre internados, penso também que à medida que se retiram certas bases de apoio emocional de um indivíduo, ele vai buscando outras dentro das possibilidades que encontra. Se ele se rende ao sistema imposto, ou por crer que é o certo ou por não ter como escapar totalmente dele, tomando como colunas de sustentação moral e ideológica algum tipo de doutrina e de costumes, ele tende a se tornar dócil. Quando ele assume um caráter de resistência firme e encontra outros meios ou táticas para burlar ou resistir à ordem imposta, tende a ser visto como ameaça para o sistema. Quando um seminarista tem como apoio somente o seu confessor, a quem abre sua mente e seu coração, certamente ele está se enquadrando ao regime do seminário. Se, entretanto, ele tiver um amigo a quem possa confidenciar seus medos e anseios, este amigo poderá dividir o espaço que deveria ser somente do padre confidente. Também não posso deixar de pensar que essa rede de vigilância a impedir tais aproximações entre os alunos, dado que todos conviveram em um ambiente com muitos outros jovens adolescentes do mesmo sexo e em fase de intensa produção hormonal, serviria para afastar problemas com desvirtuamentos sexuais (homossexualismo).

Outra exigência imposta pelo estatuto aos seminaristas era de que eles mostrassem simplicidade em sua maneira de vestir, evitando qualquer coisa que chamasse atenção dos demais e instigasse a prática de vaidades, como, por exemplo: deixar crescer o cabelo ou usar em demasia perfumes (Art.

⁵⁰ DELLA CAVA, Ralph. *Op. Cit.*, p. 69 – 70.

V e VI). Aqui podemos ver que a aparência usual do indivíduo deveria seguir um padrão, levando a uma certa desfiguração pessoal⁵¹. O uso da roupeta preta já no ambiente do seminário e entre os cursistas menores demonstra o nível dessa desfiguração da individualidade. Era necessário, inclusive, desde então, ensiná-los a usar tal traje de distinção social, pois um dos problemas que enfrentavam os bispos diocesanos de linha romanizada era o não-uso dessa vestimenta. No *Livro de Tombo da Freguesia de Pacatuba*, de 1885, encontrei algumas observações sobre esse assunto feitas pelo bispo D. Joaquim, onde esse antístite manifesta desgosto e repúdio aos sacerdotes que não usam o “hábito talar, vestimenta que recorda sempre ao padre o dia de sua consagração”, recomendando o seu uso constante, colocando ainda que a rejeição dessa norma poderia ser interpretada como a perda da fé ou a presença de uma “consciência manchada de gravíssimos pecados”⁵². No livro da *Constituição Sinodal*, de 1888, o mesmo prelado escreve como deveria ser a maneira de vestir de todos os clérigos de ordens sacras:

Estatuimos e mandamos que todo o clérigo de ordem sacras traje batina, capa e chapéu eclesiástico, como igualmente mandamos, que traga coroa aberta, barba raspada e cabelo cortado, de modo que apareçam as orelhas.⁵³

Acima de qualquer coisa, o sacerdote deveria mostrar distinção para com os outros católicos. Um padre sem seu aparato acima descrito poderia estar querendo se assemelhar aos simples mortais, pecadores, para esconder seus “erros”. Alguém não se tornava padre apenas com o conhecimento da doutrina, bom comportamento, ou só por ter o altar como “oficina de almas”, mas um padre se fazia também com indumentárias, ou seja, nesse o objeto (a roupa) fazia o sujeito⁵⁴.

No plano da curiosidade, como descrevem Nelson Piletti e Walter Praxedes, na biografia póstuma de Dom Helder Câmara, ainda na década de 1923, o rapaz que ingressasse no seminário era obrigado a preparar um

⁵¹ GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.*, p. 28.

⁵² SEF/ SHE. *Livro de Tombo da Freguesia de Pacatuba: n.º 01*. 1985, p.06.

⁵³ SEF/ SHE. *Constituição Sinodal da Diocese de Fortaleza – Livro Segundo. Título 2.º: Em que se trata dos eclesiásticos em geral, dos párocos, dos coadjutores, seus respectivos direitos e deveres, das confrarias e associações pias*. Artigo VII, 1888, p.61.

⁵⁴ Sobre a noção de fronteira entre sujeito e objeto ver MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. Trad.: Marilena de Souza Chauí, Nelson A. Aguiar e Pedro de S. Moraes. 2.ª edição: São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)

enxoval composto por: 6 camisas, 6 ceroulas, 2 calças, 2 calções de riscado^{*} grosso para banho, 6 pares de meias brancas ou de cor, 1 batina de merinó^{**} 2 batinas de brim, 6 colarinhos eclesiásticos, 3 camisões de dormir, 2 pares de sapatos e chinelas, 4 toalhas de rosto, 1 chapéu preto e 1 barrete^{***}, 2 roquetes, entre outras coisas⁵⁵. A presença de várias indumentárias eclesiásticas mostra que os seminaristas desde o início deveriam aprender como futuramente se vestiriam.

Essas eram as determinações do Concílio de Trento: desde o primeiro momento, deveriam vestir o hábito, cortar o cabelo, assistir à missa diariamente e confessarem-se uma vez por mês⁵⁶. Estes artigos compunham o estatuto interno ao qual deveriam se submeter todos os seminaristas do curso de preparatórios e do curso teológico. A futura ordenação dependeria do respeito ao regulamento.

2.5 – Os cursos de Preparatórios e Teológico: caracterização

Como escrevi antes, dois eram os cursos oferecidos no Seminário: o Curso de Preparatórios e o Curso Teológico, e essa divisão não era só formal, mas também espacial. Segundo Edilberto Cavalcante Reis, para que o Seminário estivesse totalmente enquadrado nas determinações canônicas, os cursos deveriam ser ministrados em prédios separados. Esse teria sido o projeto inicial de D. Luís: dois prédios distintos e distantes um do outro, pois o plano era ter-se um seminário menor no Crato, região centro-sul do Ceará, ficando o seminário maior em Fortaleza. Em razão de vários problemas, porém, que inviabilizaram esse objetivo (entre os quais a seca de 1877-79 e a questão dos fenômenos religiosos envolvendo o Pe. Cícero), as duas fases de formação ficaram mesmo em Fortaleza, estando mais próximo dos olhos do próprio Bispo diocesano, existindo apenas uma divisão estrutural no prédio de forma a manter incomunicáveis os estudantes dos dois cursos⁵⁷.

* Tecido com listras de cor.

** Tecido feito de lã de carneiro.

*** Cobertura quadrangular que os clérigos levam sobre as cabeças.

⁵⁵ PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Op. Cit.*, p. 55.

⁵⁶ LUIZETTO, Flávio. *Reformas religiosas*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 61 – 65.

⁵⁷ REIS, Edilberto Cavalcante. *Op. Cit.*, p. 98.

O Curso de Preparatórios tinha a duração de seis anos: o primeiro ano correspondia às primeiras letras; o segundo, terceiro e quarto anos correspondiam a 1^a, 2^a e 3^a divisão de Latim; no quinto ano, aprendia-se Retórica e no sexto Filosofia. Nas primeiras letras, os seminaristas aprendiam Gramática Portuguesa, Aritmética (as quatro operações), além de Música Vocal, correspondendo a quatro horas e meia de aula, entre manhã e tarde; quanto às divisões de Latim: na 1^a divisão, que corresponde ao 2^o ano, os alunos estudavam Gramática Portuguesa, Latina e Francesa, Geografia, Aritmética (números inteiros) e História Antiga; na 2^a divisão, ou 3^o ano, estudavam-se gramática portuguesa, latina e francesa, Geografia Geral (menos a América), Aritmética (frações) e História Geral (Idade Média); na 3^a divisão, ou 4^o ano, estudavam-se Gramática Portuguesa e Latina, Aritmética, Geografia (menos do Brasil) e História Moderna. Vale se ressaltar que nessas etapas anteriores todas essas matérias eram ministradas por um só lente (mestre); no 5^o ano, ensinavam-se Retórica, Prosódia Latina, Geografia do Brasil e História do Brasil, Álgebra e Geometria. Já aqui havia lentes específicos para uma ou mais disciplinas, finalmente, no 6^o ano, a Física e a Filosofia eram as matérias ensinadas⁵⁸.

Os horários e as respectivas atividades estavam dispostos da seguinte forma:

I – Horários das atividades realizadas de segunda a sábado⁵⁹

MANHÃ	DESCRIÇÃO
5:00-5:30	Levantarem-se, arrumar as camas e prepararem-se para a missa.
5:30-7:30	Missa e estudos individuais.
7:30- 8:00	Café e recreio.
8:00- 9:50	Aula
10:00-11:00	Estudo individual
11:00-2:15	Aula
TARDE	DESCRIÇÃO
12:15-12:30	Ângelus* e estudo individual
12:30-14:00	Almoço e recreio
14:00-15:15	Estudo individual
15:15-15:45	Aula de Música

⁵⁸ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 30-31.

⁵⁹ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 57-58.

* O Angelus: oração católica de graças pelo mistério da Encarnação. Corresponde a prece, comumente chamada ave-marias ou trindades.

15:45-16:00	Recreio
16:00-17:15	Café e recreio
17:15-18:15	Ângelus e estudo individual
NOITE	DESCRIÇÃO
18:15-19:15	Terço e leitura espiritual
20:00-20:45	Jantar e recreio
20:45	Recolhimento ao dormitório
21:15	Apagar-se-iam as luzes

II – Horários das atividades realizadas nos domingos e dias santos

MANHÃ	DESCRIÇÃO
5:15-6:40	Orações da manhã, instrução, Ângelus, ladainha e estudo.
6:40-7:00	Preparação para a missa
7:00-10:00	Missa e recreio
10:00-11:00	Estudos individuais
11:00-12:00	Catecismo
TARDE	DESCRIÇÃO
12:00-14:15	Almoço e recreio
14:15-16:00	Terço e estudos individuais
16:00-17:00	Café e recreio
17:00-18:15	Vésperas** e recreio
NOITE	DESCRIÇÃO
	Obs: como nos outros dias da semana

III– Horários das atividades realizadas nos feriados

MANHÃ	DESCRIÇÃO
5:00-9:15	As mesmas atividades realizadas na semana entre 5 e 8hs.
9:15-11:00	Estudos individuais
11:00-12:00	Catecismo
TARDE	DESCRIÇÃO
12:00-13:00	Ângelus e recreio
13:00-14:15	Almoço e recreio
14:15-16:00	Estudos individuais
16:00-18:15	Café, recreio e passeio
NOITE	DESCRIÇÃO
18:15	Estudos individuais
	Obs: o restante como nos outros dias da semana

Por esses quadros, percebe-se que os preparatoristas tinham uma carga de horários bastante pesada. Fora os recreios, não havia momentos para tarefas outras que não estudar e exercitar-se na prática da piedade, exceto, é claro, quando nas quartas-feiras saiam para passeio em grupo, acompanhados por um padre-regente, a algum espaço de lazer da Cidade (como o Passeio Público ou a Ponte dos Ingleses, conhecida hoje como Ponte Metálica), quando

** As vésperas eram as horas em que se prestavam os ofícios divinos em que se rezam.

poderiam tomar outros ares que não cercados por muros e paredes claustrais. Certamente que, para muitos dos garotos, acostumados que eram a uma vida livre nos campos do sertão, onde a rigidez de horários quase não existia, sujeitar-se a tal austeridade era muito difícil e exigia boa vontade do internado⁶⁰. Quem sabe um ou outro, em algum momento, não sentia uma íntima inveja de algum pardal “que talhando os ares lá se iam perder nas douradas brumas do ocaso”⁶¹.

Foi, também, comparando os horários dos quadros que consegui entender por que o autor do *Álbum* escreve que no Seminário “os dias são todos idênticos”⁶², pois as modificações nos domingos e dias santos são poucas e por que os estudos individuais, nem mesmo nesses dias são dispensados. Chama a atenção, ainda, o fato de que nos dias, ordinários, comparando-se com o tempo que passavam em sala de aula (cerca de pouco mais de três horas), esses estudos individuais correspondiam a cerca de quatro horas por dia. Nesses momentos, o seminarista deveria estudar as matérias já vistas e preparar-se para as aulas subseqüentes a esses estudos. Feitos em salão próprio, nesses momentos, os alunos deveriam estar em silêncio, pois, quanto a possíveis conversas e perturbações que poderiam acontecer nesse lugar, reza o regulamento: “Artigo VII: observar-se-á um profundo silêncio no tempo de estudo, (que se fará nos salões em comum)”⁶³.

Para não dizer, porém, que tudo era só obrigação, os momentos dos recreios eram a hora da quebra do silêncio característico das salas de aula e de estudo; era a hora da merenda. O silêncio começava a ser quebrado com o toque costumeiro do sino. Depois, de forma ordenada, saíam para o refeitório ou para o pátio. No refeitório, a casa fornecia um singelo lanche: café e bolachas. Aqui também eram feitas as outras refeições (café-da-manhã,

⁶⁰ De forma semelhante a Bernardo Guimarães, quando escrevia sobre sua personagem, o noviço Eugênio, podemos indagar: quem sabe algum “filho do sertão, acostumado a percorrer livre como o veado os campos e bosques da fazenda paterna, não pôde a princípio deixar de estranhar a severa reclusão e imprescritível regularidade daquela vida monótona e compassada do seminário”. Ver: GUIMARÃES, Bernardo. *O Seminarista*. São Paulo: Editora Moderna, 1984, p. 26.

⁶¹ GUIMARÃES, Bernardo. *Op. Cit.*, p. 29.

⁶² SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 54.

⁶³ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 55.

almoço e janta) e também deviam os seminaristas guardar silêncio, como diz o Artigo VII.

Nesse espaço de tempo, no entanto, o aluno que tivesse alguém que lhe levasse algo para comer, na portaria encontraria suas guloseimas e estas lhe seriam entregues pelo porteiro do Seminário. Quem quisesse adquirir algo mais para comer, como era o caso de alguns que moravam fora de Fortaleza e não tinham conhecidos na Cidade, poderia comprar, de um dispenseiro autorizado pelo seminário, frutas e doces. Além de comer, as brincadeiras e as conversas também tomavam o tempo do recreio, mas sobre isso rezava o regulamento: “Artigo VIII: nos recreios evitarão os gritos desentoados, jogos e brinquedos ofensivos ou grosseiros”⁶⁴. Percebe-se nesse artigo que o seminarista deveria cultivar o domínio sobre suas forças e emoções a ponto de não gritar “desentoadamente”. Não se pense que nesses momentos os seminaristas estariam longe dos olhos prescrutadores de seus lentes, pois aqui, também, seria um momento para corrigir-se qualquer falta de qualquer rapazinho que saísse da linha. Aqui se poderia observar se alguém estava cultivando amizades particulares, fumando, ou isolando-se, demonstrando apatia. Sobre tal vigilância na hora dos intervalos de aula, o *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864 – 1935)*, registra a seguinte decisão coletiva, tomada no dia 13 de março de 1890, entre a direção e os professores do seminário:

(...) assentou-se que nos dois recreios, do meio dia e da noite, dois padres ficarão em baixo com o Curso Teológico e dois com o Curso dos Preparatórios, os mais deverão passear no corredor de cima para impedira a comunicação dos dois cursos e a ida dos moços aos dormitórios (...).

Quanto a algumas outras áreas que não deveriam ser freqüentadas pelos seminaristas, regeu o Conselho:

Os dormitórios ficarão trancados todo o dia e só em extraordinário os moços teriam licença de ir lá. Caso tivesse necessidade de deitar-se fosse para enfermaria.

A sala para os banhos ficaria aberta somente: 1 – durante os banhos; 2 – durante o recreio e durante o jantar; 3 – durante o recreio depois do café: podendo tirar tudo o que precisar durante o dia⁶⁵.

⁶⁴ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914*, p. 55.

⁶⁵ SEFI SHE. *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935)*. Este material é uma cópia digitalizada e impressa da fonte original que se encontra na Casa Mãe dos Lazarista, Rio de Janeiro.

É simples perceber aqui que, além das normas fixas, há aquelas que vão sendo anexadas de acordo com as conveniências e necessidades da escola, regulando todos os passos dos estudantes e os usos dos espaços, além de impedir os contatos entre os cursos. A análise do comportamento do seminarista nesses momentos torna-se importante para que se avaliem as chances de o candidato se tornar um bom padre.

Havia momentos que quebravam a monotonia dos dias regulares de estudo: os dias de festa, semelhantes ao dia de São Pedro, em 29 de junho, quando todos os estudantes (preparatoristas e teólogos) se envolviam em atividades extraordinárias. Até mesmo o casarão do Seminário tomava nova feição; era enfeitado com bandeirolas coloridas, lanternas chinesas, tapetes e era feita ao Reitor uma homenagem pelos seminaristas. À noite acendia-se uma fogueira do lado de fora do prédio e as bombas, foguetes e girândolas abafavam o vozerio dos moços. Havia também um jantar de gala do qual participavam os clérigos da Cidade e outras personalidades, entre as quais posso destacar o senhor Barão de Aratanha, considerado um protetor do Seminário.

Ao encerrar a etapa de preparação no Curso dos Menores, o aluno estava em condições de entrar no Curso Teológico (ou dos Maiores) que duraria quatro anos, sendo que no primeiro estudaria Direito Canônico e História Eclesiástica e nos três seguintes Moral e Dogma. A Escritura Sagrada, a Eloquência, a Liturgia e o Canto Gregoriano (ou Cantochão) estudar-se-ão durante todo o curso.

I – Horários das atividades realizadas de segunda a sábado⁶⁶

MANHÃ	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
5:15-5:30	Levantar e arrumar as camas e preparar-se para a missa.	
5:15-6:00	Oração vocal e meditação.	
6:00-7:30	Ângelus, ladainha, missa, durante a qual horas menores, cada qual particular. Depois, estudo e banho nos dias marcados	
7:30-8:00	Café e recreio	
8:00-8:15	Estudo individual	
8:15-9:30	Aula	
9:30-10:45	Estudo individual	

⁶⁶ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 58-59.

10:45-11:00	Novo Testamento	
11:00-12:15	Aula	Nos dias de jejum estas aulas dar-se-ão das 8:15 às 9:15 e das 10:30 às 11:30. Nos sábados às 11 horas: Eloquência.
TARDE	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
12:15-12:30	Ângelus e estudo individual	Na quaresma, Vésperas antes do exame particular, que nos dias de jejum terá lugar às 11:45
12:30-14:00	Almoço e recreio	
14:00-15:45	Terço e estudo	Depois do terço serão as Vésperas em comum para os de ordem sacra
15:45-16:30	Aulas ou de Liturgia, ou de Cerimônias ou de Canto Gregoriano	
16:30-17:15	Estudo	Matinas* em comum para os de ordens sacras
17:15-18:15	Café e recreio	Nos Sábados às 15:45: exercícios de cerimônias
NOITE	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
18:15-19:15	Ângelus e estudo	
19:30-20:00	Leitura espiritual	
20:00-20:45	Ceia e recreio	
20:45-21:15	Oração da noite e repouso	
21:15	Recolhimento	Nesse horário todos devem estar deitados exceto os que obtiveram permissão para estudar até 22 horas.

II – Horários das atividades realizadas nos domingos e dias santos

MANHÃ	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
5:15-10:00	Em vez de meditação, instrução, Ângelus, Ladainha, ir preparar-se em silêncio para missa das 7 horas, na qual fazem a comunhão. Depois do café recreio.	
10:00-10:45	Estudo individual	
10:45-11:00	Exame particular, Novo Testamento	
11:00-12:00	Explicação das Escrituras Sagradas	
TARDE	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
12:00-14:30	Ângelus, recreio	
14:30-16:00	Terço e estudos individuais	Às 3:15, Matinas em comum para os de ordem sacra
16:00-17:00	Café e recreio	
17:00-18:15	Vésperas e bênção do Santíssimo	Ou até às 19:00 horas, se houver prática
NOITE	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
18:15	Estudo individual	O restante como nos outros dias da semana

* Matinas: primeira parte do ofício divino rezado pelos padres.

III- Horários das atividades realizadas nos feriados

MANHÃ	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
5:00-9:15	Depois da oração, repetição. Depois do café recreio	
9:15-10:45	Estudos individuais	
10:45-11:00	Novo Testamento	
11:00-12:00	Hermenêutica	
TARDE	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
12:00-14:30	Ângelus e recreio	
14:30-16:00	Terço, Vésperas, estudo individual	Às 3:15, Matinas em comum para os de ordem sacra
14:00-18:15	Café, passeio ou recreio	
NOITE	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
18:15	Estudos individuais	O restante como nos outros dias da semana

Sobre as observações anteriormente feitas acerca das atividades que cotidianamente realizavam os seminaristas, posso acrescentar mais algumas: em primeiro lugar, enfatizo que todos os aspectos da vida são realizados no mesmo espaço físico e sob única autoridade, ou seja, ou na sala de aula, ou na sala de estudos, ou no refeitório, ou no dormitório, ou no pátio etc. Tudo era feito sob a vigilância dos padres-lentes. Os momentos de solidão total não eram permitidos, a única solidão que não se podia evitar era a dos pensamentos não compartilhados, caso, é claro, se se pudesse guardá-los.

Em segundo lugar, cada fase das atividades diárias do seminarista era realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outros seus colegas, sendo todos eles tratados de forma igual e obrigados a fazer as mesmas coisas em conjunto. Nesses momentos, a privacidade é relegada e, em tais condições, o seminarista não só se sentia vigiado pelos padres como também pelos próprios companheiros de curso que, diante de uma falta dele poderiam delatá-lo.

Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, em atividades seqüenciais predeterminadas, impostas de cima para baixo por um sistema de regras formais explícitas, elaboradas por um grupo de especialistas. Pelo que consta no *Álbum Histórico*, a disposição e os respectivos tempos das aulas dos dois cursos foram tirados do *Diretório dos Seminários*, conforme funciona nos seminários dirigidos pelos padres da Missão de São Vicente de Paulo, ou seja, tal estruturação era européia e relegava os hábitos locais de estudo e de trato com a temporalidade

e adaptação climática. Deve ter sido por isso que a implantação do *Diretório* no Seminário, feita pelo próprio bispo D. Luiz, que sabia de cor sua grade curricular desde sua experiência como aluno e depois reitor do Seminário de Mariana (Minas Gerais), não foi tal qual estava no diretório, mas a ordem das matérias lecionadas foi, já desde o começo, levemente modificada por ele⁶⁷. O escritor do *Álbum*, porém, escrevendo em 1914, diz que já para sua época a execução de tais horários era pesada para os alunos e que se eles não tivessem sofrido certa modificação,

(...) hoje não o poderíamos talvez suportar com a docilidade dos primeiros anos, devido a nova orientação da pedagogia e também ao calor que em certos meses sobretudo fatiga sobremaneira o trabalho continuado⁶⁸.

Portanto as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, que se materializa no estatuto interno, planejado para atender aos objetivos da instituição que era formar padres obedientes aos padrões românicos⁶⁹.

2.6 – As avaliações

Ficou definido pelo Concílio de Trento que, para ingressar em um seminário, o candidato deveria ser filho de matrimônio legítimo e provar que sabia ler e escrever de modo satisfatório⁷⁰. Este era o primeiro teste pelo qual passava o candidato e foi o que impediu o primo do Pe. Cícero, José Joaquim Teles Marrocos, um dos grandes responsáveis pela divulgação nacional da “Questão do Juazeiro”, de estudar no Seminário de Fortaleza. Ele era filho ilegítimo do padre João Telles Marrocos com uma escrava⁷¹.

De acordo com as normas do Seminário, antes de ser admitido, o pleiteante passava pelos exames iniciais para se averiguar se o mesmo sabia ler e escrever satisfatoriamente. Se tivesse instrução que equivalesse ao Curso de Preparatórios, ingressaria no curso teológico, caso contrário, seria

⁶⁷ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p.32.

⁶⁸ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p.57.

⁶⁹ GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.*, p. 17- 18.

⁷⁰ LUIZETTO, Flávio. *Op. Cit.*, p. 61 – 65

⁷¹ BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O Movimento Religioso de Juazeiro do Norte. Padre Cícero e o fenômeno do Caldeirão. In SOUZA, Simone (Coord). *História do Ceará*. 4ª. ed., Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 263.

matriculado em uma das divisões entre o 1º. e o 6º. ano ⁷². Dai então começavam os estudos e a preparação para a vida eclesiástica.

Depois dos primeiros meses de estudo, os alunos do Curso de Preparatórios faziam os exames parciais e os exames gerais, sendo estes realizados duas vezes por ano, no meio do ano letivo e no final. As avaliações eram de dois tipos, oral e escrita, e o resultado se dava pela média das notas dos dois períodos. A cada primeiro domingo do mês, as notas parciais eram tornadas públicas aos alunos e no final de cada trimestre os boletins eram arremetidos aos respectivos pais, revelando não só as notas das matérias, mas também o comportamento, aplicação e estado de saúde dos alunos. Quanto à assiduidade do aluno, ele perderia o ano, se, em período letivo, passasse dois meses fora do Seminário, fosse em dias consecutivos ou alternados. Também era motivo de reprovação não se sair bem em alguma matéria, o que implicaria repetir todas as outras que estudou durante o ano⁷³.

A critério de curiosidade, sobre a bibliografia usada pelos preparatoristas, em que provavelmente eram baseadas suas avaliações, descobri já nos últimos momentos da pesquisa, no *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935)*⁷⁴, as referências aos seguintes volumes e autores que foram usados pelos alunos do curso de preparatórios.

Curso de Preparatórios:

1º ano – Lente: Pe. Laurindo

1. Elementos de Gramática Latina.....Gomes Moura
2. Elementos de Gramática Portuguesa.....Cyrillo
3. Elementos de Gramática FrancesaLevine
4. Geografia (até pg 85).....Pompeu
5. Aritmética até as frações
6. História Antiga
7. Selecta dos SS. Padres (1º volume)
8. Epítome (?) História Sacra
9. Selecta Francesa.....Boquette

⁷² SEF/ SHE. *Livro de Matrícula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*.

⁷³ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914, p.59-60.*

⁷⁴ SEF/ SHE. *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935)*.

10. Catecismo da Diocese

2º ANO – Lente: Pe. J. Calegni

1. Compêndio de Gramática Latina.....Gomes Moura
2. Compêndio de Gramática Portuguesa
(por este ano)..... Cyrillo
3. Compêndio de Gramática Francesa.....Levine
4. Geografia (pág. 271 a 344).....Pompeu
5. História da Idade Média.....Chantrel
6. Aritmética (frações, complexos e
inteiros(?)).....Ottoni
7. Selecta Francesa.....Boquete
8. Santos Padres (2º. e 3º. volumes)
9. Cornélio, Virgílio
10. Catecismo da Diocese

3º. ANO – Lente: Pe. Pagoto

1. Gramática Portuguesa (por este ano).....Cyrillo
2. Compêndio de Gramática Latina.....Gomes Moura
3. Geografia (da pág. 85 a 269).....Pompeu
4. Aritmética (2ª parte).....Ottoni
5. História Moderna.....Chantrel
6. Virgílio, Tito Lívio
7. IV e V tomos dos Santos Padres
8. Catecismo da Diocese

4º. ANO – Lentes: Pe. Clicerio e Pe. Gonçalves

1. Retórica.....Condose (?) Figueiredo
2. História do Brasil.....Macedo
3. Geografia do Brasil.....Pompeu
4. Álgebra e Geometria.....Ottoni
5. VI tomo do Santos Padres
6. De Oratore.....Cícero
7. Dotores(?), Cânones
8. História Sagrada.....Boquete
9. Catecismo da Diocese

5º. ANO – Lentes: Pe. Romão e Pe. Gonçalves

1. Filosofia (por este ano).....Soriano
2. Física.....Ganot
3. História Sagrada.....Boquete
4. Catecismo da Diocese

Sobre a bibliografia, o máximo que posso dizer é que ela foi usada na década de 1870. A ela, quem sabe, possa ser possível acrescentar ainda alguns outros livros que no jornal *Tribuna Católica* eram divulgados, como: *Aluno Penitente, ou Novo Penso-o-bem - Considerações sobre as verdades eternas com história e exemplos*; *O Anjo Costódio – Novo Manual de Missa e Orações para os Devotos na Terra de Santa Cruz*; *Banquete Espiritual, Voluntário e... em Favor das Almas do Purgatório e de Todo o Fiel Cristão*; Abade Verdal. *Benefícios do Cristianismo*; *Breviário Romanum* (4 volumes); *Caminho do Ceo – Considerações sobre as máximas eternas e sobre os segredos e mistérios da Paixão de Cristo Nosso Senhor, para cada dia do mês*; *Catecismo da Diocese do Ceará*; *Catecismo Histórico, Dogmático, Litúrgico e moral*. Infelizmente a lista do jornal não traz os nomes da maioria dos autores. De acordo com o *Tribuna Católica*, estes e outros livros de caráter teológico, litúrgico, devocional, de leis canônicas etc. eram encontrados na Livraria de Joaquim José de Oliveira⁷⁵. Dessa forma, concluo que não eram só seminaristas e padres que deviam se interessar pela leitura religiosa, mas certamente devia haver alguém mais que a adquiria. Usando do *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, sabe-se que parte dos livros vendidos no Ceará vinha de várias outras províncias do Brasil: Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro. Além dessas localidades não destaco a possibilidade de eles virem de outros países, já que o Ceará mantinha relações comerciais, na segunda metade do século XIX, com os Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Portugal⁷⁶, de onde possivelmente poderiam vir alguns outros volumes, especialmente da França, cuja cultura e língua eram tão valorizadas pelos

⁷⁵ BPMP/ Microfilmagem, jornal *Tribuna Católica*-Fortaleza (03 e 10 de maio de 1868), Rolo 91. Provavelmente este Joaquim fosse um fornecedor de livros para o Seminário, além de papel e tinta para escrever. No *Livro de Receitas e Despesas do Seminário*, no mês de dezembro de 1865, aparece o nome de um tal Oliveira (um dos sobrenomes de Joaquim) que fornecera tais materiais.

⁷⁶ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará*. Edição Fac-similar, 1997. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p.459.

cearenses. Como evidência disso, mais recentemente, quando alguns livros da antiga biblioteca do Seminário estão sendo incorporados à atual, é possível encontrar livros escritos em francês que pertenceram aos padres Misael Gomes e Hipólito Gomes Brasil, datando da década de 1860. Certamente esses também podem ser considerados como literaturas usadas pelos alunos do Seminário no período da segunda metade do século XIX.

Voltando aos exames, só que mais especificamente aos exames que os teólogos prestavam, em um ano letivo eles faziam três de caráter mais geral: o primeiro sobre conteúdos estudados ou recordados durante as férias; o segundo, na metade do ano e o último no fim. Com exceção de Hermenêutica, Eloquência, Liturgia e Canto Gregoriano, todas as outras disciplinas seguiam os parâmetros descritos há pouco. Já que esta era a última etapa que antecedia a ordenação, o candidato passaria por mais um teste sobre temas que lhes fossem indicados, como, por exemplo, ligados a assuntos referentes a Tratados de Teologia Moral e Sacramental. Se aprovado seria graduado como teólogo. Quanto à perda do ano letivo, seguiam-se os mesmos parâmetros do curso de preparatórios⁷⁷.

Ainda sobre o sistema de avaliação dos teólogos, eles eram avaliados ainda por outros critérios. Nas fichas de cada aluno (fosse do Curso Teológico ou não), que estão no *Livro de Matrículas*, eram registradas observações sobre o comportamento, a piedade, a índole, o talento e a aplicação dos alunos em suas atividades. Como, ao fim do Curso Teológico, mediante a aprovação nas matérias, os seminaristas poderiam ordenar-se, e como a função de padre não requer somente conhecimento mas também dedicação em outros sentidos, era então que, de acordo com o bom desempenho nos critérios ora elencados, o aluno poderia ser ordenado em uma ordem maior (presbiterado, por exemplo) ou menor (diaconato, por exemplo), ou mesmo ter negada a sua ordenação. Assim, a sua vocação deveria ser provada em vários aspectos. Tal rigor quanto à designação à tonsura era uma ressalva feita pelo próprio Papa em que não se deveria “por as mãos” a ninguém que realmente não merecesse receber as ordens. Instruía o Papa Pio IX aos seus confrades, em 1846:

Por isso, como bem sabeis, deveis ter muita atenção, segundo o preceito do Apóstolo, para não impor as mãos apressadamente às

⁷⁷ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914, p.60.*

sagradas ordens, de promover aos santos ministérios somente aqueles que, examinados a fundo, conhecidos como possuidores de todas as virtudes e louvados pela sabedoria, possam ser de utilidade e ornamento às vossas dioceses⁷⁸.

Em um período em que a Igreja sofria com certas posturas de alguns padres que desrespeitavam as normas da Instituição, por exemplo, com a quebra do celibato e a resistência ao uso da batina, era mister que os bispos e arcebispos cuidassem de averiguar bem as condições de cada pretendente ao estado eclesiástico, de forma a ter garantia, pelas melhores escolhas dentre os pretendentes, da obediência deles. Por isso, os candidatos deveriam ser “examinados a fundo”, sendo que aqueles que se mostrassem insubordinados e relaxados em suas atividades no Seminário não seriam encaminhados para a ordenação. E, como conhecer se alguém era um bom candidato? Observando seu comportamento, freqüência aos sacramentos e retiros espirituais, ouvindo sua confissão, vendo sua aplicação nos estudos e sua obediência ao Diretório. No *Livro do Conselho Provincial*, encontrei algumas observações nesse sentido, descrevendo sobre a aplicação nos estudos, a capacidade intelectual e de memória, assiduidade nos sacramentos, demonstrações de vaidade quanto ao uso de perfumes e cuidado demasiado com o cabelo, que se referiam aos candidatos à tonsura. Por exemplo, na reunião do Conselho, de 30 de novembro de 1871, um dos moços foi julgado em condições de receber senão o subdiaconato por ser “um tanto mole para estudar e ter pouca inteligência, mas boa memória”. Outro foi designado para o presbiterado, levando-se em conta que era “assíduo aos sacramentos”, aplicado aos estudos e tinha “boa índole”; entretanto, a outro se observou sobre ele que era “vaidoso”, “afetado nos cabelos”, “cheiroso” e não merecia a tonsura e se caso resolvesse se lhe dar que fosse severamente advertido sobre tais coisas e lhe dada uma ordenação menor⁷⁹. Pode-se ver que, pelo menos aparentemente, o rigor era grande; o que demonstra a preocupação com a obediência e a moralidade dos futuros padres.

Se dentro do Seminário o cuidado com os seminaristas era grande, fora também não era muito diferente. Terminado o período letivo, seguiam-se as férias, que se iniciavam em 8 de dezembro e iam até início de março. Nesse

⁷⁸ PIO IX. *Qui Pluribus*. Roma, 1846. In COSTA, Lourenço. *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)*. Trad Darci L. Marin, São Paulo: Paulus, 1999, p. 93.

⁷⁹ SEFI SHE. *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935)*.

período, o seminarista podia ir folgar, única e exclusivamente, na casa dos pais. Aqui era o momento de perigos ao pretendente ao estado eclesiástico, quando as tentações poderiam desviá-lo de futuro “tão excelente”. Por isso era necessário que os pais e os párocos ou vigários das cidades dos respectivos seminaristas os vigiassem e não permitissem que “caísse em tentação”, como bem ilustra Bernardo Guimarães em *O seminarista*: “receando com razão que as seduções do mundo o arredassem do santo propósito”⁸⁰. Na Constituição Sinodal de 1888, elaborada no governo da Diocese por D. Joaquim, foi escrito:

Os párocos hão de comunicar aos superiores dos seminários [maior e menor] tudo quanto lhes importar saber, relativamente ao caráter e comportamento dos seminaristas de suas paróquias.

E muito confiamos, que o testemunho, que dão do modo como eles passam as férias, seja sincero e consciencioso⁸¹.

Como visto, o controle e a vigilância sobre os seminaristas eram intensos, inclusive nas férias. Até mesmo a transferência dos estudos para outros seminários de outra diocese era fortemente controlado pelo Bispo. A mesma *Constituição Sinodal* rezava que só em caso de força maior seria permitida a transferência, que deveria ter o aval do Bispo diocesano⁸². Em sentido inverso, receber seminaristas de outras dioceses só acontecia com a autorização escrita dos bispos das localidades de onde vinham, como foi o caso do seminarista Vicente Gomes de Magalhães, de Pernambuco, que, após ter feito os preparatórios em Olinda, não foi recebido no Seminário de Fortaleza por “não ter licença de seu bispo”, além de ser considerado “muito inábil”⁸³.

Uma vida exemplar dentro dos padrões impostos pela Igreja – era esse o perfil que deveria ter um sacerdote formado pelo Seminário. Avaliados meticulosamente, eles alcançavam grau de ordenação de acordo com suas capacidades intelectivas (inteligência, memória) e também morais, capacidade de obedecer e até de resistir às vaidades. Poucos foram os que resistiram o rigor da disciplina e vigilância interna e externa, talvez até mesmo por não terem o objetivo ou, como poderiam dizer alguns, a vocação para serem

⁸⁰ GUIMARÃES, Bernardo. *Op. Cit.*, p. 47.

⁸¹ SEF/ SHE. *Constituição Sinodal da Diocese de Fortaleza – Cap. Terceiro, Art. II.* 1888. Este documento corresponde a um código de leis eclesiásticas que visa normatizar e instruir sobre todas as atividades do clero de uma diocese. O mesmo é baseado nas encíclicas e outros documentos reguladores elaborados pela Sé romana.

⁸² SEF/ SHE. *Constituição Sinodal da Diocese de Fortaleza – Cap. Terceiro, Art. III.* 1888.

⁸³ SEF/ SHE. *Livro de Matricula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890)*. (matricula nº 236)

padres. O certo é que todas estas normas e critérios avaliativos tinham, em conjunto com as *Constituições Gerais do Seminário de Fortaleza*, o objetivo de marcar os limites da vida dos internados, aparando as arestas de uma formação fora dos padrões romanizados.



S. EX. O SR. D. LUÍS ANTONIO DOS SANTOS
PRIMEIRO BISPO DO CEARÁ

**D. Luís Antonio dos Santos
(1º Bispo do Ceará)**



S. EX. O SR. DOM JOAQUIM JOSÉ VIEIRA
SEGUNDO BISPO DO CEARÁ

**D. Joaquim José Vieira
(2º Bispo do Ceará)**



S. EX. O SR. DOM MANOEL DA SILVA GOMES
TERCEIRO BISPO DO CEARÁ

**D. Manuel da Silva Gomes
(3º Bispo e 1º Arcebispo do Ceará)**



1º PEDRO AUGUSTO CHEVALIER,
PRIMEIRO REITOR DO SEMINÁRIO

**Pe. Pedro Augusto Chevalier
(1º Reitor do Seminário)**

FONTE: Álbum Histórico do Cinquenta Anos do Seminário



Pe. JULIO SIMON.

Pe. Julio Simon
(2° Reitor do Seminário)



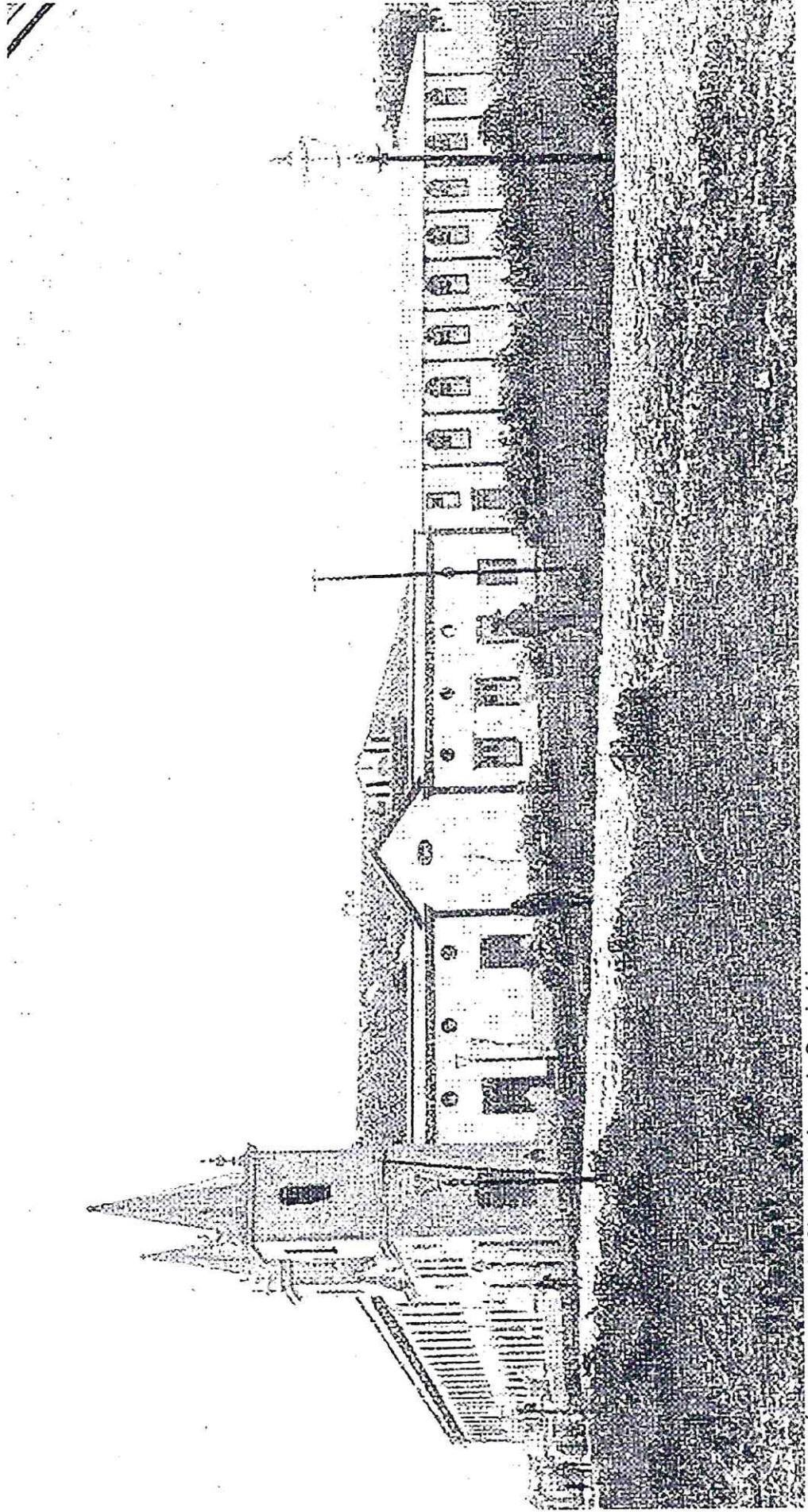
Pe. VICENTE PERONEILLE.

Pe. Vicente Peroneille
(3° Reitor do Seminário)

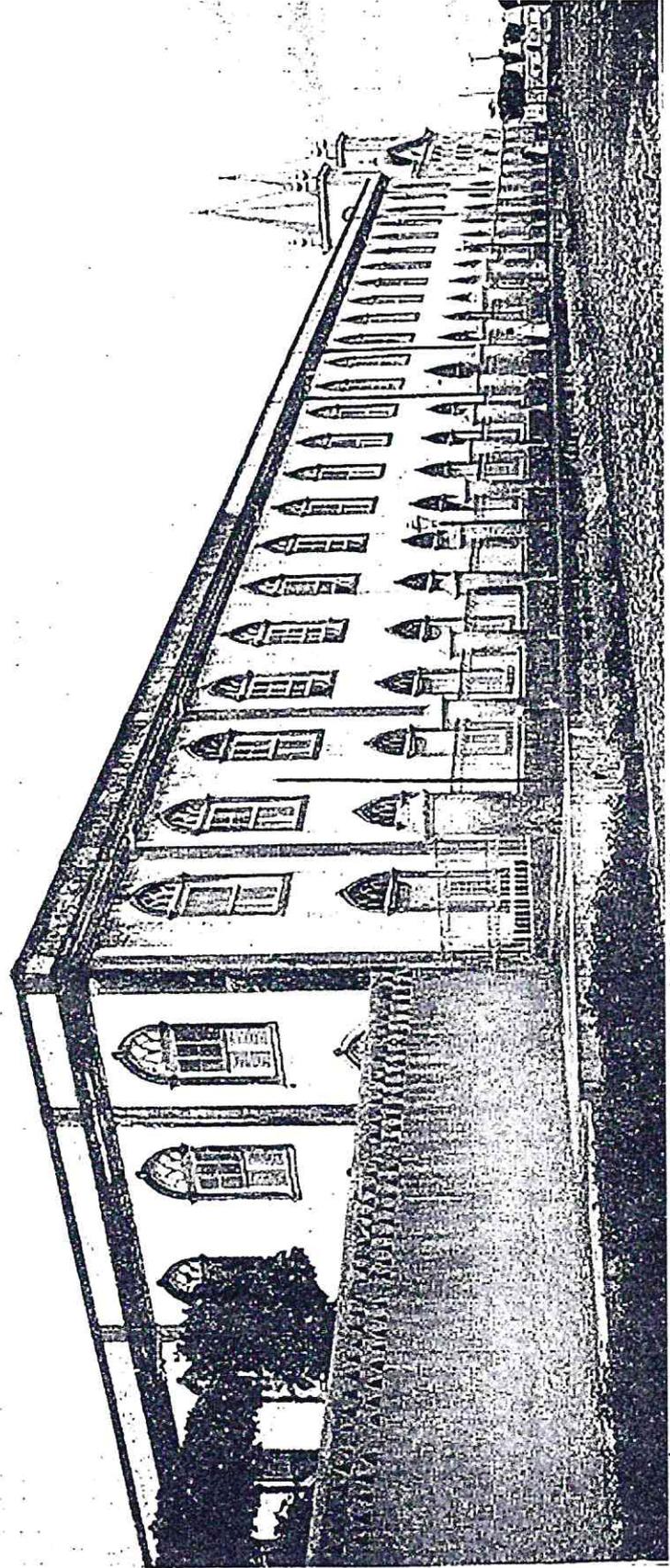


Seminaristas em Passeio na Ponte Metálica

FONTE: Álbum Histórico do Cinquenta Anos do Seminário

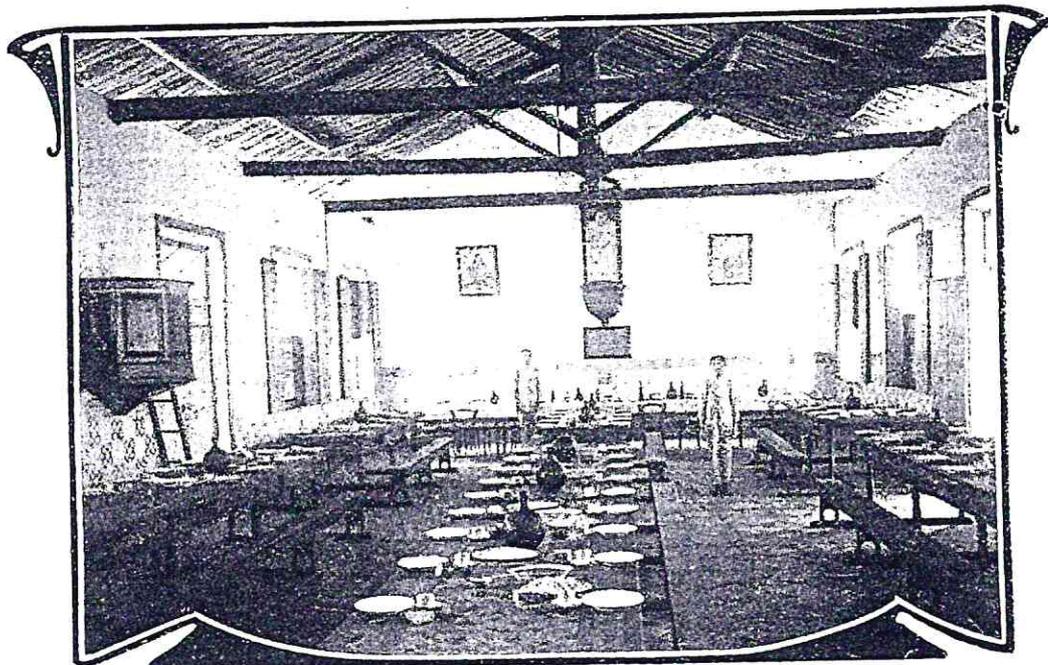


FONTE: Album Histórico do Cinquenta Anos do Seminário
Lateral Oeste - As grandes torres são da Igreja da Prainha



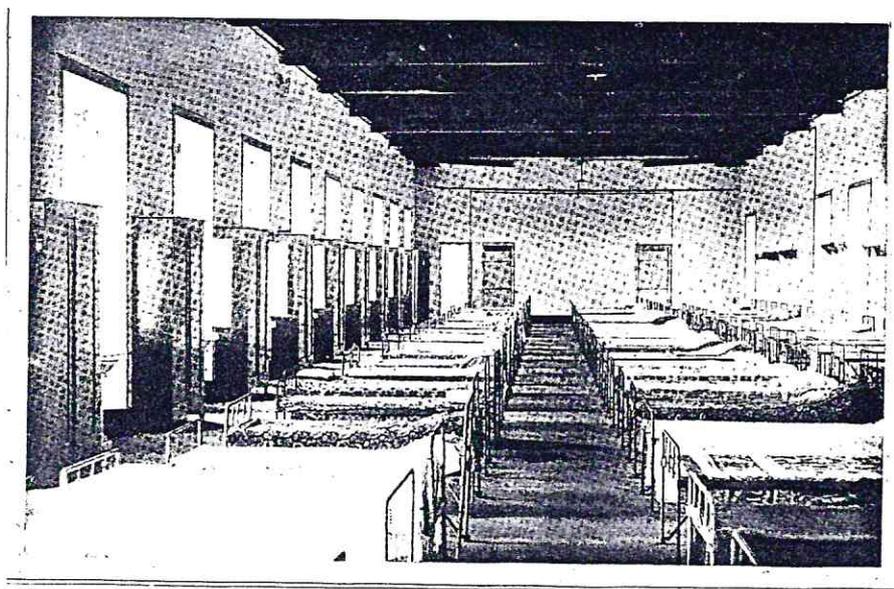
FONTE: Album Histórico do Cinquenta Anos do Seminário (1914)

Lateral Norte do Seminário - Estas janelas ficam de frente para o mar



REFECTORIO.

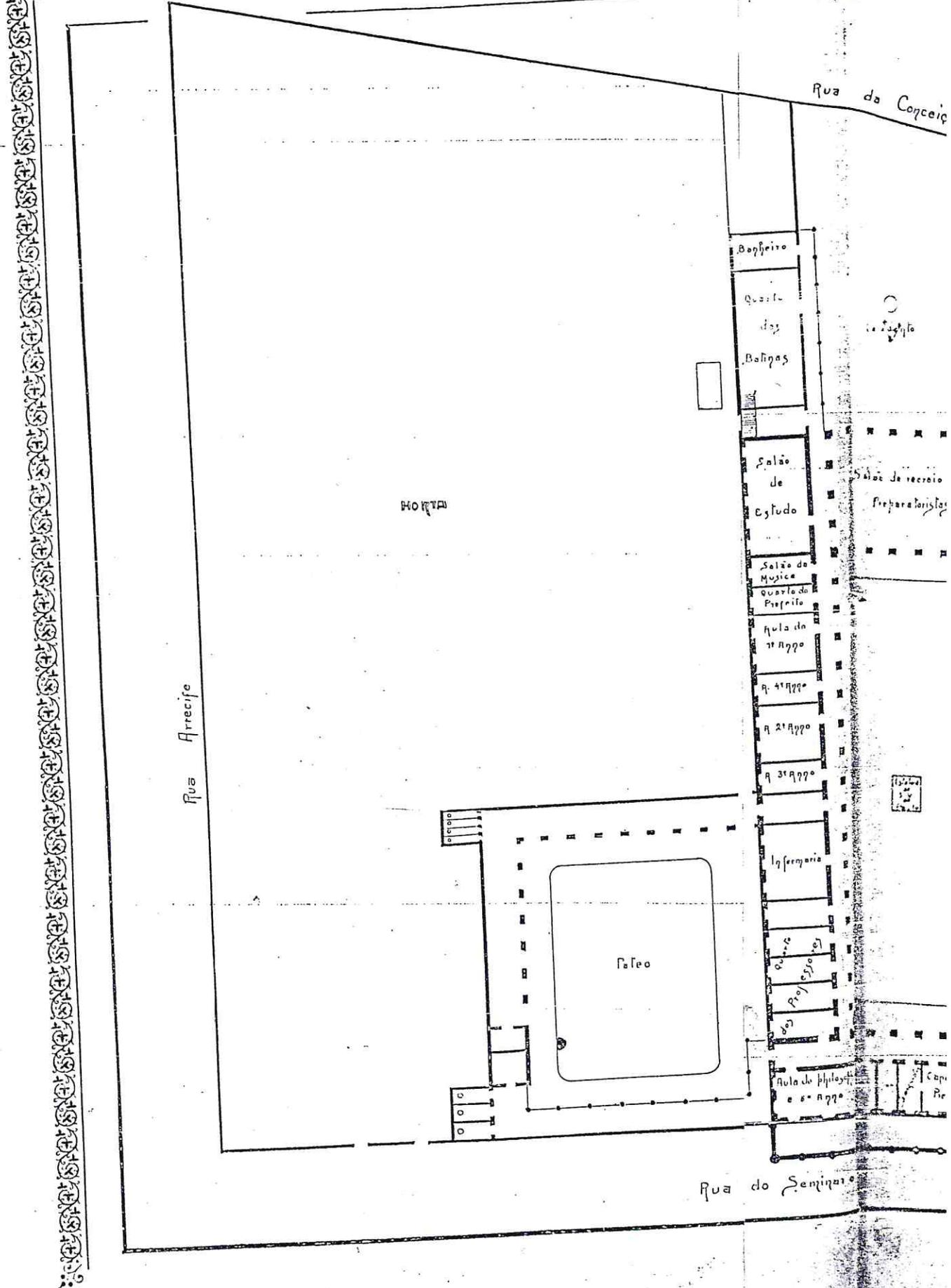
Refeitório do Seminário



DORMITÓRIO.

Dormitório dos Seminaristas

FONTE: Álbum Histórico dos Cinquenta Anos do Seminário



Rua da Conceição

HORTA

Rua Arrecife

Pátio

Rua do Seminário

Banheiro

Quarto

das

Banhas

Salão

de

Estudo

Salão de

Música

Quarto do

Professor

Aula do

1º Anão

A. 1º Anão

A. 2º Anão

A. 3º Anão

Infermaria

Aula de

Filosofia

e 6º Anão

Capela

Salão de recreio

Preparatório

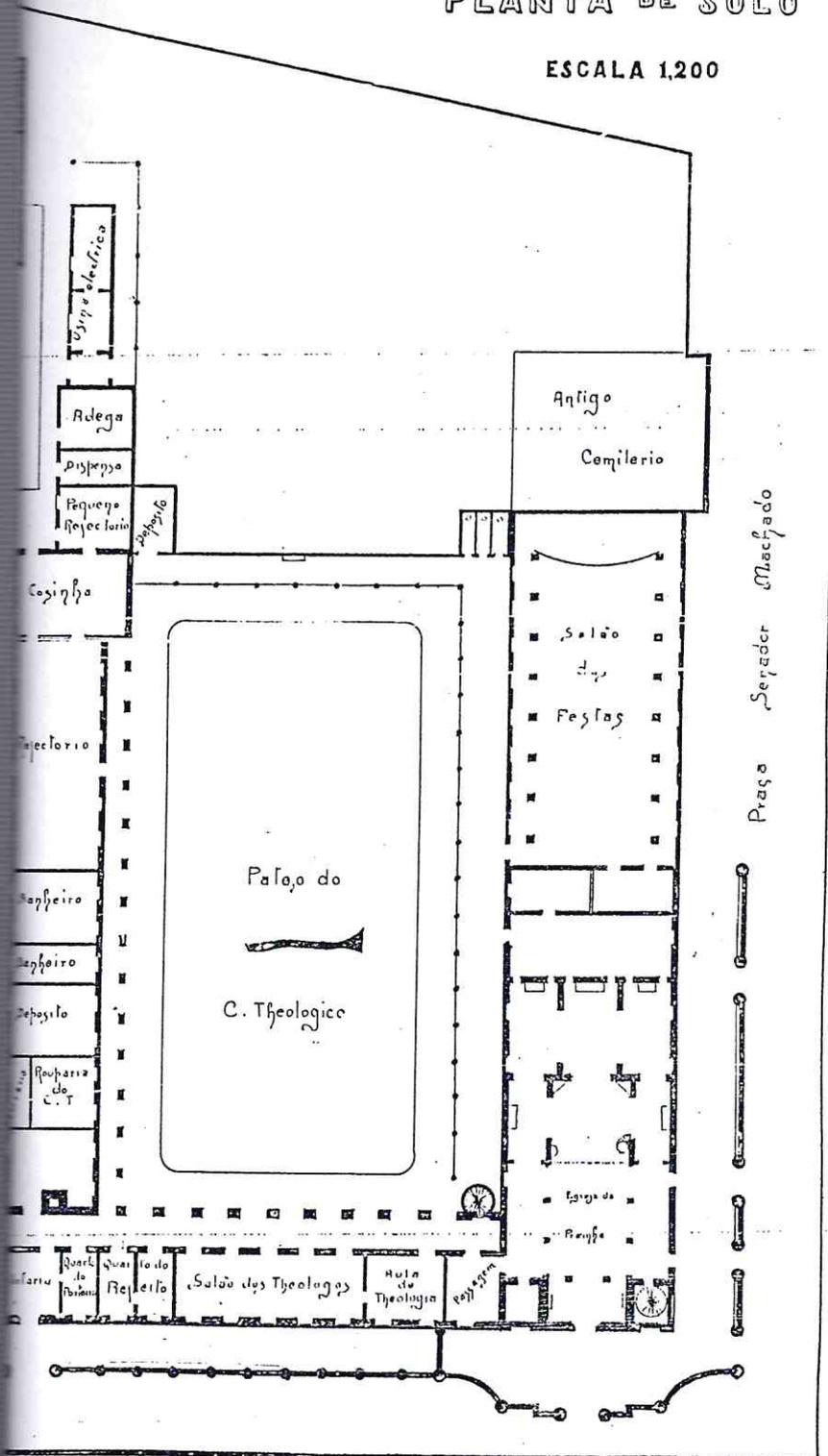
Capela

SEMINARIO EPISCOPAL

FORTALEZA
1914

PLANTA DE SOLO

ESCALA 1,200



– CAP 03 –

REITORES, PROFESSORES E CRIADOS E ALUNOS

O que mais compõe uma instituição semelhante ao Seminário da Prainha, além de seus espaços físico e social, suas normas e seus objetivos? Quem idealiza e quem rege as normas, quem as aceita e quem as transgride, quem as transforma? Dentre outras perguntas, qual posso formular quando olho para o prédio do Seminário depois de passar a admiração pela arquitetura do século XIX? Não poderia ser: Quem lá estudou? Quais foram seus diretores e professores? E até: quem limpou os seus pátios, suas salas de aula ou cozinhou para os padres e seminaristas?

Nos dois capítulos anteriores, narrei sobre a idéia que estava por traz da existência do Seminário e de como foi edificado, mas agora escrevo um pouco sobre os grupos de pessoas que fizeram a instituição: os reitores, os professores, os criados e os alunos.

3.1 – Os reitores

A responsabilidade de organizar e orquestrar toda a casa – normas, horários, distribuição das disciplinas, corrigir abusos, entre outras coisas – era dos reitores. Para o período aqui estudado, passaram pelo Seminário o pe. Pedro Augusto Chevalier (1864-1890), o pe. Júlio Simon (1891-1907) e o pe. Vicente Péronelle (1909-1914), cada um com suas peculiaridades administrativas, embora zelassem pelo mesmo objetivo: formar padres obedientes e de cultura elevada. Como os nomes bem indicam, eles eram estrangeiros e tiveram, parcial ou integralmente, a sua formação eclesiástica na Europa. Cada um deles procurou manter a regularidade dos estudos da escola, realizando as alterações que achavam devidas.

Chevalier¹, pelo fato de ter sido o co-fundador do Seminário, é o reitor cujas bibliografias que narram a história da instituição mais dedicam linhas. Sobre ele, além do que já foi escrito no capítulo anterior, sabe-se que ele veio

¹ Mais especificamente, para compor a história da administração deste reitor utilizei duas bibliografias: o *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914*, p. 68 – 82 e p. 106 –115 e *Apontamentos Biográficos do Pe. Pedro A. Chevalier, lazarista. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza/Ce, Tomo XVIII, 1903, (pg 251-290).*

da França para o Brasil em 1857. Depois de chegar ao País, passou cerca de sete anos, entre outras coisas, lecionando no Seminário da Bahia, onde adquiriu experiência, sendo depois mandado ao Ceará para dirigir o Seminário Episcopal de Fortaleza. Já o encontrando em funcionamento, mas carecendo de uma melhor organização, procurou estabelecer as normas, os horários e o que fosse mais necessário para o funcionamento da escola. Houve, inclusive, o momento em que o próprio Chevalier assumira a direção das obras de expansão do prédio.

Sobre sua personalidade, segundo conta o seu anônimo biógrafo, Chevalier era homem austero e rigoroso. Escreveu-se sobre ele o seguinte:

É que sendo ele um homem de virtude muito austera e extremamente sólida, não se viam jamais no seu proceder essas mudanças, essa espécie de períodos e estações de vida do homem volúvel.

O sentimentalismo não tinha existência real para ele; na sua severa apreciação o dever era tudo; e o dever reconhecido como tal não padece essas variantes e essas agitações impertinentes².

Certamente foi por esta maneira de ver o seu dever que ele imprimiu por mais de trinta anos um ritmo regular as atividades do Seminário, sem fazer nenhuma modificação nos horários de estudo e nos exercícios espirituais de que deviam participar os seminaristas. Esses aspectos faziam parte do cotidiano da escola e que foram alterados logo depois da sua saída da direção.

Ressalta seu biógrafo que, até mesmo nos dias considerados como feriados, quando os alunos tinham a liberdade para decidir quais atividades desenvolveriam, o reitor fazia questão de lembrar, pelo toque do sino³, que as atividades programadas pela direção do Seminário eram as melhores para que eles se envolvessem. Certamente atitudes como esta o fizeram ser visto pelos seminaristas como uma pessoa um tanto intransigente, provocando atitudes como “a revolta dos seminaristas”, que aconteceu entre os alunos do Curso Teológico, levando ao fim do reitorado de Chevalier. Uma curiosidade sobre esse fato, que eu ainda não havia mencionado, é que, depois deste acontecimento, quase todo o corpo de professores lazaristas foi trocado,

² Apontamentos Biográficos do Pe. Pedro A. Chevalier, lazarista. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza/Ce, Tomo XVIII, 1903, (pg 251-290).

³ O toque do sino indicava o início das atividades, Chevalier tentava manter os alunos ocupados na orações e atividades devocionais.

ficando apenas o padre Alberto Ângelo Bruno⁴. Os textos e documentos analisados não dizem quais foram os reais motivos disso ter acontecido, se foi solidariedade a Chevalier ou se foi uma ação administrativa intervencionista de D. Joaquim, já que, segundo o Concílio de Trento, a boa ordem do Seminário também era de responsabilidade do bispo. O texto do Álbum não fala de *pedido de demissão* ou *postura solidária* por parte dos professores ou mesmo sobre qualquer outra atitude que forneça uma perspectiva no sentido de se crer que eles tenham pedido afastamento das aulas em demonstrando insatisfação ante a atitude de D. Joaquim, em demitir o Reitor de suas funções. Apenas se diz que

(...) pela demissão do Padre Chevalier houve uma grande alteração no corpo docente, sendo *substituídos* quase todos os Padres da Missão, que lecionavam neste Seminário⁵ (grifo meu).

Assim sobre o fato em específico não existe nada de conclusivo, apenas que o fato foi algo de contingencial, pois, ao menos pelas fontes analisadas, posso asseverar que, durante o restante de sua administração, D. Joaquim não teve nenhum desentendimento com qualquer professor do Seminário, nem mesmo com Chevalier, que passou o resto de seus dias morando no prédio.

A vida de Chevalier não se restringia à clausura do Seminário. Ele e os seus sucessores se atinham a outras atividades, como rezar missas fora do Seminário, confessar e participar de associações piás. Chevalier tinha como predileção confessar regularmente as irmãs de caridade do Colégio da Imaculada Conceição, assim como suas alunas. Celebrou também todos os dias, durante os 36 anos que esteve em atividade, a missa das 6 horas da manhã, realizada na capela do Colégio. Também era confessor das irmãs da Santa Casa de Misericórdia (fundada em 1870) e do Asilo de Alienados. Ele também dirigia os retiros anuais das Irmãs das Filhas de Maria.

Depois que a “revolta dos seminaristas” aconteceu, o já cansado padre de mais de 60 anos não se desligou do Seminário. Mesmo depois de afastado de suas funções como reitor, continuou, entretanto, a dar aulas, a confessar e a

⁴ SEFI SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 138.

⁵ Idem.

pregar, parando somente quando, por um ataque de apoplexia, ficou acamado por sete meses antes de vir a falecer em 17 de junho de 1901.

Fato importante ocorrido no fim do reitorado de Chevalier foi o fim da subvenção do Estado às coisas da religião, que aconteceu com a Proclamação da República. Vinha do Governo o pagamento dos professores e com o novo regime findou-se tal provimento. As outras rendas da casa vinham, em parte, das mensalidades pagas pelos alunos. Estas, pelo menos entre 1864 a 1885 (que são os dados que possuímos), perfaziam, em tempos normais, entre 50 a 70% do valor anual das receitas. Também havia a caixa-pia e a Obra de Vocações Sacerdotais, que angariavam esmolas para a casa, mas, com o corte do pagamento dos professores que poderia corresponder na escala de 20 a 40% do total anual da receita, foi necessário encontrar-se uma saída para o problema. Neste sentido, desde 1880, o bispo Dom Joaquim vinha investindo na compra de apólices da dívida pública, adquirindo-as com o saldo que sobrava dos gastos do Seminário. Estas apólices rendiam certa quantia que servia para reparar a falta do auxílio do Governo. Como este meio era insuficiente, Dom Joaquim recorreu ao Papa Leão XIII, pedindo-lhe permissão para que as ofertas das missas, realizadas na Diocese em dias de festa, fossem destinadas aos seminários de Fortaleza e do Crato (Sul do Ceará). Este pedido foi aceito e oficializado em 31 de março de 1892. Por esta época, a Diocese tinha 77 freguesias, das quais 64 eram providas por párocos. Fazendo o bispo os cálculos, levando-se em conta a quantidade de missas que eram celebradas nos dias de festa que não caíssem nos domingos⁶, angariaria aproximadamente dois mil reis de espórtulas, no mínimo. Pelos cálculos feitos pelo próprio Bispo, em 1892, a soma das espórtulas, adicionando os rendimentos que trariam as apólices, perfizeram o total de 2.432\$000⁷, bem abaixo dos nove contos que vinham do Governo.

Certamente este valor aumentou por que, ao longo dos anos, o bispo Dom Joaquim continuou adquirindo mais apólices, chegando em outubro de

⁶ É provável que a oferta arrecadada nas missas dos domingos ficassem para os cofres das igrejas onde eram realizadas; por isso é que, no texto examinado, o Bispo faz referência às missas de festa dos domingos como sem arrecadação para os seminários. Ele calculou em cerca de 19 o número de tais celebrações, mas ressaltou que seriam bem menos, por algumas vezes serem realizadas, tais festas, aos domingos.

⁷ SEFI/ SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)*, p.04 e 05.

1911 a mais de cem, sendo que estas poderiam ter rendimentos diferenciados de acordo com o valor de cada uma delas; mas haveria uma pergunta a se fazer sobre este fato: como se adquirira mais apólices, se as rendas do Seminário foram reduzidas? A resposta está no *Livro de Apontamentos*, ao revelar que parte do dinheiro para a compra das apólices vinha dos recursos da Caixa-Pia; outros recursos, como mencionei no capítulo primeiro, vieram do cofre de São Francisco de Assis de Canindé, que desde 1892 estava sob a gerência do bispo Dom Joaquim. Parte do ouro com que o santo foi presenteado (na importância de 2:528\$000) foi vendido para a compra de apólices. Pelo que tudo indica, essa prática continuou por muito tempo⁸. Como visto, a Igreja então usava de estratégias dentro de seus próprios domínios para vencer as adversidades.

Em outro momento, o Seminário foi beneficiado por uma doação por testamento do falecido Francisco do Carmo Pereira, em março de 1911. Foi assim designado:

1º - O aluguel líquido da casa nº 216, sita a Rua Senador Pompeu, seja dividido em três partes sendo 1 [um] para o asseio da Capela de N. S. da Conceição da Prainha e as duas outras partes para auxílio a ordenação de moços pobre.

2º - O aluguel líquido da casa da Rua do Chafariz seja dividido em três parte; sendo uma parte para o asseio da Capela do S. Coração de Jesus da Sé e para luz do S. S. da mesma Sé; e outras duas para a missa pelas almas do purgatório⁹.

Não sei ao certo se os pedidos do falecido foram cumpridos à risca, mas com tais benefícios o Bispo comprou mais 13 apólices da dívida pública. Possivelmente a partir deste momento o Seminário já não passava por problemas financeiros.

Concluídas estas observações sobre as condições financeiras do Seminário, continuo a explanação sobre a administração dos reitores que sucederam Chevalier.

Com o fim do reitorado de Chevalier, o seu sucessor, padre Julio Simon, chegou em janeiro de 1891¹⁰. Seu noviciado foi feito na Congregação de S. Vicente de Paulo, em Paris. Ao concluir o Curso Teológico, foi mandado pelos seus superiores para o Brasil, mais especificamente Minas Gerais, vindo

⁸ SEFI SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)*, p. 09 e 11.

⁹ Idem, p. 20.

¹⁰ Idem, p. 116-173.

a lecionar Filosofia no Seminário de Mariana. Depois de algum tempo, veio a ser o primeiro diretor de um seminário menor, no Caraça, a Escola Apostólica, inaugurando os trabalhos do estabelecimento. Em seguida, foi-lhe ordenado vir para o Ceará a tomar conta da administração do Seminário.

Assim como Chevalier, quando aqui chegou, Julio Simon estava na casa dos trinta anos. Das coisas que manteve da administração anterior as normas implantadas por Chevalier ficaram como estavam, mas algumas mudanças contingentes não demoraram a ser feitas. Por exemplo, no que se refere aos horários das refeições e durações das aulas, ele alterou o café que passou a ser às 7h e 10 min, o almoço às 9h e 30min, a merenda às 12h 30min e o jantar às 15h e 30min, com o chá às 20h. Um horário por demasiado estranho para os nossos dias, especialmente no que se refere aos horários do almoço e da janta; entretanto, este mesmo será alterado pelo reitor seguinte.

As aulas, que tinham duração de duas horas seguidas, foram mudadas para uma hora e meia, no caso da primeira e terceira aulas, e a segunda para uma hora. Outra novidade deste, reitorado foi a introdução de duas disciplinas: as Ciências Físicas e Naturais, também acrescidos de novos autores, mudando um pouco a bibliografia usada pelos seminaristas. Especificamente sobre essa última alteração, esta ação de Simon sugere no mínimo que havia alguma defasagem nos métodos e materiais anteriormente usados para o ensino.

Antes escrevi que ao fim de cada ano os alunos que se sobressaíam melhor nos estudos eram premiados. Pois bem, até nisso houve alteração: o novo reitor achou melhor do que dar livros encadernados como prêmios dar coroas de louros e medalhas aos alunos. Até onde eu possa ver tal medida era mais econômica do que a primeira, já que premiar com livros sempre era mais oneroso do que conceder coroas de louros e medalhas.

Até o início do primeiro dia de aula mudou. Antes era o dia 7 de março, agora, por ordem do próprio bispo D. Joaquim, passava a ser o dia 1º de março.

Um dos fatos que julgo ter sido mais marcante na administração de Julio Simon, anteriormente comentado, foi a aquisição da Igreja da Prainha para o Seminário por meio de acordo com a Irmandade que cuidava do templo. Essa anexação ocorreu, inclusive, pela insistência do mesmo reitor junto ao bispo D. Joaquim, que tratou de argumentar junto à Irmandade. Após tal vitória,

a Igreja continuou a ser freqüentada pelos pobres da região da Praia do Peixe que assistiam, como antes, à pregação dos estudantes de Teologia que se exercitavam nessa prática durante as missas.

Quanto aos melhoramentos físicos na estrutura do Seminário, em 1892, mandou-se atijolar o pátio do recreio dos menores para amenizar o areal que se desprendia em razão do vento abundante comum às regiões litorâneas do Ceará. Também, para facilitar a aquisição de água potável que era tirada de um poço por um cata-vento de madeira já velho, vieram da América do Norte dois novos, sendo perfurado mais um poço¹¹. Outro grande melhoramento foi a ampliação da rede de iluminação elétrica para outras áreas do Seminário, antes insuficientes para iluminar a Igreja e a sala de estudos. Um motor e alguns acumuladores de energia possibilitaram tal benefício¹².

Todas essas mudanças foram feitas num espaço de dezoito anos de reitorado, revelando o dinamismo de Julio Simon.

Nascido no sul da França, era o padre Vicente Péronelle, sucessor de Júlio Simon¹³. Iniciou sua formação clerical na Casa-Mãe dos Lazaristas, na França, mas, sendo enviado ao Brasil, continuou seu curso teológico em Petrópolis, vindo depois para o Ceará, onde recebeu a ordenação pelas mãos de D. Joaquim, em 1894. Antes de ser ordenado, já no Seminário, foi professor de Latim, Francês e Ciências, tornando-se prefeito de disciplina das turmas dos preparatórios, ou seja, durante sete anos foi responsável pela ordem e pelo cumprimento das normas. Depois foi enviado ao Maranhão (1903), onde passou 5 anos organizando e dirigindo o Seminário daquele lugar, só voltando a Fortaleza para assumir a direção do Seminário da Prainha.

Ao iniciar sua administração, padre Peroneille criou a liga do Apostolado da Oração entre os seminaristas como meio de incentivo à piedade. Sobre os dias de feriados, como eram consideradas as primeiras

¹¹ Nesse período Fortaleza era abastecida por chafarizes públicos com água encanada que vinha do sítio Benfica e a ampliação da distribuição d'água só foi realizada na década de 20 do século XX. Ver: PONTE, Sebastião Rogério. *Op. cit.*, p.81-82.

¹² Por este tempo a iluminação pública de Fortaleza era a gás carbônico, sendo que tal sistema se entendeu até a década de 1930 quando a iluminação das ruas e praças começou a ser feita por corrente elétrica. Ver: MENEZES, Antonio Bezerra. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, p. 191. NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza: UFC, 1981, p. 27.

¹³ SEFI/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 174-199.

quartas-feiras de cada mês, mudou o sistema das saídas dos seminaristas, só as permitidas com a autorização dos pais, procurando dessa forma evitar que os seminaristas ficassem passeando pela Cidade sem uma vigilância mais próxima. Aqueles que não tinham família na Capital não saíam do Seminário nesses dias. Nesse sentido, para entretê-los o padre criou a Sessão Literária, onde os seminaristas tinham a oportunidade de praticar a oratória recitando textos. Com o tempo, Peroneille alugou o Sítio Betânia, de propriedade de Julio Simon, onde os seminaristas almoçavam. Também eram realizados passeios a localidades vizinhas, como Maranguape, Pacatuba, Mondubim, Porangaba, Prado, Alagadiço e outras áreas que na época eram pouco urbanizadas e ofereciam um contato maior com a natureza. Nessas pequenas viagens, acompanhava-os a banda de música do Seminário, que fazia apresentações na partida e na chegada, procurando alegrar mais estes momentos. Outro tipo de atividade implementada foi o teatro. Em alguns momentos, os jovens faziam encenações à noite quando, não só os seus colegas, mas também a comunidade circunvizinha ao Seminário, iam assistir às peças.

Semelhantemente a Julio Simon, Peroneille modificou os horários das refeições e dos estudos, mas, em termos de mudanças quanto ao sistema de ensino, a mais significativa foi a reestruturação das disciplinas nos respectivos cursos (preparatórios e teológico). O reitor, a partir de 1913, retirou o estudo de Filosofia do Curso de Preparatórios, que exigia o conhecimento básico de Latim, e colocou no primeiro ano de Teologia, aumentando de quatro para cinco anos este curso. O problema era que muitos alunos vinham para o Seminário sem conhecimentos básicos da língua, o que atrasava alguns no Curso dos Preparatórios. Com a devida autorização do bispo Dom Manuel da Silva Gomes, sucessor de D. Joaquim, fez as modificações que achava certas. Dessa forma, os cursos ficaram estruturados da seguinte maneira:

- a) Curso de Preparatórios. Disciplinas: 1º Ano: Catecismo e História Sagrada; Português; Caligrafia e Desenho; Aritmética; Elementos de Geografia. 2º ano: Latim; Português; Francês; Corografia do Brasil; Aritmética. 3º ano: Latim; Português; Francês; Álgebra; Geografia Geral. 4º ano: Latim; Literatura; História Natural; Geometria; História do Brasil. 5º ano: Latim; Literatura; Física; Cosmografia; História

Universal. Além destas disciplinas havia também toda semana aulas de Civilidade, Instrução Religiosa, Cantochão e Música.

- b) Curso Teológico. Disciplinas: 1º ano: Filosofia; História Eclesiástica; Teologia Fundamental; Dogma. 2º ano: Filosofia; História Eclesiástica; Teologia Fundamental; Moral. 3º ano: Teologia Dogmática; Direito Canônico; Teologia Moral. 4º ano: Teologia Dogmática; Hermenêutica; Teologia Moral. 5º ano: Teologia Dogmática; Apologética; Teologia Moral. Além destas disciplinas semanalmente havia: Liturgia; Eloquência; São Paulo e três de Cantochão.

No novo sistema de Peroneille, semelhante às universidades de hoje, algumas disciplinas eram ofertadas de dois em dois anos, mas tendo caráter obrigatório, permitindo o melhor aproveitamento do tempo dos professores que eram poucos.

Assim a Corografia do Brasil e a Geografia Geral, a História do Brasil e a História universal, a Geometria e a Cosmografia, a história Natural e a Física, a arte literária e a arte oratória são estudadas alternadamente de dois em dois anos com o mesmo lente. Deste modo tem se poupado o trabalho de um professor, ou melhor, ficaram menos sobrecarregados os sete lentes apenas que lecionam no Seminário Menor¹⁴.

Quanto aos melhoramentos físicos, houve a preocupação de se ladrilhar de mosaicos, em 1911, alguns espaços do Seminário, asfaltar e ajardinar outras e instalar bancos tornando áreas pouco usadas, em razão do areal incômodo, mais apazíveis e freqüentadas. Quanto à higiene, na cozinha trocou-se, por exigência do inspetor de higiene pública, o tampo das mesas que eram de madeira ladrilhadas com mármore, optando-se por tampos só de mármore, facilitando a limpeza. Sobre a distribuição d'água, mais algumas modificações foram feitas. Anteriormente, não havia água encanada no prédio. Isso forçava os criados a levarem em baldes água para os banheiros e lavatórios do térreo e do andar superior, sendo tal serviço bastante trabalhoso. Com a instalação do encanamento hidráulico, alimentado por um reservatório que, por sua vez, era alimentado por um motor elétrico que sugava água de um poço artesiano, o incômodo com o abastecimento interno d'água foi solucionado.

¹⁴ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 184.

Tais melhoramentos feitos pelos três reitores ao longo dos anos demonstram que eles usaram de todos os meios possíveis para tornar a Escola o mais aprazível e cômoda possível, já que a vida de clausura não era muito fácil e necessitava de abdicção. Os entretenimentos, as mudanças nos horários, o incremento de disciplinas, também demonstram a preocupação da direção em tornar a escola mais moderna, assemelhando-a às escolas de padrões europeus, e também mais adaptável com as necessidades e costumes locais, procurando, certamente, evitar que os alunos do Seminário ficassem defasados quanto ao ensino.

Além de tudo isso eram necessários empenho e dedicação, não só dos reitores como também do grupo de professores que mais de perto observavam como o ensino e as normas estavam influenciando na formação dos alunos.

3.2 – Os professores

Das mãos dos lentes ou mestres do Seminário saíram outros professores, diretores de escolas, pastores para todo o Ceará e Brasil. Também foram instruídos aqueles que, recebendo as primeiras letras, enveredaram por outros campos, como a Medicina, o Direito, o Jornalismo, o comércio etc. Os professores eram, como em qualquer escola, as peças fundamentais para que os objetivos com que fora criado o Seminário se concretizassem.

Remontando às origens da Escola, por um Relatório de Presidente de Província, de 1865, tem-se que os primeiros professores que oficialmente tiveram o Seminário foram os padres Clycério da Costa Lobo, auxiliar do bispo D. Luís, e os lazaristas Pe. Pedro Augusto Chevalier, seu primeiro reitor, e Pe. Lourenço Enrile, seu auxiliar. É bem provável que logo no início dos trabalhos o Pe. Fulgêncio, outro auxiliar de D. Luís, e o próprio Bispo tenham servido de professores. Este relatório informa ainda que, nos primeiros meses de existência, o Seminário não funcionava com todas as disciplinas, sendo que as poucas que eram lecionadas estavam nas mãos dos três padres há pouco citados. Assim: Teologia Dogmática, Cerimônia e Escritura Sagrada estavam com Lourenço Enrile; História Eclesiástica e Teologia Moral, com Chevalier; e Cantochão, com padre Clycério. Havia ainda a aula de Direito Canônico que,

por esse tempo, não tinha sido aberta por falta de alunos habilitados. Afora estas matérias do Curso Teológico, havia as do Curso de Preparatórios: Retórica, Filosofia, Geografia, Latim, Francês e Música, para as quais não são especificados os professores¹⁵.

Logo de início, é perceptível o fato de que o número de professores era pequeno para a quantidade razoável das disciplinas. Ao longo dos anos, com a insistência junto aos superiores da Congregação da Missão no Rio de Janeiro e em Paris, o Bispo conseguiu mais alguns professores os quais, ao que tudo indica, continuaram sendo em número insuficientes para dar conta dos trabalhos e por isso mesmo alguns alunos, com melhor desempenho em seus estudos no Curso Teológico, foram chamados a lecionar aos preparatoristas. Essa prática, de utilizar como mestres (colaboradores) os seminaristas mais adiantados e os já formados, em muito ajudou na carência de professores, tanto estrangeiros como de outras províncias.

Para suprir essa carência, uma qualidade que os professores deveriam ter era a capacidade para ensinar várias matérias ao mesmo tempo, ou seja, deveriam ser polivalentes. Segundo o *Álbum*,

Raríssimas vezes encontramos na Europa um professor com mais de duas matérias a lecionar; dispõem de tempo de sobra para entregar-se ao estudo desse ramo tão confuso de ensino, que requer o exame comparativo dos textos e dos comentários. No Brasil o professor deve ter excelente memória para recordar-se de quanto aprendeu nos bancos de classe, porque não lhe sobeja tempo para uma preparação demorada e razoável¹⁶.

Nos Preparatórios, do primeiro ao quarto ano, o conjunto de disciplinas era ensinada por único lente. Por exemplo, no 3º ano, eram sete as disciplinas ensinadas pelo mesmo professor: Gramática Portuguesa, Latina e Francesa, Geografia Geral, Aritmética e História Geral.

Ao total de professores que o Seminário mantinha por ano, variava de ano para ano chegando no máximo a dez, como confirma Relatório entregue pelo padre Hyppolito Gomes Brazil ao Presidente da Província, em 1870¹⁷.

¹⁵ Relatório com que foi entregue a administração da Província ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, Pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, em 10 de junho de 1865, p. 11. In Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html.

¹⁶ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 135-136.

¹⁷ Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html, Relatório do Cônego Governador do Bispado, Hyppolito Gomes Brazil, em 12 de julho de 1870, p. 02. in: *Fala com que o*

Nove eram as cadeiras pagas pelo Governo ao Seminário (Teologia Moral, Teologia Dogmática, Direito Canônico, História Eclesiástica, Liturgia e Cantochoão, Filosofia, Retórica, Eloquência Sagrada, Francês e Latim)¹⁸, o que perfazia um total de 9:000\$000¹⁹, sendo que, por ano, cada lente poderia receber até 1:000\$000²⁰, entretanto, pelos dados que possuo do *Livro de Receitas e Despesas*²¹ (1864-1885) não dá para dizer com certeza se todos os professores recebiam essa quantia exata e se havia diferença entre os vencimentos dos lazaristas e dos colaboradores. Na realidade os valores correspondentes às despesas com os vencimentos dos lentes não batem com o valor da quantidade deles por aquele ano; ou seja, em nenhum momento, o gasto com professores chegou ao total de 9:000\$000. Isso pode ser atribuído à rotatividade de professores durante o ano, tema que tratei mais adiante, ou mesmo que os mestres recebiam menos do que 1:000\$000 reis.

Sobre a participação de professores europeus, brasileiros e cearenses no corpo docente do Seminário, a partir dos dados que extrai do *Álbum*, de 1864 a 1912, constatei que, fora os reitores, lecionaram no seminário 77 professores, em períodos diferenciados, dos quais 13 eram lazaristas naturais de outras províncias brasileiras, 27 eram colaboradores com formação no próprio Seminário e 36 eram lazaristas europeus, sendo apenas um não identificado em sua nacionalidade.

Comparando o número de professores brasileiros com o número de estrangeiros, tem-se que, no período correspondente, 41 eram nacionais e 35 estrangeiros, ou seja, 52,5%. Do total de brasileiros, 65,8% eram cearenses. Um dos fatores que pode ter favorecido na escolha de lentes nascidos no Brasil

Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870.

¹⁸ Relatório do Cônego Governador do Bispado, Hyppolito Gomes Brazil, em 12 de julho de 1870, p. 03. in: Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870. (Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html)

¹⁹ SEFI SHE. *Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894)*, p.03.

²⁰ Comparando-se com outra instituição, o Liceu do Ceará, nessa segunda metade do século XIX, o Governo provincial chegava a pagar entre 400\$000 e 1:000\$000 reis por ano a um professor, entretanto tais valores poderiam ser acrescidos de gratificações que aumentava, respectivamente, entre 500\$000 e 6:000\$000 reis o valor total anual recebido. Ver: CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970, p. 129.

²¹ SEFI SHE. *Livro de receita e despesa do Seminário (1864-1886)*.

e, especialmente, na própria Província, foi a não-adaptação de alguns dos professores estrangeiros ao clima cearense. Por exemplo, dos 35 que eram europeus, 8, pelo menos ao que se sabe, não se aclimatando, ou voltaram para a Europa ou foram para outras províncias brasileiras como o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além disso, era comum que os estrangeiros fossem chamados a exercer funções em outros seminários ou instituições dos lazaristas no Brasil (como nos seminários da Bahia e do Caraça – MG) ou mesmo em outros países. Sobre esta última observação, não pude deixar de perceber que geralmente eram os lazaristas estrangeiros que assumiam os cargos de instituições e funções importantes. Por exemplo, o padre Bruno, natural de Turim, assumiu o cargo de Reitor do Seminário da Bahia²²; o padre Henrique Combe foi chamado para assumir o noviciado dos lazaristas em Petrópolis²³; o holandês Guilherme Vaessen tomou em suas mãos a Diretoria das Missões do Caraça e depois foi ser o Superior da Residência e dos trabalhos dos lazaristas do Recife²⁴, ou seja, por alguma razão os lazaristas estrangeiros eram mais cotados para tais cargos do que os nacionais. Mesmo assim, os padres cearenses que eram professores do Seminário podiam a qualquer momento ser designados para pastorear em qualquer parte da Província ou mesmo do Brasil, indo até mesmo ensinar em outros seminários.

Reforçando o que eu já havia escrito, entre os problemas que os padres estrangeiros encontravam no norte, parecem ter sido o clima e as enfermidades tropicais os mais preocupantes. No que se refere ao clima mesmo entre os professores de outras províncias do Brasil, havia casos de não-adaptação. Como exemplo, cito os padres João Marques de Oliveira e Manuel Maria de Albuquerque Melo Matos, que ficaram no Ceará menos de um ano indo para o sul do País²⁵.

Sobre o assunto, no *Álbum* encontrei a seguinte afirmação:

²² SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 74.

²³ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 143.

²⁴ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 145.

²⁵ Por essa época, as temperaturas médias anuais eram: à sombra 26,7 ° C e ao sol de 35,8° C, enquanto na Europa, dependendo do local, talvez não chegasse a uma média de 20° C positivos, levando-se também em conta os invernos muito frios. BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Op. Cit.*, p.23.

O clima é a grande preocupação dos estrangeiros, que abordam em nosso país, porque as febres dizem grande número deles. Um padre da Congregação ao deixar a sua pátria deseja ao menos encontrar no estrangeiro o meio de poder devotar-se ao bem das almas e de encher de méritos suas mãos sagradas. Muitos, entretanto, apenas começam a messe, são colhidos pela mão voraz da morte, deixando o campo sem cultor²⁶.

Como se percebe pela citação acima, acompanhando o problema climático e, conseqüentemente, das secas, estavam as enfermidades de caráter endêmico. Thomaz Pompeu informa que na segunda metade do século XIX, no Ceará, a presença das doenças variava com a localidade, sendo do tipo intermitente, citando entre as quais as febres gástricas e catarrais, mais verificadas entre o princípio e fins da estação chuvosa. Havia, entretanto, também como preocupação para a saúde pública na Província, a doença de caráter epidêmico conhecida como febre amarela que, surgindo em junho de 1851, na Capital, estendera-se ao resto do Ceará. Esta mesma enfermidade retornou com grande força em 1892, permanecendo até 1924, quando começou a ser neutralizada pela "Comissão Rockefeller contra a febre amarela". Em outros momentos (1862-1864), o cólera-morbus surge com grande perigo, ceifando a vida de 11 mil cearense²⁷. Além dessas enfermidades, registra Pompeu que as asma, bronquites, oftalmias²⁸, pleurises, pneumonias eram outras que incomodavam a população provinciana, chegando em alguns casos a matar 6% dos contaminados²⁹. Por sua vez a varíola (bexiga) era outra doença terrível que desde 1804 trazia mortandade entre os cearenses, sendo que a seca de 1877-78 foi o período de maior gravidade, registrando-se só em Fortaleza o número de 27.378 óbitos³⁰. No *Livro de Matrículas* do Seminário, havia um item que discriminava se o aluno já havia sido vacinado contra ou se já tinha contraído bexiga. Tal tipo de cuidado demonstra a preocupação com possíveis manifestações epidêmicas entre os alunos. Em decorrência de tais problemas sanitários pelos quais passou a Província, em determinado

²⁶ SEFI/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 23.*

²⁷ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. 2ª. ed, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, p.78.

²⁸ Enfermidade atribuída as areias finas que cobrem o litoral que incomodam os olhos dado aos fortes ventos, sendo presente também no Crato e em serras mais frias, talvez devido ao mosquito, constituído-se em verdadeiro flagelo. BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Op. Cit.*, p.130.

²⁹ *Id. Ibdem.*, p.130-132.

³⁰ PONTE, Sebastião Rogério. *Op. Cit.*, p.78.

momento, o Seminário teve que fechar as portas por alguns meses. Provavelmente em consequência de um surto de febre amarela, em 1866, as aulas foram interrompidas até 1º de junho do mesmo ano quando foram retomadas³¹. Diante desse quadro, não era animador para nenhum lazarista aportar em Fortaleza, fosse vindo da Europa ou de outras províncias, talvez se tornasse um empecilho que dificultasse a vinda deles até mesmo para outras regiões do Brasil, causando neles certo temor³².

Se havia preocupações com tais problemas mencionados, entretanto, as muitas ocupações não lhes dessem tanto tempo para ficar pensando muito nisso. Com as muitas aulas durante o dia, a vida de professor tornava-se bem corrida, além de que de sete em sete dias de cada mês havia retiros para os dois cursos (Preparatoristas e Teológico), onde eram abordados determinados temas religiosos, quando o reitor e os professores ministravam, cada um ao seu dia, um tema para meditação dos alunos. Por exemplo, no dia 16 de março de 1873, o padre Gonçalves ministrou aos preparatoristas "Servir a Deus na adolescência", sete dias depois, Chevalier ministrou aos teólogos "Tender à perfeição". E assim, muitos outros temas eram levados para meditação dos alunos a fim de que eles se tornassem mais piedosos e obedientes³³.

A ministração de temas nos retiros e aulas semanais não era tudo, pois, caía ainda sobre a responsabilidade de cada lente a vigilância sobre os alunos a fim de que a disciplina fosse mantida nas horas livres dos recreios, impedindo-se a comunicação entre os dois cursos e também que os

³¹ Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, primeiro Vice-presidente da Província passou a administração ao Excelentíssimo Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo, no dia 16 de novembro de 1867 p. 17. (Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html)

³² Entre os professores que sofreram de graves enfermidades indo a falecer em razão destas, estão: Victor Boullard que chegando em maio de 1912, enfermado, foi-se para o Rio de Janeiro em outubro, vindo a falecer em dezembro do mesmo ano; porém sua enfermidade não é especificada; também é citado um padre de nome Alfredo Ottoni que apesar de não padecer de enfermidade característica do local (tísico pulmonar ou tuberculose), é atribuída, no *Album*, como agravante do seu estado de saúde a falta de descanso pelo forte ritmo de trabalho a que se submetia; também sofreram da tísica os padres Pascal Dégert e Julio Bastos, que, contraindo a doença no Sul, vieram buscar melhoras no Ceará em virtude da "reputação que goza este clima de ser favorável a taes doentes" (pg. 143); e, por fim, houve o caso do padre Michel Pazienza que contraiu tifo morrendo desta doença, apesar de não existir surtos epidêmicos no Ceará de tal patologia.

³³ SEF/ SHE. *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935)*. Este material é uma cópia digitalizada e impressa da fonte original que se encontra na Casa Mãe dos Lazarista, Rio de Janeiro.

seminaristas procurassem lugares isolados³⁴. Posso dizer que, dessa forma, os lentes tornavam-se uma extensão dos olhos do reitor, mantendo o controle e a ordem das relações pessoais e dos deslocamentos dentro da escola, já que essa vigilância era um meio de impedir o seminarista de freqüentar lugares a que não era permitido o acesso em determinados horários, como os dormitórios, por exemplo, que durante os horários de aula não podiam ser freqüentados.

Além de ensinar e vigiar, alguns professores, mais especificamente da ala dos colaboradores, achavam tempo para realizar outras atividades, como participar do movimento abolicionista e escrever artigos para jornais. Dentre estes que defendiam a causa abolicionista e escreviam nos jornais locais, estavam os padres cearenses João Scaligero Augusto Maravalho e Bruno de Figueiredo. Eles colaboraram de forma efetiva, escrevendo em jornais a favor da abolição dos escravos. O primeiro foi para o sul do País, onde foi professor em vários colégios no Rio de Janeiro e no Seminário de Porto Alegre. Ele chegou a fundar um jornal, *O Apóstolo*, que uma vez foi empastelado em 1897, sendo que tais perseguições o levaram a fugir para a Europa de onde retornou depois para restaurar a folha. Chegou, também a escrever para os jornais cearenses *Tribuna Católica* e *A Constituição*. O segundo lente escreveu artigos para o *Libertador*. Outro padre, o Francisco Valdivino Nogueira, redigiu artigos para *A Luz e A Verdade*³⁵.

Nem todos os professores ficavam o resto da vida como mestres. por exemplo, quando havia necessidade, os padres colaboradores deixavam seus postos de professores e iam, enviados pelo bispo, tomar conta de igrejas por todo Ceará ou mesmo em outras províncias do Brasil. Foi assim com o padre Manuel Cândido dos Santos, natural de Saboeiro (Ceará), que lecionou entre os anos de 1879 a 1890 e depois foi ser vigário em Barbalha e Baturité³⁶. Em outros casos, ao deixar de ministrar no Seminário, alguns tomavam nas mãos a

³⁴ SEF/ SHE. *Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935)*.

³⁵ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 75*. Valdivino é considerado pelo historiador João Alfredo de Sousa Montenegro um dos padres responsáveis pela introdução do tradicionalismo assistencialista no Ceará, ideologia promulgada pela encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. Ver: MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Trono e o Altar: As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: BNB, 1992, p. 121.

³⁶ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914, p.78 e 79*.

direção de escolas tanto na Capital como no resto do Ceará, prosseguindo na função de mestres e diretores, como foi o caso do padre Bruno Figueiredo, que dirigiu o Ateneu Cearense e depois fundou o Instituto de Humanidades com o monsenhor Cruz Saldanha, chegando este último a ser professor do Liceu do Ceará³⁷. Além do pastorado e da área educacional, menciono o exemplo de José de Arimatéia Cisne, que ensinou aos preparatoristas, mas mais adiante entrou para a política, defendendo a candidatura de Franco Rabelo para governador, em 1912, sendo eleito a deputado para Assembléia Estadual do Ceará³⁸. Assim, de acordo com os interesses e dons é que os colaboradores escolhiam suas outras atividades quando saíam do seminário, podendo atuar em diversas áreas, conforme já especifiquei há pouco.

Assim, envolvendo-se em muitas e diversas atividades dentro e fora do Seminário, os professores da casa, apesar das adversidades, tinham um papel importante na formação dos seminaristas: garantir-lhes a aquisição da cultura necessária para desempenharem o papel de padres e mestres romanizados, de forma a tornarem-se, como disse o Apóstolo Paulo, o seu amigo Timóteo, “um exemplo dentre os fiéis”³⁹. Para isso, precisavam estar preparados no conhecimento das matérias e ser exemplares em obediência, além de atentos para não haver desvios de comportamento.

3.3 – Os criados

Por fim, dentro do conjunto de pessoas que ajudavam no desenrolar de todas as cenas da história do Seminário, havia uma classe que, apesar de ser considerada formada por pessoas “bisonhas e inconstantes” e que “não sabem as práticas mais triviais de seus misteres”⁴⁰, atuava nos bastidores, longe dos holofotes, indignos de sequer terem seus nomes citados em algum álbum

³⁷ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 76.

³⁸ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 152.

³⁹ A Bíblia Sagrada. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida, Edição revista e corrigida, Sociedade Bíblica do Brasil, Brasília. DF, 1969 Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo, p. 271.

⁴⁰ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 140.

comemorativo. Seus nomes não figuraram na maioria dos documentos o que dificulta escrever algo de mais consistente sobre eles. Estes são os criados.

Os primeiros indícios da existência de criados no Seminário, ou seja, daqueles que eram responsáveis por preparar e servir a comida dos que ali trabalhavam, residiam e estudavam, por zelar pela limpeza do prédio, por providenciar água para os lavatórios dos banheiros, onde, no Artigo XI, os estudantes são advertidos que deviam evitar

Toda e qualquer familiaridade com os criados, por isso não lhes darão encomendas, não lhes entregarão roupa para ser lavada, etc., mas haverá uma pessoa designada para receber todas as encomendas, que as transmitirá ao comprador do seminário do qual as receberão para entregá-las aos seus donos. O sábado à tarde é o dia designado para entregar a roupa servida e receber a lavada⁴¹.

Por esse tipo de declaração, é simples entender que os criados não deviam ser vistos como pessoas de total confiança, e, já que os seminaristas não deviam ter “familiaridade” com eles, era porque deviam representar, na visão da direção do Seminário, certo perigo para a formação dos rapazes. Dessa forma, procuravam, os padres, garantir sempre as melhores influências possíveis para o convívio diário dos jovens.

Pelos documentos examinados, não foi possível saber que tipos de requisitos (morais e técnicos) deveriam preencher as pessoas que faziam parte desse quadro, mas parece que elas eram, pelos menos do ponto de vista de quem compôs o *Álbum Histórico*, pessoas que, às vezes, não tinham experiência suficiente para realizar as tarefas que lhes eram confiadas⁴². Era por isso que no Seminário havia a função de procurador, dada a um dos padres, ou seja, uma espécie de mordomo, que gerenciava os trabalhos, sendo que esse podia ser um dos próprios professores, como no caso do padre lazarista Alfredo Ottoni.

Em outro documento, um Relatório de 1870 do Presidente da Província do Ceará, que se refere ao Colégio Ateneu Cearense, escola localizada na Capital, há uma declaração que se assemelha à anterior encontrada no *Álbum*: o diretor do colégio, o senhor Manoel Theóphilo da Costa Mendes, também fez menção à dificuldade de se conseguir bons criados que realizassem bem suas

⁴¹ SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 55.

⁴² SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 140.

funções⁴³. Não sendo especificadas as funções a que se atinham esses criados, nos casos analisados temos um indício da falta de qualificação dessa mão de obra. Para suprir em parte esse inconveniente, o Seminário possuía o “procurador”, que pela “incompetência” desses serviçais, muitas vezes, era o mesmo obrigado a servir de “copeiro, despenseiro e até cozinheiro”⁴⁴.

Pela falta de dados, é natural que não seja possível tratar muito sobre essa classe. Além das pistas acima e de poucas fotos apresentadas no *Álbum*⁴⁵, existem algumas imagens desses criados, mas a outra fonte que diz também um pouco mais é o *Livro de Receitas e Despesas do Seminário*. Nesta última, há os nomes deles e seus respectivos salários, sendo possível, também, ter-se uma margem de quanto se gastava ao ano com o familiar.

Eram todos do sexo masculino. Entre eles, havia o Narciso, o Manuel, o Libâneo, o Anselmo, o Benedicto, o Costa, o Belchior, o Cícero, todos nomes citados sem apresentar sobrenome, o que indica que eram pessoas simples, talvez de famílias sem expressão social, como se podia esperar pela função que tinham. Em comparação com o salário dos professores do Seminário (83\$333 reis), não recebiam muito, seus vencimentos estavam perto de 6\$000 a 30\$000 reis por mês, certamente dependendo do tipo de trabalho que faziam. Além dos vencimentos normais, há registro de pagamento de férias aos criados⁴⁶ e até aos pedreiros e carpinas⁴⁷ que trabalharam na obra de expansão do Seminário. Esse tipo de tratamento dado aos trabalhadores demonstra uma visão moderna nas relações trabalhistas entre a direção do Seminário e seus funcionários. Quanto aos totais gastos com os criados por ano, não existe uma constância nos percentuais, mas a média dos valores que há dentre os anos de 1865 a 1885 estava em torno de 4,9 % do total das despesas anuais; bem menos do que se gastava com os professores. Talvez,

⁴³Relatório do Diretor do Ateneu Cearense. Manoel Theóphilo da Costa Mendes. In: Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará, no dia 1º de setembro de 1870, p. 04. (Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html)

⁴⁴SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 140.

⁴⁵SEF/ SHE. *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 42 e 62.

⁴⁶SEF/ SHE. *Livro de receita e despesa do Seminário (1864-1886)*. Despesas do mês de março de 1867.

⁴⁷SEF/ SHE. *Livro de receita e despesa do Seminário (1864-1886)*. Despesas do mês de dezembro de 1867.

pelo fato de os vencimentos não serem altos, esse tipo de função não atraísse gente mais qualificada para ocupá-lo.

Todo este corpo operacional, que se estende desde o reitor até os criados, compunha a engrenagem que visava a assegurar o funcionamento desse instituto de formação ultramontana. O objetivo não era simplesmente, entretanto, fazer funcionar uma escola e sim pôr em prática um projeto de formação clerical que se encaixasse na visão do cristianismo romanizado (tridentino). Não era simplesmente multiplicar o número de padres, mas formar o máximo possível de indivíduos em condições de defender os ideais da Igreja reformada. Para isso, a escola precisava vencer os obstáculos causados pelos fatos políticos e socioculturais locais, como o Padroado, a Proclamação da República e a expansão do modernismo laicizante na sociedade, a falta de professores. Com tantas mudanças materiais e intelectuais na sociedade, e sendo a realidade interna da Instituição afetada de uma ou outra forma por elas, a direção do Seminário procurou, na medida do possível e do aceitável, reformar as estruturas funcionais da escola, tentando adequar-se aos novos tempos, fosse trocando o sistema de iluminação, fosse procurando melhorar o sistema de distribuição de água pelo prédio, acrescentando matérias na grade curricular, adaptando os horários à realidade climática local. Tudo era feito para melhorar o ambiente, o ensino, conquistar a confiança da sociedade, mas sempre com a velha intenção por trás da renovação da maquiagem: a defesa de uma sociedade mais voltada para os valores religiosos que a Igreja defendia, longe das revoluções e de posturas anticlericais. A não-reformulação do regulamento interno, ou do Diretório, exemplifica bem a insistência da defesa dessa linha de pensamento. Portanto, no cerne da organização, que ia da estruturação do prédio até a contratação de criados, estava o desejo de perpetuar, com a formação dos jovens, idéias que poderiam ser usadas a favor dos objetivos da Igreja.

3.4 - Os seminaristas: perfil socioeconômico e os números de formação

Provavelmente desconhecendo de início os objetivos político-religiosos que a Igreja tinha por traz da criação do Seminário, os rapazes vinham de todos os cantos do sertão e do litoral cearense, sendo ainda que um ou

qualquer outro de outra província (Pernambuco, Piauí e Paraíba) também vinha estudar no Instituto. Eram jovens entre 12 e 30 anos que, ou por se sentirem vocacionados ou pressionados por seus pais, vinham enclausurar-se e preparar-se ou para uma vida diferente da grande maioria dos que os cercavam ou para receber o ensino referente ao ensino secundário a fim de depois estudar em alguma academia fora ou dentro do Brasil. O que mais posso dizer desse grupo de jovens, entretanto, que ocuparam os bancos dessa escola entre 1864 e 1912? Respondendo a esta questão, nesta seção pretendo comentar sobre alguns aspectos gerais que me permitam ter um esboço de quem era a maioria desses moços.

Partindo de um levantamento⁴⁸ que relaciona o local de nascimento com a respectiva quantidade de padres formados entre 1864 a 1912, montei uma tabela com dados para saber de onde provinha a maioria dos seminaristas. De acordo com os dados, a maioria dos padres formados pelo Seminário (mais de 70%) originava-se do interior da Província, o restante procedia das cidades mais ao litoral, e, dentre o total, se destacam os cinco principais centros econômicos da Província (Aracati, Sobral, Crato, Icó e Fortaleza⁴⁹), com 43,6% das ordenações, entre 1864 e 1914. O restante (56,4%) procedia de outros 38 municípios e três outras províncias do norte (Pernambuco, Piauí e Paraíba), tornando relevante o número oriundo das outras cinco cidades. O que quero mostrar com esses números? Considerando, ainda, que a maioria dos seminaristas pagava pelos estudos,

⁴⁸ Esse levantamento foi feito cruzando dados referentes às ordenações registradas no *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*. Fortaleza – Ceará, 1914, p. 203 a 209 e nas Biografias de padres do Dicionário Bio-bibliográfico de Guilherme Studart (Ver STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915).

⁴⁹ Aracati, durante muitos anos, especialmente durante o período colonial, foi um importante entreposto comercial na Província, desenvolvendo o preparo do charque (carne-de-sol), exportando-o para outros centros e abastecendo o mercado consumidor interno (Pernambuco, Bahia e rio de Janeiro). Sobral desenvolveu-se como grande centro coletor de algodão e matérias-primas que, na segunda metade do século XIX, eram transportadas pela estrada de ferro Sobral-Camocim para serem embarcadas no porto. No caso do Crato, esta teve sua importância econômica dadas as condições climáticas favoráveis, permitindo a produção de cana-de-açúcar. Fortaleza, embora não tivesse importância quanto à produção de algum produto, a partir de 1866, alcançou seu desenvolvimento comercial com a exportação do algodão pelo porto local. Como centro coletor e exportador desse produto e de outros que vinham do interior cearense (açúcar, couros e café) e por ser o centro administrativo da Província, Fortaleza, na segunda década do século XIX, ultrapassou Aracati em importância comercial, garantindo sua hegemonia político-econômica sobre as outras localidades da Província (ORIÁ, Ricardo e JUCÁ, Gisfran. *De Forte a Vila e Cidade (1603-1889)*. In *Fortaleza – A gestão da Cidade*. Fortaleza: UFC/NUDOC. Fundação Cultural de Fortaleza, 1985, pg. 23 e 24).

penso que a maioria dos seminaristas da Prainha pertencia às famílias mais abastadas da Província.

Tabela I – Número de ordenações por localidade (1864-1914)

Localidade	Nº de Pes. Formados por localidade	Quant	%
Assaré, Aurora, Campo Grande, Canindé, Conceição, Cococy, Ibiapina, Viçosa, Iguatu, Itapipoca, Mulungu, Piauí, Riacho do Sangue, Russas, São Mateus, Santa Quitéria, S. J. do Príncipe, Tamboril, Trairí, Várzea Alegre, Ipu.	01	21	13,6
Barbalha, Baturité, Cascavel, independência, Limoeiro, Maria Pereira, Paraíba.	02	14	9,1
Jaguaribe-Merim, Arneiroz. Quixeramobim e Pernambuco.	03	12	7,8
Jardim, Saboeiro, Maranguape.	04	12	7,8
Russas.	05	05	3,2
Santana do Acaraú e Milagres.	07	14	9,1
Lavras.	09	09	5,8
Fortaleza, Crato	10	20	12,9
Icó, Sobral.	12	24	15,6
Aracati.	23	23	15,1
Total		154	100

Levando em conta a realidade econômica das cinco regiões destacadas no parágrafo anterior e os números correspondentes à quantidade de seminaristas que se formaram e pertenciam a esses lugares, e com base ainda em informações de José Murilo de Carvalho sobre o assunto, penso dizer que a maioria dos alunos do Seminário proveio de duas categorias familiares: de famílias de muitos recursos ou de famílias de recursos menores.

Comentando sobre a realidade de formação dos jovens situados no Brasil do século XIX, José Murilo de Carvalho, informa que, para o caso dos seminaristas procedentes de famílias abastadas, muitas vezes, eles passavam pelo seminário objetivando fazer o curso de Preparatórios (educação secundária) para depois ingressar em um curso superior no Brasil ou na Europa, podendo escolher, na maioria das vezes, entre os cursos de Direito e de Medicina. Para frequentar tais escolas na Europa, deveriam pagar anuidades por cinco (Direito) ou seis anos (Medicina), o que exigia grande soma de recursos financeiros da família do aluno. No caso dos jovens de famílias de menos recursos, após os preparatórios, esses estudantes ou seguiam a carreira eclesiástica, continuando no Curso Teológico, ou podiam ingressar na

Escola Militar, para uma carreira no exército, ou na escola Politécnica ou na Escola de Minas, para uma carreira técnica. Segundo o autor,

Nenhuma dessas escolas cobrava anuidade, a Escola de Minas dava bolsas para alunos pobres e à Escola Militar pagava pequeno soldo aos alunos. Alguns dos mais capazes políticos do Império seguiram esse caminho, salientando-se o caso do visconde do rio Branco, ex-aluno da Academia Militar⁵⁰.

Fora desses grupos de famílias, havia também aqueles que, aparentemente, não tendo condições de pagar as mensalidades cobradas pela instituição, eram apadrinhados pelo Seminário. Por um relatório apresentado pelo padre Hipolyto Brazil (governador interino do Bispado cearense na ausência do bispo D. Luís) ao Presidente de Província, em 1870, constatei que, pelo menos nesse ano, do total de 102 alunos matriculados, 15 eram “sustentados pelo Seminário”, sendo que os demais pagavam “mensalidades” (ou anuidades) de 25\$000 reis⁵¹ no mínimo, podendo estas variar ainda até 75 mil reis (como encontrei registrado no *Livro de Receitas e Despesas do Seminário*). Pelos decretos do Concílio de Trento, essa abertura para aceitar-se jovens pobres era permitida⁵², mas acredito que jamais o número daqueles que não pagavam seus estudos no Seminário fosse algo acima do número dos pagantes, pois, para um seminário do porte do da Prinha funcionar com regularidade, além dos recursos destinados pelo Governo imperial para manter as cadeiras e das esmolas destinadas às Obras de Vocações Sacerdotais, parece ser impossível manter a Casa sem a cobrança de mensalidades da maioria dos alunos. Afirmo isso porque vejo que, de toda a receita do Seminário entre os anos de 1865 e 1885, a renda gerada pelas mensalidades chega em média a quase 60% do total dos recursos obtidos. Considerando-se ainda que, em quase todos os anos desse interregno, o casarão era ampliado em sua estrutura física e se faziam novas aquisições de materiais domésticos (pratos, talheres etc), para o seu bom funcionamento, era necessário ter-se uma boa receita a cada ano, admitindo-se que as despesas com essa e outras coisas consumiam quase totalmente a receita.

⁵⁰ CARVALHO, José Murillo de. *A Construção da Ordem: Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumara, 1996, p. 65.

⁵¹ Relatório do Cônego Governador do Bispado, Hyppolito Gomes Brazil, em 12 de julho de 1870, p. 02. in: Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870. (Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html).

⁵² LUIZETTO, Flávio. *Reformas religiosas*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 61 – 65.

Além desses dados, em biografia, escrita por Guilherme Studart, do padre Miguel Tavares Campos, há outro indício mostrando que só eram aceitos alunos não pagantes dependendo das condições financeiras do Seminário. Em 1889, o bispo D. Joaquim José Vieira havia prometido a entrada gratuita do jovem Miguel no Seminário, vindo com este fim, de Santana do Cariri para Fortaleza. Ao chegar aqui, porém, teve frustradas as suas esperanças em virtude das “dificuldades financeiras em que se achava o Seminário naquele ano”. Depois de alguns meses, tendo tomado conhecimento de que o Bispo do Rio de Janeiro recebia moços pobres no Seminário desta cidade, foi até a mesma onde foi recebido pelo reitor da escola. Depois de sete anos de estudo era consagrado presbítero. Como é simples perceber, não só o Seminário recebia moços pobres, mas também outros seminários do País, dependendo, é claro, das finanças de cada escola⁵³.

É pena não ter sido possível mensurar o quanto realmente podiam pesar os valores dessas mensalidades no orçamento das famílias dos alunos, mas, tentando vislumbrar por outro ângulo o que estou afirmando, ou seja, de ser a maioria dos alunos do Seminário provindo de famílias “boas”, no *Livro de Matrículas*, há registrado na ficha de cada aluno se eles detinham capacidade de ler e escrever, se sabiam Francês, Latim ou Aritmética, e, de acordo com isso, entravam no ano de ensino correspondente ao de seu aprendizado. Em análise feita nas fichas que correspondem aos matriculados entre os anos de 1864 a 1871, constatei que cem por cento dos alunos tinham o ensino primário, correspondente ao das primeiras letras, apesar de uma minoria já ter conhecimento de Latim e Francês. Tomando como ponto relacional a esses dados outras duas realidades – o quadro educacional e os estímulos e dificuldades que os jovens pobres da Província tinham para ingressar no mundo do ensino primário – vou ver se consigo melhorar meus argumentos.

Em primeiro lugar, fazendo uma rápida investigação sobre o quadro educacional da Província durante o século XIX e parte do XX, está claro que sempre foram poucas as aulas públicas de ensino primário no Ceará para atender a demanda das crianças. Estando esses recursos educacionais,

⁵³ STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1915, v. 02, p. 392-393.

geralmente, localizados nos povoados, vilas e cidades mais importantes (política e economicamente falando), como Aracati, Sobral, Icó, Crato e Fortaleza, localidades dominadas pela elite rural e urbana, parte desse grupo se aproveitava das mesmas oportunidades para instruir seus filhos, ou seja, os estes ocupavam em maior número os bancos escolares, sem considerar que alguns tinham os próprios professores particulares.

Considerando, em segundo lugar, que, diferentemente da elite, era em menor número a quantidade de crianças das camadas pobres a freqüentar as escolas, especialmente no caso das áreas rurais, penso que alguns fatores desestimulavam essa camada da população a buscar a instrução dos filhos. Entre os elementos que causavam esse desinteresse, Djacir Menezes destaca o fato de que os conhecimentos escolares que poderiam ser adquiridos em nada contribuíam para alterar a condição real de vida que tinham aqueles que dependiam da agricultura para sobreviver, ou seja, tais conhecimentos em pouco contribuíam em sentido prático para o trabalho agropecuário, que exigia conhecimentos ensinados oralmente de geração a geração, levando tal camada da população a não valorizar as poucas oportunidades⁵⁴. O autor escreve:

A agricultura e a lavoura dependiam de processos antigos de conhecimento empírico que se vinha transmitido de geração a geração. A escola, com seu centro de gravitação no aprendizado de ler e escrever, era uma inutilidade para a vida prática que se desenvolvia em torno. Os interesses não a penetravam. E quanto tempo ainda se levaria para compreender essa verdade – a da penetração recíproca e vital entre o meio social e o órgão escolar⁵⁵!

É claro que não é correto dizer que essa visão conformista era geral entre as famílias pobres. Talvez havia, esse tipo de argumento seja até simplório e preconceituoso, pois certamente outros fatores que desestimulavam as camadas mais pobres à busca de uma educação melhor para seus filhos. Considero que, além da ignorância a impedir que alguns vissem a necessidade de melhorar o nível educacional dos seus

⁵⁴ MENEZES, Djacir. A Educação no Ceará: repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª edição: Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, pg. 350 – 360. ver ainda: ALVES, Joaquim. O Ensino Primário na Primeira Metade do Século XX. In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª edição: Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, pg. 361 – 368.

⁵⁵ MENEZES, Djacir. A Educação no Ceará: repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª edição: Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, pg. 350 – 360.

descendentês, a realidade do homem do sertão era muitas vezes de grande dificuldade, para não dizer de miséria, em virtude do estado de dominação dos agregados, e até dos pequenos proprietários de terras, aos grandes fazendeiros e as relações de trabalho que mantinham. A pouca quantidade de aulas públicas, a seca e o período de colheita, que exigia todos os braços da família no trabalho, entre outras coisas, devem ser levados em consideração como elementos que enfraqueciam o estímulo aos estudos. Diante desse quadro, acentuo que se havia poucos freqüentadores da camada pobre nas aulas públicas, então, a grande maioria das vagas era preenchida com os filhos das famílias de mais recursos da região, que tinham tempo e incentivo para tal atividade⁵⁶.

Em um texto – *O Ceará na segunda metade do século XIX* – de Celeste Cordeiro, a autora coloca que, nesse período, a educação dos filhos era “ponto de honra” para os fazendeiros, especialmente se com um título de padre ou de doutor eles poderiam galgar investidas políticas para defender os interesses e privilégios de suas famílias. Tendo essa visão e tentando acompanhar as mudanças políticas e culturais de sua época que essa elite, para manter o *status* da família, investiu em seus filhos para os bacharelarem em outras províncias e na Europa, favorecendo-se dos meios educacionais disponíveis dentro e fora do Brasil⁵⁷. Sendo o Seminário de Fortaleza um dos institutos da Província que, na segunda metade do século XIX, oferecia boa qualidade de ensino, é bem possível que a Instituição possa ter sido usada pela elite, não só agrária, mas também urbana, como um meio de educar seus filhos com esse propósito político. Inicialmente o Seminário poderia garantir a formação secundária dos filhos (no Curso de Preparatórios) para que, depois, eles, ou concluindo o Curso Teológico, ou entrando nas academias de Direito, Medicina etc, pudessem, quem sabe, ocupar cargos de expressão política na Província.

⁵⁶ Ainda sem querer generalizar, mas mais como constatação, no estudo de algumas biografias de padres formados no Seminário (apenas 26 de 154 registros), vi que alguns eram filhos de fazendeiros e militares (coronéis, tenentes, majores), outros eram filhos de comerciantes dos núcleos urbanos cearenses, o que pode indicar a possibilidade de ser considerável a quantidade de seminaristas que pertenciam a famílias de condições economicamente superiores à maioria da população da Província.

⁵⁷ CORDEIRO, Celeste. *O Ceará na segunda metade do século XIX*. In: SOUZA, Simone. *Uma Nova História do Ceará*. 2ª edição, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 137.

Sem querer defender a tese de serem políticas as razões que levaram os jovens, ou mais especificamente seus pais, a usar o Seminário como trampolim para outras carreiras profissionais, posso afirmar que, em alguns casos, quando não optavam pela vida clerical, os jovens seguiam para outras vocações e alguns poucos ingressavam posteriormente na política. No *Álbum*, encontrei uma pequena lista de 101 nomes de ex-alunos que estudaram no Seminário entre 1864 e 1912 e que, depois de abandonarem o Seminário, procuraram outros campos profissionais. Como exemplo, há, o doutor Antonio Pacheco Mendes, nascido em Aracati, que, depois de concluir o Curso de Preparatórios e entrar no Curso Teológico, antes de receber a tonsura “preferiu a carreira de médico”, partindo para a Bahia em 1872. Mais tarde, ele foi eleito deputado à Assembléia Constituinte da Bahia. Também há o caso de Eugênio Gomes de Matos, que fez até o primeiro ano de Teologia, tonsurou-se, mas desistiu da carreira eclesiástica para ser médico⁵⁸.

Faltam-me informações biográficas suficientes que me forneçam um número preciso de quantos desses ex-alunos ingressaram na política. Dos 101 nomes encontrados no *Álbum*, apenas 42 se encontram no *Dicionário Bio-Bibliográfico*, principal fonte de biografias. Desses 42, apenas 3 são descritos como seguindo nesse rumo. No sentido de uma análise das profissões mais cotadas por esses, entretanto, confirmando a tendência nacional para o século XIX, tem-se que, dos 101 registros, 28 % escolheram Medicina e 14% Direito, totalizando 42%. Em seguida, as outras preferências profissionais que se destacam são: o comércio com 13%; as armas, com 8%; a arte farmacêutica com 6%; o magistério com 5%. O emprego público (em áreas que não exigiam nível superior), 8% do total, também foi outra opção para aqueles que não se sentiam vocacionados.

Ao referir-me à desistência da carreira eclesiástica e ao mencionar o número de 101 ex-alunos, é importante dizer que, além desses, muitos outros moços optaram por não serem padres. Na verdade, o total é bem elevado, especialmente levando em consideração o número dos que receberam as ordens no período estudado. Não possuo o número de desistências para todos os anos que vão de 1864 a 1912, entretanto os dados que tenho revelam como

⁵⁸ STUART, Guilherme. *Op. Cit.* vol. 01, p. 113 e 251.

era difícil a obra das vocações sacerdotais no Ceará. Sobre esse problema, em 1878, D. Luís queixou-se ao Ministro do Império em um de seus relatórios sobre a situação da religião no Ceará. Nesse ano a Província do Ceará estava com 63 freguesias, das quais 14 eram ocupadas por vigários colados e 49 por vigários encomendados, sendo que somente oito tinham coadjutores. Nessas condições, D. Luís expressou no seu relatório que muitas outras freguesias deixavam de ter coadjutores

Por falta de sacerdotes disponíveis a quem nomear, falta que continuará esta diocese a sofrer ainda por algum tempo à vista da escassez de vocações para o sacerdócio e conseqüentemente do pequeno número de moços que recebem o sacro presbiterado anualmente... Tenho mesmo deixado de assentir na criação de outras [freguesias] que reputo necessárias...⁵⁹.

Por meio do estudo de alguns relatórios enviados pelo Bispo ao Presidente da Província e Ministro do Império, de dados do *Livro de Matrículas* e do *Álbum*, pude perceber que o índice de desistência em alguns momentos chegava a mais de 30 % das matrículas feitas ao ano. Por exemplo, em 1887, a desistência foi de pouco mais de 32 % dos alunos matriculados. O ano letivo anterior (1886) havia terminado com 104 alunos. No ano seguinte (1887), foram matriculados 39, somando 143 alunos no total. No final do ano de 1887, no entanto, o curso terminou com 95 seminaristas, ou seja, 46 moços tinham deixado o Seminário, sendo que somente um havia sido ordenado. Acontecia que, como expresso no capítulo anterior, muitos deles simplesmente não voltavam mais depois das férias, uns eram mandados de volta aos seus pais por serem indisciplinados e outros, como referido há pouco, terminavam os preparatórios e iam as faculdades de Direito ou de Medicina.

Para dar uma visão mais abrangente do número de desistências, atente-se mais para o seguinte: o volume de matrículas na maioria dos anos era bom, mas ao final dos anos os moços iam desistindo da vida eclesiástica. De acordo com os dados que extrai do *Livro de Matrículas* e do *Álbum*, de 1864 a 1914, foram matriculados no Seminário 1406 alunos, entretanto, em meados de 1914, o Seminário havia ordenado apenas 154 seminaristas (ver tabela II); ou seja, cerca de 11% dos alunos matriculados entre 1864 e início de 1914 concluíram o Curso Teológico, ordenando-se. É certo que esse

⁵⁹ SEF/ SHE. *Registro dos Offícios Designados ao Ministério, Presidente da Província e Mais Autoridades*. P. 92.

número não representa a quantidade de sacerdotes do Ceará desse período, (pois outros 196 sacerdotes foram ordenados aqui tendo sua formação em outros seminários do País, como o da Bahia e o de Olinda) mas acho bem reduzida a percentagem de formação para o tamanho do empreendimento que foi erguer e manter o Seminário durante todos esses anos. Na verdade, numa perspectiva puramente financeira, tal empreendimento pode ser visto como altamente dispendioso, especialmente, pelo pouco retorno obtido. Para ilustrar o que estou registrando, tomando apenas as despesas do Seminário com alimentação, professores e criados no ano de 1873 (ano em que o Seminário consegue preencher quase que totalmente suas 150 vagas) e dividindo-se o valor total pelo número de alunos que estudou nesse ano na escola, constado que, nesse ano, cada aluno custou ao Seminário pouco mais do valor correspondente a uma mensalidade (anualidade) de 75\$000 reis. Então, cuidar das vocações sacerdotais parece ter sido um investimento caro para a Igreja no Ceará, mas que quantitativamente não teve grandes retornos.

Para amenizar essa impressão negativa que os números podem trazer, só se considerá-los de forma qualitativa, levando-se em conta o fato de que esses poucos sacerdotes formados parecem ter sido de grande valia, não só para a Diocese do Ceará, mas também para outras dioceses do norte e sul do Brasil. Materializando em números, dos 154 padres formados pelo Seminário para o período estudado, 31 deixaram a Diocese para servir em outras partes do Brasil. Das localidades que mais receberam esses padres, o Rio de Janeiro se destaca em primeiro lugar, por onde passaram 18 desses sacerdotes. Em segundo lugar está o Amazonas, com 9 sacerdotes. Em terceiro, encontram-se o Maranhão e o Pará, com 6 padres cada um. Ressalte-se que um mesmo padre poderia servir em várias províncias/estados do Brasil por vez. Por exemplo, o padre José Lourenço da Costa Aguiar foi cura da Sé de Fortaleza até 1876, deixando essa função para ser cônego da Catedral do Pará a pedido do bispo D. Antonio Macedo Costa. Depois foi nomeado para vigário Geral do Amazonas, cura da Sé de Belém, chegando a 1º bispo do Amazonas.

Para estar no rol dos que bem serviram a Igreja, porém, não é necessário haver se deslocado para outras regiões fora do Ceará. Isso apenas me ajuda a aquilatar o grau de aceitação dos sacerdotes formados na Prainha.

Por isso, nas biografias de outros padres, encontrei histórias de obediência, abnegação e de grandes serviços prestados à Igreja no Ceará. Como exemplos, cito os padres Francisco Maximo Feitosa e Castro e João Dantas Ferreira Lima. De acordo com Guilherme Studart, o biógrafo dos dois sacerdotes, o primeiro, depois de ter sido ordenado em 1873, foi paroquiar na localidade de seu nascimento, Cococy, em Arneiroz (Ceará). No período da grande seca de 1877 e 78, ele se viu em grande aperto especialmente por ver seus paroquianos abandonarem a localidade em consequência das dificuldades. De acordo com Studart, o sacerdote foi aconselhar-se com D. Luís, que lhe disse: “enquanto houver dois, ou três parochianos seus, não os abandone”. Essa ordem do Bispo faz sentido, ao se ver que, durante esse mesmo período, no Crato, alguns missionários lazaristas que faziam parte do corpo docente do Seminário Menor do Crato voltaram para a Capital, fugindo da seca. Isso repercutiu negativamente entre os populares. Alguém, inclusive, qualificou a saída dos lazaristas de “deserção de soldados em frente ao inimigo”⁶⁰. Pois bem, o Padre abnegadamente obedeceu ao Bispo, ficando na localidade com as duas famílias de velhos que restaram, havendo momentos em que ele teria passado tão grande necessidade que chegou a se alimentar de “raízes silvestres, maçãs de cravatá e mucunã”⁶¹. É claro que não se pode generalizar para os demais sacerdotes o exemplo do padre Francisco Máximo, mas pelo menos é uma amostra de incorporação do sacerdócio e de respeito à hierarquia eclesiástica.

⁶⁰ DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 69.

⁶¹ STUDART, Guilherme. *Op. Cit.* vol. 01, p.417.

TABELA II – Matrículas e Ordenações

Ano	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874
Matrículas	26	39	27	17	21	32	28	46	52	45	25
Ordenações	1	0	0	0	3	6	13	5	6	9	4
Ano	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885
Matrículas	20	6	12	2	4	15	14	18	41	44	35
Ordenações	8	3	3	2	8	6	5	3	2	2	2
Ano	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896
Matrículas	29	37	34	27	14	17	26	26	40	61	38
Ordenações	0	3	2	3	1	2	5	0	3	4	0
Ano	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907
Matrículas	24	35	10	13	32	29	13	32	28	28	36
Ordenações	1	4	2	1	3	4	7	2	3	2	1
Ano	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	Total			
Matrículas	26	30	29	41	38	31	13	1406			
Ordenações	3	1	2	1	2	0	1	154			

Quanto ao segundo caso, o do padre João Dantas, ele tem em seu currículo um grande número de obras prestadas à Diocese do Ceará. Depois de haver recebido o presbiterato em novembro de 1870, foi capelaniar a matriz de Mulungu, onde passou oito anos. Depois, em 1884, foi nomeado vigário da freguesia de Ipueiras, passando dois anos e seis meses, onde construiu um cemitério, fez melhoramentos na matriz, construiu uma capela no povoado de Várzea Formosa e vários oratórios privados para facilitar a desobriga da extensa freguesia. Em 1886, foi removido para Uruburetama, permanecendo pouco mais de dois anos. Em março de 1889, foi nomeado Capelão-Tenente do Corpo Eclesiástico do Exército. Com o advento da República em 1890, foi chamado ao Rio de Janeiro, sendo nomeado Capelão do Hospital Militar no Morro do Castelo. Depois, voltou ao Ceará, onde foi nomeado capelão no 11º Batalhão de Infantaria. Ainda chegou a reformar a Capela de Nossa Senhora do Livramento que, depois de terminada, foi consagrada a Nossa Senhora do Carmo. Assumiu em 1894 a promotoria do bispado⁶². Pode-se perceber, por esse exemplo, que a vida eclesiástica podia ser bastante dinâmica, mesmo que se desenvolvesse a maior parte em uma só região.

Finalizando, talvez tenham sido resultados como esses provindos do ministério de padres como Francisco Máximo e João Dantas que impulsionavam e impulsionam até hoje a Igreja continuar investindo na obra de vocações sacerdotais. É certo que nem sempre os resultados são positivos do

⁶² Id.Ibdem, p. 439 e 440.

ponto de vista da Igreja, a exemplo do caso do padre Cícero, mas, na maioria dos casos, parecem ter sido bons. Afinal, pelos menos a partir do que se sabe da história eclesiástica local, pode-se assegurar que a maioria dos sacerdotes formados na Prainha desempenhou bem seu papel de padres romanizados, cooperando com o projeto tridentino. Se muitos não se formaram era porque ou nunca eram vocacionados ou não se encaixavam no padrão clerical desejado pela Igreja reformada. Certamente o pensamento da hierarquia eclesiástica cearense fosse, parafraseando o provérbio popular: é melhor um padre obediente na mão que dois sacerdotes rebeldes, mal formados e moralmente decadentes. Portanto, para isso cooperaram todos os que deram vida ao Seminário: os bispos, os reitores, os professores, os criados e seus seminaristas.

Considerações Finais

Semelhante às outras dioceses do Brasil, na primeira metade do século XIX, o clero no Ceará era escasso, intelectualmente mal formado e de comportamento e hábitos não condizentes com a disciplina eclesiástica. Além dessas características, alguns desse clero eram seguidores do Iluminismo ou, mais especificamente, do pensamento liberal como linha de pensamento político e religioso.

Além disso, no campo da religiosidade popular, a manipulação dos símbolos católicos por agentes leigos, com a conivência de parte do clero local, havia modificado em vários aspectos a ortodoxia de apresentação dos ritos e celebrações católicos. A própria ausência dos representantes oficiais da Igreja junto às camadas populares tinha dado margem para tais desvios.

Outro elemento relacionado diretamente à organização da vida religiosa nacional que também incomodou a Igreja romanizada foi o regalismo, que limitou a ação da Igreja na gerência de seus bens e corpo de pessoal, já que por esse pacto a Igreja era considerada um departamento do Estado português e depois do Império brasileiro.

Diante desse quadro considerado decadente pela Igreja, a criação da Diocese do Ceará, em 1854, e a vinda de D. Luís Antonio dos Santos, em 1861, para dirigi-la representaram o começo de profundas mudanças na religiosidade local. O cerne de tais mudanças remonta à Europa da segunda metade do século XVI, quando começou a crescer a distância entre a religião oficial e a popular em virtude da divulgação em larga escala de um saber mais codificado e por isso mesmo mais intelectualizado, racional, lógico, que deixou de lado os saberes orais mais ligados à experiência leiga. O Concílio de Trento confirmou essa tendência, ratificando um saber eclesiástico elitizado que não representava mais a vivência religiosa popular, que passou a hostilizar em nome da ortodoxia e da centralidade administrativa clerical. Terminado o Concílio, ficou decidido que, em cada diocese, os bispos seriam os delegados responsáveis por implantar e expandir esse modelo reformado de catolicismo, principalmente nos países que apresentavam um catolicismo fora dos padrões romanizados. Eles tinham a obrigação de formar um clero ortodoxo, atualizar e disciplinar o clero desviante e substituir as devoções populares tradicionais por

novas devoções sob controle clerical – devoção mariana, ao Sagrado Coração de Jesus, a São José etc.

No caso do Brasil, a “tridentinização” ou romanização teve início no século XIX, o que ocasionou choques políticos e religiosos, como os clássicos casos da “Questão Religiosa” e do “milagre em Juazeiro” (ainda hoje creditado pelos romeiros ao padre Cícero revelando a sobrevivência de uma fé não autorizada pela Igreja romana). No caso do Ceará, a romanização teve início com a chegada de D. Luís e, ao final do século, se observou o fortalecimento do seguimento ultramontano sobre as demais expressões de catolicismo. Isso aconteceu com a atuação dos representantes do pensamento ultramontano (bispos D. Luís e D. Joaquim), que procuraram superar a vigente idéia de uma igreja sem padres e hierarquicamente sem unidade. No combate à religiosidade popular (representada pelos beatos do sertão, pelo milenarismo, pelas irmandades e festas dos santos), procurou-se retomar a visão de uma igreja clerical, onde o padre é o indivíduo autorizado para ajudar o fiel a manter contato com o sagrado e com os santos, ministrar os sacramentos e a absolvição dos pecados. Esse sentimento clerical iniciado sob os auspícios do primeiro bispo e dos especialistas lazaristas da Congregação de São Vicente de Paulo, teve continuidade com D. Joaquim José Vieira, chegando até o século XX.

Assim, o discurso e a prática da Igreja cearense procurou gradativamente inculcar nos fiéis a necessidade de seguir um padrão religioso romanizado, que enfocava, acima de tudo, a autoridade da hierarquia da Igreja. Associada a esses elementos, percebe-se a valorização da erudição do clero que tinha de estar pronto para ensinar corretamente os sacramentos e dogmas aos seus fiéis e a rebater todo tipo de conhecimento discordante dos princípios católicos. Com esse propósito o Seminário da Prainha foi erguido em 1864: para formar um clero que se contrapusesse tanto à pregação leiga dos agentes populares quanto ao clero liberal, que desvirtuava a idéia de uma Igreja universal. Semelhante a outros seminários de linha ultramontana do País, os sacerdotes cearenses formados na Prainha recebiam, durante todo o seu período de formação, informações acerca da religiosidade popular, senão de forma negativa. A religiosidade popular era comumente considerada atrasada, supersticiosa, inculta e até expressão de fanatismo, sem valor para a vida

genuinamente cristã. O Seminário da Praínha procurou formar nos candidatos ao sacerdócio um novo mundo religioso, fundamentado na prática dos sacramentos e da liturgia oficiais e da obediência eclesiástica.

Ao chegar o final do século XIX, o novo modelo eclesiológico, clerical, centralista e, na visão da Igreja, modernizante, tinha sido implantado com tranqüilidade. Por exemplo, as irmandades tinham sido controladas sem muitos problemas, pois a Diocese conseguira manter domínio sobre os seus Compromissos, principalmente por elas não estarem mais sob a jurisdição do Estado. Por outro lado, as novas devoções trazidas pelo primeiro bispo e seus ajudantes (a Conferência de S. Vicente de Paulo, a Pia Congregação das Filhas de Maria, as Irmãs de S. Luiz Gonzaga e a Associação do Sagrado Coração ou Apostolado da Oração etc.) já estavam espalhadas por boa parte da Diocese. Tanto a Conferência Vicentina quanto o Apostolado da Oração foram duas potentes armas da romanização que ajudaram a implantar um novo tipo de piedade e a desenvolver uma espiritualidade mais voltada para a individualidade e interioridade, em contraste com as atividades comunitárias e de religiosidade das irmandades que, segundo a igreja, eram superficiais. A grande aceitação das novas devoções era garantida tanto pela sua disseminação pelos recantos da Diocese, como também pela inserção social que elas mesmas permitiam. Por exemplo, enquanto os Vicentinos tinha uma boa penetração em meio às elites letradas dos principais centros urbanos, o Apostolado e também outras agremiações, como as Filhas de Maria, conquistavam as camadas mais humildes da sociedade cearense.

Até então o Seminário já dava os seus frutos e 114 sacerdotes já haviam sido formados, correspondendo a 74% dos que se formariam até 1914. Essa geração de padres já se fazia notar pela sua atuação no desenvolvimento do projeto da reforma católica para o Ceará. Além de a maioria ser colaboradora fiel da eclesiologia centralista, os padres recém-formados estavam pouco a pouco ocupando espaços importantes na sociedade e na administração da Diocese, e, ao lado de outros recursos, ajudando a garantir a continuação e até a expansão do projeto de enquadramento da religiosidade popular cearense.

Como exemplificação da atividade dos padres e seminaristas no sentido de ajudarem na continuação do projeto de romanização, dada a

importância que tinha o Seminário para a formação do clero e a dificuldade que havia em manter sempre preenchidas as cadeiras com professores, para que a casa não tivesse problemas com redução de disciplinas, a própria escola se tornou espaço de treinamento para os que quisessem se desenvolver na área do magistério. Vinte e sete desses se tornaram professores-colaboradores da instituição. Houve deles que lecionaram durante mais de cinco anos, como o padre João Scaligero Alves Maravalho que regeu aulas de Geografia, História Geral, Latim e Português, de 1867 a 1873, ininterruptamente. Depois da experiência no Seminário, foi para o sul do país, onde foi professor em alguns colégios do Rio de Janeiro e, com sua experiência, foi convidado a ensinar no Seminário de Porto Alegre. Outros padres da Prainha também tiveram esse tipo de atuação fora do Ceará. Cito: padre Luiz Gonzaga (professor do Seminário de S. José em Manaus); padre Vicente Ferreira Galvão (professor e reitor do Seminário Santo Antonio no Maranhão); padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo (professor dos seminários de Manaus e do Maranhão).

Outro grande benefício que trouxe a formação de mestres no Seminário também foi suprir a carência de professores para o Seminário Menor do Crato, fundado em 1875. Além dos três padres missionários responsáveis pela direção da escola, compuseram o seu corpo docente os padres: Joaquim Severiano de Vasconcelos; Francisco Rodrigues Monteiro, que também foi diretor do seminário, e Miguel Coelho de Sá Barreto.

Ensinar em seminários, porém, não era tudo o que faziam na área educacional, pois outros também se tornaram mestres de escolas particulares e públicas do Ceará e de outras províncias/estados do Brasil. Há pouco, mencionei o caso do padre Maravalho, que lecionou em colégios do Rio de Janeiro, mas, tomando mais um exemplo, menciono a atuação do padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo que, tendo ensinado o 2º e o 4º ano dos preparatórios no Seminário de Fortaleza, depois de ordenado (1875), passou a dirigir o Ateneu Cearense. Mais adiante, em 1879, fundou o Instituto Cearense de Humanidades, com seu colega Monsenhor João Cordeiro da Cruz Saldanha, dirigindo-o até 1884. Foi ainda professor interino do Liceu do Ceará e professor da cadeira de Latim do Liceu, do Seminário, do Externato São José e do Colégio Santa Tereza, todos em Manaus. No Maranhão, foi professor

interino de Latim no Liceu, lecionando também Liturgia no Seminário Santo Antonio.

Esse tipo de atuação dos padres na educação formal dos jovens consistiu em outra estratégia da Igreja para diversificar os ângulos para o enquadramento da sociedade no modelo romanizado, principalmente depois que o ensino religioso nas escolas públicas foi supresso pela Constituição republicana de 1891. Com a experiência na área da educação secundária, alguns padres fundaram escolas católicas particulares e outros foram atuar como professores em escolas públicas e privadas locais. Isso tudo era meio para se tentar influenciar e doutrinar os meninos e meninas das famílias cearenses, especialmente aqueles que pertenciam à elite e que poderiam estar futuramente nos postos de comando do Estado¹. Principalmente depois da instalação da República, tal estratégia visava a transmitir pressupostos católicos à legislação e para o Estado. Para se ter uma visão do alcance da Igreja na área da educação no Ceará, tirando o Seminário Episcopal e o Colégio da Imaculada Conceição, das pouco mais de 20 escolas secundárias fundadas em Fortaleza, entre 1870 a 1900, seis eram dirigidas por padres, sendo cinco deles formados no Seminário. Até 1914, o quadro já havia mudado em certo sentido, pelo fato de estarem a maioria de institutos do gênero nas mãos de ordens religiosas e de leigos. Dos 15 colégios citados, nessa data, como católicos, por D. Manuel, no *Correio Eclesiástico*, 11 estavam em Fortaleza (01 dirigido por padres formados no Seminário, 01 pelos padres capuchinhos, 05 pelas Irmãs de Caridade e 04 por senhoras leigas), 02 em Pacotí (01 por padre formado em Fortaleza e outro por uma leiga), 01 em Canindé (padres capuchinhos) e 01 em Porangaba (irmãs de caridade)².

Esses números, além de mostrar como a ação dos leigos na educação formal dos rapazes e moças de Fortaleza também assumira papel importante a favor da Igreja, também indica que esse tipo de movimentação ainda era bem tímido no Estado, à exceção de Fortaleza. Pelo menos durante o período deste estudo, nesses locais, especialmente no meio rural pobre, o método de

¹ Ver: GAETA, Maria Aparecida J. Veiga. A Deus, à Igreja e à Pátria: o estandarte da família católica no século XIX. In: *História*. S. Paulo: UNESP. N.º VII, 1992, p. 243-158. e MALATINA, Tereza Maria. Catolicismo e Monarquia na Primeira República. In: *História*. S. Paulo: UNESP. N.º VII, 1992, p. 259-269.

² SEFI/ SHE. *Correio Eclesiástico*. Fortaleza, 1914. P. 170.

educação mais usado para envolver os grupos sociais no modelo tridentino de sociedade ainda era os sermões e sacramentos ministrados nas missas pelos padres, pois, excluídas em grande parte do sistema escolar, as camadas dominadas permaneciam marginalizadas nesta estratégia de conquista de posições pela Igreja. Além dessas considerações, é difícil para mim, no momento, fazer outras de maior valor como: qual o retorno mais amplo que teve para Igreja tal estratégia sobre a sociedade cearense. Isso requer um esforço grande de estudos biográficos para conhecer quais políticos cearenses tiveram parte de sua formação em escolas católicas e se isso influenciou na sua postura política, mais especificamente no que diz respeito à defesa de pontos de vista defendidos pela Igreja.

Além da educação formal da elite, outra maneira pela qual a Igreja cearense buscou influenciar nos rumos políticos da sociedade local e até nacional foi a inserção política direta de agentes romanizados (padres ou leigos) nas câmaras estaduais e federais. No núcleo do Partido Católico no Ceará, composto por 10 integrantes, havia três padres que foram alunos do instituto e um ex-aluno, formado em Engenharia (cônego João Paulo Barbosa, vigário Antero José de Lima, cura José Teixeira da Graça e o engenheiro Antônio Epaminondas da Frota). Se a luta era contra o novo regime, fora os outros seis leigos, de quem não tenho informações mais detalhadas, esses quatro também estavam na linha de frente do grupo de defensores da Igreja. Em 1891, nas eleições de fevereiro para o Congresso Constituinte, dois ex-seminaristas conseguiram lugar entre os vinte e quatro deputados eleitos: padre Luiz e Sousa Leitão e padre Antônio Candido da Rocha³. De um modo geral, dos padres que se formaram na Prainha, entre 1864 e 1914, pelo menos 14 deles foram eleitos para algum cargo público. No período republicano, dos pleitos à Câmara Estadual que se seguem de 1900 a 1930, em quase todos algum padre é eleito, nem sempre ex-aluno do Seminário, é claro, mas o fato sinaliza para noção de que se não houvesse interesses puramente pessoais por parte desses em relação ao cargo público, posso dizer que a Igreja no Ceará,

³ Ver: MOTA, Aroldo. História Política do Ceará (1889-1930). Fortaleza: Stylus Comunicações, 1987.

em seu coletivo hierárquico, sempre procurou investir nesse campo e nesse sentido os novos padres formados na Prainha também estavam atuantes⁴.

Além do campo da educação secundária e da política, os ex-alunos do Seminário se inseriram em outros espaços: as confrarias, nas quais a Igreja teve a preocupação de controlar. e no corpo administrativo da Diocese. Das vinte e sete confrarias existentes em Fortaleza em 1914, dezesseis eram dirigidas por oito desses padres. Nessa mesma época, dos treze cargos administrativos que compunham o Governo do Bispado, onze eram ocupados por padres formados no Seminário⁵.

Como se pode perceber pelos números, obras e vários ministérios desenvolvidos pelos padres formados na Prainha, tais sacerdotes, em sua maioria, foram importantes soldados na luta pela implantação e prosseguimento do sistema eclesial romanizado: fosse na manutenção das instituições da igreja, fosse no controle das confrarias, na educação formal dos jovens cearenses e no paroquiar as igrejas espalhadas por todos os recanto do Ceará, tudo era feito para o bom desenvolvimento dos objetivos da Igreja. O Seminário Episcopal de Fortaleza, como escola de formação presbiteral, nasceu na mente e no coração de um bispo romanizado, D. Luís Antonio dos Santos, e foi erguido a partir da apropriação dos espaços da Irmandade de Nossa Senhora do Outeiro da Prainha (O prédio para o orfanato e a igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Prainha), dada a impossibilidade da convivência entre dois tipos diferentes de visão religiosa. Com um conjunto de matérias organizadas em uma grade curricular e professores capazes de ministrar conhecimentos das ciências naturais, humanas e espirituais, foi transmitida aos seus alunos uma cultura consistente para a época, levando a estes a chance de se diferenciarem do clero anteriormente ordenado.

O código disciplinar, em que se devia pautar o proceder de seus alunos e a austeridade de seus mestres e reitores ensinaram-lhes o costume, desde cedo, com a vida de obediência que deveriam ter quando saíssem de lá. A piedade sempre exercitada pelas orações, retiros e leituras espirituais ajudou a

⁴ Infelizmente também não foi possível conhecer qual a atuação que tiveram esses clérigos na política local na formulação das leis.

⁵ SEF/ SHE. *Correio Eclesiástico*. Fortaleza, 1914. p. 170.

moldar os seus sentimentos. Cabeça e coração romanizados era o que deveriam ter; mas como o ser humano é um poço de subjetividades, que tem vontade própria, nem sempre ele é convencido de tudo o que lhe dizem ou ensinam, por isso é que muitos se insurgem contra o sistema em que são inseridos, desviando-se dos propósitos para que foram doutrinados – esse é o caso do padre Cícero. Pelo exemplo desse sacerdote e pelo dos seminaristas que se envolveram na “revolta dos seminaristas”, e de um outro que se tornou protestante, tem-se que estar conscientes de que, se muitos dos padres formados no Seminário foram obedientes ao sistema eclesial romanizado, não foi por “lavagem cerebral”, mas por escolha de cada um. Havia algum tipo de convicção em cada um deles que os levou a tomar essa decisão. Como exemplo oposto, posso citar a quantidade de moços que desistiu, fugiu, forçou uma expulsão para não seguirem tal caminho. Pode até ter acontecido de alguém haver sido constrangido à formação pelos pais e a sociedade a sua volta (como ilustra o caso de Eugênio na obra *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães), mas fugir ou não ao estado sacerdotal eram as opções, por uma das quais cada um teve que decidir em algum momento. Fossem quais fossem os motivos que levaram os 154 seminaristas a abraçar a vocação, todos tinham suas certezas íntimas quanto a isso.

BIBLIOGRAFIA

- A. Bíblia Sagrada. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida, Edição revista e corrigida, Sociedade Bíblica do Brasil, Brasília. DF, 1969. Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo.
- AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Trad.: João Etienne Filho. São Paulo: Livraria Itatiaia Edições Ltda, s/d.
- ALTOÉ, Valeriano. "O Altar e o Trono"- Um mapeamento da idéias políticas e dos conflitos Igreja/Estado no Brasil (1840 – 1889). Niterói: UFF, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- ALVES, Joaquim. O Ensino Primário na Primeira Metade do Século XX. In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª edição: Fortaleza, Editora Instituto do Ceará.
- ANDRADE, F. Alves de. *O Seminário de Fortaleza e a Cultura Cearense*. Separata da Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXXIX – Ano XXXIX. Ed. Instituto do Ceará, 1967.
- Apontamentos Biográficos do Pe. Pedro A. Chevalier, lazarista. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza/Ce, Tomo XVIII, 1903, (pp 251-290).
- ATTWATER, Donald, *Dicionário dos santos*. S. Paulo: Círculo do Livro Ltda., 1965,
- AZEVEDO, Sânzio. In: SOUSA, Simone (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/ Fund. Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989.
- AZZI, Riolando. *Ascensão ou Decadência da Igreja*. S. Paulo: Editoras das Américas S. A., 1962.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O Movimento Religioso de Juazeiro do Norte. Padre Cícero e o fenômeno do Caldeirão. In SOUZA, Simone (Coord). *História do Ceará*. 4ª. ed., Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- BARROSO, Gustavo. *A margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BETTERSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad. Helmuth Simom, São Paulo, 1998.
- BOERHER, George C. A.. A igreja no Segundo Reinado: 1840-1889. In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. (org.). *Conflito e Continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 134-178.

- BOSCH, Caio César. *Os Leigos e o Poder - Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da Província do Ceará*. Edição Fac-similar, 1997. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Cultura e História: uma aproximação possível. In: PAIVA, Maria e MOREIRA, Maria Ester. *Cultura, Substantivo Plural*. Rio de j.: Fund. Do Banco do Brasil, São Paulo: Ed. 39, 1996. (pp 35 – 53).
- BURQUE, Peter. Introdução: Unidade e Variedade de História Cultural. In: *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMPOS, Eduardo. *As irmandades religiosas do Ceará Provincial*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- CAMPOS, Eduardo. *Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX: O Social e o Urbano*. Fortaleza: EUFC, 1985.
- CARVALHO, José Murillo de. *A Construção da Ordem - Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumara, 1996.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky, S. Paulo: Papyrus, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural – entre prática e representações*. Trad: Maria Manuela Galhano. R. de Janeiro: DIFEL, 1990.
- CIARNS, Earle A. *O Cristianismo Através dos Séculos*. Trad: Israel Belo de Azevedo. 2ª ed., São Paulo: Vida Nova, 1995.
- CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone. *Uma Nova História do Ceará*. 2ª edição, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone. *Uma Nova História do Ceará*. 2ª edição, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

- COSTA, Lourenço (org). *Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)*. Trad: Darci L. Marin, São Paulo: Paulus, 1999.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Trad.: Ruy Jungman.R. de Janeiro: ZAHAR, 1994 (v.1).
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. R. de Janeiro: Campus, 1997 (pp. 61 – 89).
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e Historia: Historiografia e Pesquisa. In: *Projeto História*. S. Paulo (10), dez de 1993 (73 – 90)
- FICHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos Papas: de Pedro a João Paulo II*. Rio de J: Vozes, 1997.
- MARTINS FILHO, Antônio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª ed.. Ceará: Instituto do Ceará, 1966.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 a. ed. Org e trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GAETA, Maria Aparecida J. Veiga. A Deus, à Igreja e a Pátria: os estandartes da família católica no final do século XIX. In: *História*. S. Paulo: UNESP. N º VII, 1992.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante nos anos de 1836 – 1841*. Trad: Milton Armando, Belo Horizonte. S. Paulo: Ed. Itatiaia e Ed. Da USP, 1975.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e Os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB, 1879.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4ª. ed., Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.
- GOFFMAN, Erving. *Maniômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Perspectiva, 1996.
- GUIMARÃES, Bernardo. *O Seminarista*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- HOMENAGEM à memória de Monsenhor João Alfredo Furtado na data de seu nascimento (1868 – 1968)*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1968.

- HOONAERT, Eduardo. A Devoção dos Beatos Negros. In *Revista de Ciências Sociais*, vol. 18-19, n° 1 e 2, 1987-1988.
- HOONAERT, Eduardo. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro (1550 – 1800)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.
- HUGGES, Phillip. *História da Igreja Católica*. Trad: Leônidas G. de Carvalho, 2 a. ed., S. Paulo: Dominus, s/d.
- IGNATIEFF, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um Balanço Crítico. In *Revista Brasileira de História*. S. Paulo, V. 7 n° 14, pp. 185-193, mar/ago de 1987.
- JULIA, Dominique. História Religiosa. In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Trad.: Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- KIDDER, P. Daniel. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (províncias do Norte)*. Trad.: Moacir N. Vasconcelos. Livraria Martins Editora: S. Paulo, s/d.
- LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: O Massacre de Canudos*. Trad.: Mônica Dantas. S. Paulo: EDUSP, 1994.
- LIMA, Francisco. *O Seminário da Prainha*. Fortaleza: BNB, 1982.
- LUIZETTO, Flávio. *Reformas religiosas*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LUSTOSA, Antônio de Almeida. *Primeiro Centenário da Instalação da Diocese de Fortaleza (1861-1961)*. 1961
- MANOEL, Ivan A. Donoso-Cortês e a antidemocracia Católica no Século XIX. In: *História*. S. Paulo: UNESP, n° VII, p. 229-241, 1992.
- MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.
- MENEZES, Djacir. A Educação no Ceará: repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª edição: Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, pp. 350 – 360.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. Trad.: Marilena de Souza Chauí, Nelson A. Aguiar e Pedro de S. Moraes. 2ª. edição: São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)

- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Trono e o Altar: As vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: BNB, 1992.
- MOTA, Leonardo. Notas para a História Eclesiástica do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1945.
- MUIRHEAD, H. H. *O Cristianismo Através dos Séculos*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940, (Vol II).
- NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha: Crônicas*. 2ª edição. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980.
- Nova Enciclopédia Brasileira de Consultas e Pesquisas. S. Paulo: Novo Brasil Editora Brasileira Ltda., 1987, vol. 5.
- OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. *Sal da Terra – uma leitura da identidade e intolerância de católicos e protestantes no Ceará do século XIX*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2001.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e Dominação de Classe: O Caso da 'Romanização'*. In: *Religião e Sociedade*. N° 06, nov. de 1980. (pp 167 – 187).
- ORIÁ, Ricardo e JUCÁ, Gisafran. *De Forte a Vila e Cidade (1603-1889)*. In *Fortaleza – A gestão da Cidade*. Fortaleza: UFC/NUDOC. Fundação Cultural de Fortaleza, 1985, (pg. 23 e 24).
- PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *A Fé e a Razão na Política – Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses*. Fortaleza/Sobral: UFC edições e Edições UVA, 2000.
- PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.
- PIMENTEL Jr (org). *A doutrina social da igreja: as encíclicas papais de Leão XIII (Rerum Novarum), Pio XI (Quadragesimo Anno) e João XXIII (Mater Et Magister)*. S. Paulo: Dominus, 1963.
- PINHEIRO, Francisco José. *O Processo de Romanização do Ceará*. In: SOUSA, Simone (cord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/ Fund. Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)*. 2ª. ed, Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1999.

- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O Verbo Encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Ed. UNJUÍ, 1998.
- REFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Edilberto Cavalcante. *Pro Animarum Salute: A Diocese do Ceará como "vitrine" da romanização no Brasil (1853 – 1912)*. Rio de Janeiro, 2000, p. 130. (Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Cultura Urbana e Modernidade: um exercício interpretativo*. In: PAIVA, Maria e MOREIRA, Maria Ester. *Cultura, Substantivo Plural*. Rio de j.: Fund. Do Banco do Brasil, São Paulo: Ed. 39, 1996. (pp 55 – 77).
- SOUZA, Simone. Da "Revolução" de Trinta ao Estado Novo. In SOUZA, Simone (org). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002, p. 301.
- STUDART, Barão de. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001/Edição Fac-simile de 1896/Tomo II.
- STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1915, v. 02.
- THEÓPHILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*. Edição Fac-similar, Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 2001.
- THEÓPHILO, Rodolfo. *Varíola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Oficinas do Jornal do Ceará, 1904.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. S. Paulo: Cia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FONTES

1. Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP):

Microfilmagem. Jornal *O Cearense*, 26 de setembro de 1861. Rolo 26.

Microfilmagem. jornal *Fraternidade* – Fortaleza (1873-1875).

Microfilmagem. jornal *Tribuna Católica* - Fortaleza (05/05/1867), Rolo 91.

Microfilmagem. jornal *Tribuna Católica* - Fortaleza (19/07/1868), Rolo 91.

Microfilmagem. jornal *Tribuna Católica* - Fortaleza (19/08/1868), Rolo 91.

Microfilmagem. jornal *Tribuna Católica*-Fortaleza (03 e 10 de maio de 1868), Rolo 91.

Microfilmagem. Relatórios da Província, Ceará, 1836 - 1856, *Relatório que apresentou o Exmo. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 1º de agosto de 1840*, Rolo 01.

Obras Raras. *Revista Do Centenário Do Colégio Da Imaculada Conceição*. Fortaleza Tipografia, 1965.

Obras Raras. *Revista Do Centenário Do Colégio Da Imaculada Conceição*. Fortaleza Tipografia, 1965.

2. Internet: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/cea.html - Relação de 1850 a 1920.

Relatório do Cônego Governador do Bispado, Hyppolito Gomes Brazil, em 12 de julho de 1870, p. 02. in: *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870.*

Relatório com que foi entregue a administração da Província ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, Pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, em 10 de junho de 1865..

Relatório com que foi entregue a administração da Província ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, Pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, em 10 de junho de 1865.

Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, primeiro Vice-presidente da Província passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo, no dia 16 de novembro de 1867.

Relatório do Cônego Governador do Bispado, Hyppolito Gomes Brazil, em 12 de julho de 1870, p. 03. in: *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870.*

Relatório do Cônego Governador do Bispado, Hyppolito Gomes Brazil, em 12 de julho de 1870, p. 02. in: *Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870.*

Relatório do Diretor do Ateneu Cearense. Manoel Theóphilo da Costa Mendes. In: Fala com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Provincial do Ceará no dia 1º de setembro de 1870.

2. Seminário Episcopal de Fortaleza/ Setor de História Eclesiástica (SEF/ SHE)

Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 1914. Apontamentos Históricos sobre a Fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese (1894).

Correio Eclesiástico. Fortaleza, 1914.

Homenagem à memória de Monsenhor João Alfredo Furtado na data de seu nascimento (1868 – 1968). Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1968.

Livro de Matrícula do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1890).

Livro de receita e despesa do Seminário (1864-1886).

Livro de Tombo da Freguesia de Pacatuba: n.º 01. 1985.

Livro do Conselho do Seminário Provincial de Fortaleza (1864-1935).

Primeiro Livro das Constituições Sinodais do Bispado de Fortaleza, 1888.

Registro dos Ofícios Designados ao Ministério, Presidente da Província e Mais Autoridades.